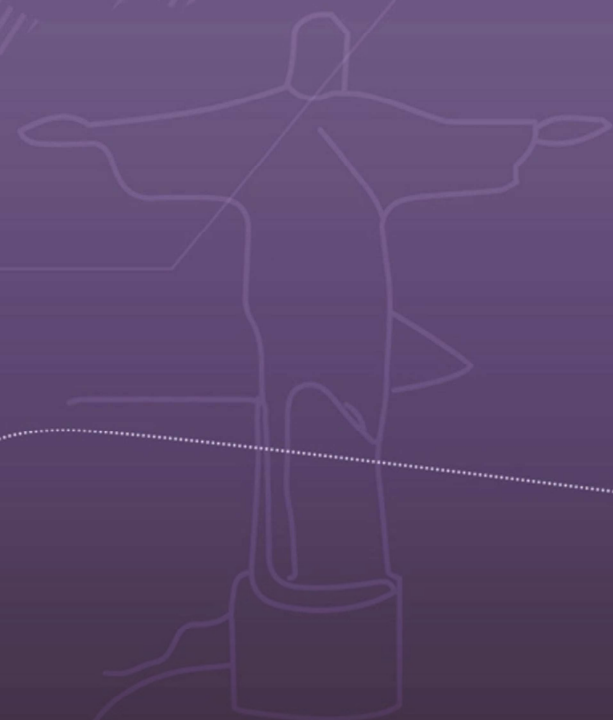


Secretaria de Estado de Fazenda

Boletim de

Transparência Fiscal

3º quadrimestre | 2017





SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Gustavo de Oliveira Barbosa

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Luis Cláudio Fernandes Lourenço Gomes

SUBSECRETÁRIA DE FINANÇAS

Lígia Helena da Cruz Ourives

SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA FISCAL

Josélia Castro de Albuquerque

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Adilson Zegur

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Daniela de Melo Faria

SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Raphael Philipe Moura

SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA

Diana Cabral Siqueira

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvécio Vital da Silva

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Giovana dos Santos Itaboraí

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Alessandro Lima da Rocha

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Cristiane dos Santos Oliveira

Eduardo de Andrade

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Reis Pompeu de Moraes

Joana Pimentel Meneses de Farias

Leila Klein

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Luísa Regina Mazer

Marcos Buarque Montenegro

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Neusa Lourenço Silva

Paulo Roberto Arduini Carvalho Júnior

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Sérgio da Costa Peixoto



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação iniciada em 2008 pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, trabalho conjunto da Subsecretaria de Finanças, Subsecretaria Geral e Subsecretaria de Política Fiscal, esta última também responsável pela edição do documento. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.fazenda.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n.º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-001



Sumário

I. Economic Outlook.....	12
I.I Brazil and Rio de Janeiro.....	12
I. Panorama Econômico	15
I.I O Brasil e Rio de Janeiro.....	15
II. Metas Quadrimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro .	19
III. Resultados Fiscais	31
III.I Resultado Orçamentário	32
III.II Resultado Primário	33
IV. Receita Estadual	37
IV.I Receitas Correntes.....	38
IV.I.1 Receita Tributária	39
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	44
IV.I.3 Demais Receitas Correntes	46
IV.I.3.1 Receita de Transferências	48
IV.I.3.2 Transferências da União	49
IV.II Receitas de Capital	54
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro.....	57
V.I Despesa Total	57
V.II Créditos Adicionais.....	58
V.III Despesas por Grupo	59
V.IV - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.	63
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	74
VI.1 Cota Financeira	74



VI.2 Pagamento de PD's	74
VI.3 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos.....	75
VI.4 Requisições Judiciais de Pagamento.....	76
VI.5 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública	78
VI.6 Acompanhamento Financeiro de Convênios	89
VI.7 Análise de Viabilidade Econômica de PPP	89
VI.8 Captação de Recursos	91
Glossário.....	92

Apresentação

Este é o quinquagésimo quarto número do Boletim de Transparência Fiscal. Elaborado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Estado do Rio de Janeiro, é o terceiro referente ao exercício de 2017.

Até 2015 a edição deste documento foi bimestral, mas em 2016, a implantação do SIAFE RIO - novo sistema orçamentário, financeiro e contábil - exigiu um período de adequação e conferência dos relatórios, o que foi equacionado já ao fim do primeiro bimestre. Assim, passou-se a editá-lo a cada quatro meses, na mesma periodicidade dos relatórios de Gestão Fiscal da Lei de Responsabilidade Fiscal / 2000. Seu objetivo é fazer chegar aos cidadãos os mecanismos de controle e dar transparência à execução do orçamento estadual - recursos arrecadados, sua origem e aplicação a título de retorno para a sociedade, em linguagem fácil e amigável.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob o risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. No cenário de estabilidade fiscal o Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança.

No entanto, desde 2015, o ERJ vem enfrentando expressiva frustração de receita, influência de um cenário econômico adverso. Em valores nominais, a Receita de 2017 está praticamente no mesmo patamar que a de 2014, em evidente descompasso com o aumento da despesa.

No que diz respeito à aplicação dos recursos, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.” Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.

temporal desses gastos, uma das finalidades desta publicação.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro (SIAFE-RIO) no dia 22/01/2018.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, aos pagamentos requeridos pelos órgãos, à aplicação dos saldos do Tesouro, à quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

RESUMO EXECUTIVO

Em 2017 a Resolução SEFAZ N º 209/2018 ao estimar as Metas de Arrecadação para o exercício, adotou postura prudente e conservadora por conta do cenário desafiador para retomada do crescimento econômico. Ao longo do ano a realização de receitas adicionais no valor de R\$ 4.000 milhões reforçaram o Caixa do Tesouro Estadual, a saber Operação de Crédito contratada junto ao Banco BNP Paribas, recursos provenientes do resultado da licitação por Pregão Presencial que adjudicou ao Bradesco a movimentação da Conta Corrente e da folha de pagamento do ERJ e os recursos provenientes do cancelamento de precatórios não levantados pelo credor, nos termos da Lei 7781/2017., devolvidos ao ERJ pelo TJ, a serem aplicados em precatórios no exercício de 2018.

A análise do resultado do ano segue em analisada em Tabelas e textos descritivos, detalhada por Rubrica, sempre tendo como parâmetro a meta inicial. Estabelecida. O resultado do ano foi melhor do que o esperado, Déficit Orçamentário anual de R\$ 5.436 milhões contra os R\$ 19.000 milhões evidenciados na Lei Orçamentária Anual.

A Receita total, incluídas todas as Fontes registrou crescimento de 10,5% (+ R\$ 7.479,13 milhões) em relação à meta estipulada.. As Receitas Correntes apresentaram variação acumulada acima da meta em 12,0% (+ R\$ 8.068,54 milhões). A superação das metas foi influenciada fortemente pelas Receitas Patrimoniais - dado o comportamento das receitas de petróleo, derivado do aumento da produção e do preço do *brent* no mercado internacional -, e Receitas Tributárias.

As Receitas de Capital ficaram abaixo da meta acumulada definida para o período, com decréscimo de 15,1%, influenciado por operações de crédito. Importante citar ainda a contenção de realização de novas operações de crédito dado o atingimento do limite endividamento consignado na LRF, antes da homologação do RRF.

O resultado orçamentário em 2017 foi deficitário em R\$ 5.436,70, 44,4% superior comparado ao do ano anterior. Mudanças na classificação do custo da operação de antecipação dos royalties do petróleo e o pagamento de parte das folhas de pessoal de 2016 em 2017 afetaram fortemente o resultado orçamentário.

As Receitas Correntes realizaram R\$ 52.281,63 milhões, enquanto as Despesas Correntes R\$ 58.493,49 milhões, resultando um déficit corrente de R\$ 6.211,86 milhões. Já as receitas de capital somaram R\$ 3.302,67 milhões e as respectivas despesas totalizaram R\$ 1.704,98 milhões, levando a um superávit de capital de R\$ 1.597,69 milhões. Esse superávit de capital não foi suficiente para registrar um resultado orçamentário positivo em 2017.

O resultado primário foi negativo no 3º quadrimestre. A despesa primária foi superior à receita primária em R\$ 6.434,14 milhões (-72,2%), consequência do pagamento das folhas de pessoal referentes ao ano de 2016. No acumulado, o resultado primário foi deficitário em R\$ 5.965,00 milhões, valor, ligeiramente superior ao realizado no ano de 2016, reflexo do desequilíbrio fiscal que o Estado atravessa.

No esforço pelo equilíbrio das finanças, o Estado do Rio de Janeiro, em setembro de 2017, foi homologado, pela União, o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) - cujos documentos pactuados estão disponíveis no Portal de Transparência do ERJ -, acordo que possibilitará, dentre outras coisas, que a dívida do ERJ com a União fique suspensa por um período de 3 anos.

As despesas orçamentárias do ERJ para o exercício 2017 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 73,29 bilhões, dos quais R\$ 16,46 bilhões permaneceram contingenciados por medida de extrema necessidade em virtude do atual momento econômico do Estado e da Federação.

Descontadas as despesas intra-orçamentárias, a dotação autorizada foi suplementada em R\$ 5,68 bilhão (aumento de 7,8%), esse incremento é derivado de incorporação de superávit financeiro e reclassificação da despesa por Modalidade de Despesas.

Em relação à execução, foram liquidados R\$ 54,05 bilhões no Poder Executivo e R\$ 6,35 bilhões nos Outros Poderes, totalizando R\$ 60,4 bilhões, excluídas as despesas intraorçamentárias e as empresas públicas independentes (CEDAE e Imprensa Oficial).

As Despesas Correntes do ERJ liquidadas indicaram aumento de 12,6% ante 2016. O grupo de Pessoal executou R\$ 38,72 milhões, aumento de 8,3%, já o grupo de Outras Despesas Correntes apresentou R\$ 18,87 bilhões em despesas liquidadas, aumento de 40,1% frente os dados do mesmo período de 2016 devido à alteração contábil da cessão de ativos futuros (Royalties do Petróleo).

No aspecto dos índices constitucionais, o índice da Educação não foi cumprido, apesar de ter elevado os gastos nessa área. Por outro lado, o índice de Habitação apresentou execução menor nesse ano e acabou também não sendo cumprido. Mesmo assim, as receitas tributárias de todos os Índices Constitucionais apresentaram crescimento em relação ao ano passado. Destaque para o grande crescimento dos recursos provenientes do Fundo de Participação Especial dos Royalties, que afetam diretamente o índice do FECAM.

EXECUTIVE SUMMARY

In 2017 Resolution SEFAZ No. 209/2018 when estimating the collection goals for the fiscal year, adopted a prudent and conservative stance due to the challenging scenario for resumption of economic growth. Throughout the year, additional revenues of R \$ 4,000 million reinforced the State Treasury, such as the Credit Operation contracted with Banco BNP Paribas, from the results of the bidding process through the Public Offering that awarded Bradesco the handling the Current Account and the ERJ payroll and the proceeds from the cancellation of precatórios not raised by the creditor, under the terms of Law 7781/2017, returned to the ERJ by the TJ, to be applied in court in 2018.

The analysis of the result of the year is analyzed in Tables and descriptive texts, detailed by Heading, always having as parameter the initial goal established. The result of the year was better than expected, Annual Budget Deficit of R \$ 5,436 million against the R \$ 19,000 million evidenced in the Annual Budget Law.

Total Revenues, including all Sources registered growth of 10.5% (+ R \$ 7,479.13 million) in relation to the stipulated target. Current Revenues presented a cumulative variation above the target of 12.0% (+ R \$ 8,068 , 54 million). The overrun of the targets was strongly influenced by Asset Revenues - given the behavior of oil revenues, derived from the increase in production and the Brent price in the international market -, and Tax Revenues.

Capital Revenues were below the accumulated target defined for the period, with a decrease of 15.1%, influenced by credit operations. It is also important to mention the containment of new loan operations given the achievement of the indebtedness limit established in the FRL, before the homologation of the RRF.

The budget result in 2017 was a deficit of R \$ 5,436.70, 44.4% higher than in the previous year. Changes in the classification of the cost of the oil royalties anticipation operation and the payment of part of the 2016 payroll in 2017 strongly affected the budget result.

Current Revenues totaled R \$ 52,281.63 million, while Current Expenses R \$ 58,493.49 million, resulting in a current deficit of R \$ 6,211.86 million. Capital revenues totaled R \$ 3,302.67 million and respective expenses totaled R \$ 1,704.98 million, leading to a capital surplus of R \$ 1,597.69 million. This capital surplus was not enough to record a positive budget result in 2017.

The primary result was negative in the third quarter. Primary expenditure was higher than the primary revenue in the amount of R \$ 6,434.14 million (-72.2%), as a consequence of the payment of 2016 payroll. In the accumulated, the primary result was a deficit of R \$ 5,965.00 million, a figure slightly higher than in 2016, reflecting the fiscal imbalance that the State is experiencing.

The State of Rio de Janeiro, in September 2017, approved the Fiscal Regeneration Regime (RRF), whose documents are available on the ERJ Transparency Portal, this agreement will allow , among other things, that the debt of the ERJ with the Union is suspended for a period of 3 years.

The budget expenses of the ERJ for fiscal year 2017 were fixed in the State Budget Law in R\$ 73.29 billion, of which R\$ 16.46 billion remained contingent by measure of extreme necessity due to the current economic moment of the State and the Federation.

After deducting intra-budgetary expenses, the authorized endowment was supplemented by R\$ 5.68 billion (an increase of 7.8%). This increase is due to the incorporation of a financial surplus and reclassification of expenditure by Expenses Mode.

In terms of execution, R\$ 54.05 billion was paid to the Executive Branch and R\$ 6.35 billion to Other Branches, totaling R\$ 60.4 billion, excluding intra-budgetary expenses and independent public companies (CEDAE and the Official Press) .

Current ERJ Expenses settled indicated an increase of 12.6% compared to 2016. The Personnel group executed R\$ 38.72 million, an increase of 8.3%, while the Other Current Expenses group presented R\$ 18.87 billion in expenses, an increase of 40.1% compared to the data for the same period of 2016 due to the accounting alteration of the assignment of future assets (Petroleum Royalties).

In the aspect of constitutional indices, the Education index was not reached, despite having increased expenditures in this area. On the other hand, the Habitation Index presented a smaller execution in that year and was also not fulfilled. Even so, the tax revenues of all Constitutional Indices showed growth in relation to last year. Special mention should be made of the large increase in funds from the Special Participation Fund for Royalties, which directly affect the FECAM index.

I. Economic Outlook

I.I Brazil and Rio de Janeiro.

In the fourth quarter of 2017, the Gross Domestic Product (GDP) grew 0.1% compared to the third quarter of 2017 (seasonally adjusted), the fourth positive result in this comparison, but the lowest in the year and influenced by the less intense variation of Trade. In comparison with the fourth quarter of 2016, the GDP increased 2.1%, the best result since the first quarter of 2014. And in 2017, the GDP grew 1.0%, the best result since 2013 (+3.0 %) and influenced by highest result of Agriculture since the beginning of the historical series (+ 13.0%).

Slightly lower than expected average by the market, the result of GDP in the fourth quarter compared to the immediately previous quarter was mainly driven by the Manufacturing Industry (+1,5%) on the supply side; and on the demand side by Gross Fixed Capital Formation (+2,0%). It was the third positive result consecutive of this indicator, and the best since the second quarter of 2013. Very important for household consumption in the first half of the year, the release of FGTS funds, along with the improvement in nominal and real income, decrease of inflation and interest rate, led many consumers to anticipate year-end purchases, what explains the inferior result in the fourth quarter, but that does not lose its importance in the year closed (+ 1.8%), in addition to the great performance of agriculture (+ 13.0%). The share of investment in GDP was the lowest since the beginning of the historical series in 1996 (15.6%). However, the last three quarters of 2017, especially the 3rd, show a resumption of investments after a long time. In this sense, with the resumption of the national manufacturing industry and also of the slower increase of construction sector, the stronger growth of household consumption - despite the result of last quarter - with other favorable macroeconomic conditions, how income, credit, interest rate and inflation, market forecasts for GDP growth in the end of 2018 and 2019 are, respectively, +2.89% and +3.00%.

The National Extended Consumer Price Index (IPCA) rose by 2.95% in 2017, the lowest variation for inflation since 1998 and strongly influenced by the grain harvest in the year. In January 2018, the IPCA increased 0.29%, below December (+ 0.44%) and also from January 2017 (+ 0.38%). Even though it is the lowest for the month of January since 1994, the index could have risen even less if it were not for the strong variation of gasoline (+ 2.44%). This result was responsible for a third of all the increase in the general index in January 2018. Considering the last 12 months in January of 2018 (+2.86%), market expects a slight upward trend for the end of 2018, but still at reduced levels, closing the year at + 3.73%.

IBGE data from the traditional economic sectors such as Manufacturing, Retailing and Services show different situations for Brazil and Rio de Janeiro in 2017: in Brazil there was a relatively stable behavior in the recovery of activity since the beginning of 2017, mainly due to the increase in consumption and credit, which, together with the fall in interest rates, the general price index and the release of FGTS funds, influenced the retail trade; in the state of Rio de Janeiro, the activity recovery was much more recent - the last four months of 2017. During the initial months of the year, only a few sectors already showed a reaction in the activity, cases of 'Manufacture of motor vehicles 'and' Metallurgy ', by industry, and 'Construction Material 'and' Vehicles, motorcycles, parts and pieces', by the expanded retail. And that was much more influenced by increase in exports and a weaker comparison basis in the state of Rio in 2016

relative to the rest of the country than a sustained growth in 2017, especially when we look at the bad results of the restricted retail trade, which does not consider the segments mentioned above. Unlike Brazil, whose initial resumption was leveraged by trade, the recent inflection point of Rio activity is coming mainly from the manufacturing industry.

In December 2017, compared to the same month of 2016, the result in industry was significantly higher in the ERJ (+7.2%) compared to Brazil (+4.4%). This result was directly influenced by the strong variation of the manufacturing industry in Rio, growing almost triple (+15.0%) that of the rest of the country (+5.7%). Considering the last four months of 2017, compared to the same period of 2016, the results in the manufacturing industry in the state of Rio and Brazil were, respectively, + 14.3% and + 4.9%. This recent favorable result of the manufacturing industry in the State of Rio de Janeiro made the state indicator, in the year of 2017, higher than in the rest of the country (+ 4.8% and + 2.2%, respectively).

In the face of this strong recovery, two observations are important: first, the last months of 2016 already had a good retrospective of the manufacturing industry in the state of Rio, especially 'Metallurgy' and 'Manufacturing of motor vehicles'. That is, the recent good retrospect is not only explained by a lower basis of comparison, since the industry already threatened an expansion at final of 2016; In addition, industry segments that were shrinking throughout 2017 began to recover in the last four months of the year, such as 'Manufacture of petroleum products and biofuels', 'Manufacture of rubber and plastic products' and 'Manufacture of food products'; and the same highlight segments since the beginning of 2017 (Metallurgy and Vehicle Manufacturing) also continued to grow in the last four months.

The sector that was leading the resumption of GDP growth in the country, retail trade (expanded) registered in December the second negative result in three months (-1.5%) in comparison with the immediately preceding month, with seasonal adjustment. In the series without adjustment, the result of December, compared to the same month of 2016, turned the 5th high in sequence (+ 6.4%). In the state of Rio, was the 6th high in sequence in December (+ 6.3%). However, consideration should be given to the fact that the base of comparison in 2016 is lower in Rio, which influences the good positive results isolated from vehicles and motorcycles and construction material throughout 2017. Without these two segments that decreased in the ERJ in 2016 and leveraged the result in 2017, that is, considering only the result of the restricted retail trade (not expanded), the results accumulated in 2017 in Brazil and ERJ are respectively + 2.0% and -1.9%. If we consider only the last four months, compared to the same period of the previous year, the results are, respectively, + 4.4% and -0.8%. In Rio, a negative highlight for 'hypermarkets, supermarkets, food products, beverages and tobacco', which has a great influence on the indicator of trade and whose result is related to the negative behavior of the average work income in the state.

A sector that has not been showing signs of recovery since the second half of 2016, especially in the state of Rio, the services finished December 2017, compared to November (seasonally adjusted), by + 2.2% in Rio, the best result in this comparison since February 2016. In Brazil, the result was slightly lower (+ 1.3%). In the accumulated in 2017, the sector still feels very strong declines in all segments, with results in Rio and Brazil of, respectively, -7.9% and -2.8%. In the last four months, in a more recent analysis, the results

in the state and Brazil were, respectively, -3.4% and -0.9%. However, some segments of services that were in decline in 2017 began to recover over the last four months of the year: 'Information and communication services' and 'Transport, ancillary services to transport and mail', which decreased in the accumulated in 2017, increased in the last four months in Rio (+ 4.1% and + 0.6%, respectively). The 'Other services' segment also stood out positively in the accumulated in the last four months of the year in the territory of Rio de Janeiro (+ 28.6%).

Unemployment and income data from IBGE's continuous PNAD in the 4th quarter of 2017 show how the Brazilian economy has been recovering with gradual improvements in unemployment and income, as well as showing a still delicate situation in the state of Rio de Janeiro. While the unemployment rate fell in the third quarter (12.4%) to the fourth quarter (11.8%), reaching the same level as in the third quarter of 2016, the ERJ registered another increase in the unemployment rate in the transition between the same quarters (from 14.5% to 15.1%), a worse than the one verified in the third quarter of 2016 (12.1%). However, the fourth quarter of 2017 showed a situation that was not happening with the data of occupation in the state: the distribution of the employed personnel with formal contract fell in the same proportion of the one registered in national scope (-0, 3% in both), which still suggests an increase in informality in the country as a whole. In addition, the distribution of self-employed fell in the fourth quarter in the ERJ (-0.3%) and rose in the rest of the country (+ 0.1%). On the other hand, the number of informal workers in the ERJ (+ 0.3%) and in Brazil (+ 0.1%) increased. Also, there was an increase in the distribution of employment in the manufacturing industry and commerce in the ERJ (+ 0.3% and + 0.4%, respectively), something that had not happen in the industry of Rio de Janeiro since the second quarter of 2015 and in the trade since the third quarter of 2016. Having said that, we can draw some conclusions from the relationship between the increase in activity in the state and the evolution of the unemployment rate: the trade sector resumed contracting after a very strong increase in previous quarters in the state in services more related to informality, which fell in the fourth quarter, such as 'accommodation and food' and 'transport services'. Also, some service sectors, which employ a lot in the state, still show very bad results of activity, such as 'services provided to families' and 'professional and administrative services', that is, the recovery of the labor market in Rio de Janeiro depends much of the recovery of these two service segments.

Considering only formal workers, according to CAGED, the state of Rio was responsible for 81% of the jobs closed in Brazil in 2017, with emphasis on the services sector. Despite having registered in December 2017 and January 2018 new job closures - already expected, especially in December, for the temporary hirings of October and November, the months of December and January were the best for each month since 2013 and 2012 respectively. In the month of January 2018, the service sector was highlighted, which created jobs (+ 1,071 new jobs) after 10 consecutive months of closing in this sector, as well as being the best month of January for the sector since 2012.

In conclusion, the recovery that occurred in the country since the first months of 2017 today is widespread, with improvement in activity and employment rates in almost all sectors of the economy. In the state of Rio de Janeiro, the reaction indicators of the activity are more recent and restricted, mainly since September 2017, as well as good results in terms of employment are still very few, because the sector that is leading the resumption of the economy of Rio, the manufacturing industry, employs relatively less. However, this same sector tends to boost the service sector, which more employs in the state. That is, the unemployment rate tends to fall throughout 2018 and encourage the economy of Rio de Janeiro.

I. Panorama Econômico

I.I O Brasil e Rio de Janeiro.

No 4º trimestre de 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,1% em relação ao 3º trimestre de 2017 (com ajuste sazonal), a quarta alta seguida nessa comparação, porém a mais baixa do ano - influenciada pela variação menos intensa do comércio. Na comparação com o 4º trimestre de 2016, o PIB avançou 2,1%, o melhor resultado desde o 1º trimestre de 2014. E no ano de 2017, o PIB cresceu 1,0%, melhor resultado desde 2013 (+3,0%) e puxado principalmente pelo melhor retrospecto da agropecuária desde o início da série histórica (+13,0%).

Um pouco abaixo do esperado pelo mercado, o resultado do PIB no 4º trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior foi puxado, principalmente: pela indústria de transformação no lado da oferta, com alta de 1,5%; e no lado da demanda pela formação bruta de capital fixo, com variação de 2,0%. Foi o terceiro resultado positivo seguido deste indicador, e o melhor desde o 2º trimestre de 2013. Muito importante para o consumo das famílias no 1º semestre do ano, a liberação dos recursos do FGTS (junto à melhora da renda nominal e real, queda da inflação e dos juros) fez muitos consumidores anteciparem compras de fim de ano, o que explica grande parte do retrospecto inferior do comércio no 4º trimestre, mas que não tira sua importância no ano fechado (+1,8%), além do grande destaque que foi a agropecuária (+13,0%). A taxa de investimento (FBCF/PIB) foi a menor desde o início da série histórica em 1996 (15,6%). No entanto, os últimos três trimestres de 2017 (especialmente o 3º) mostram uma retomada dos investimentos não vista há muito tempo. Nesse sentido, com a retomada da indústria de transformação nacional e também da construção civil (mesmo que mais lenta) e a retomada do consumo das famílias mais forte (apesar do último trimestre) em função das condições macroeconômicas favoráveis (renda, crédito, juros e inflação), as expectativas de mercado atuam no sentido de elevação do PIB em 2018 e 2019 de, respectivamente, 2,90% e 3,00%ⁱ.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 2,95% em 2017, a variação mais baixa para a inflação desde 1998 e bastante influenciada pela grande safra de grãos no ano. Em janeiro de 2018, o IPCA subiu 0,29%, abaixo da variação do mês de dezembro (+0,44%) e também de janeiro de 2017 (+0,38%). Mesmo sendo o registro mais baixo para o mês de janeiro desde o Plano Real, o índice poderia ter subido ainda menos não fosse a variação forte da gasolina (+2,44%). Este resultado foi responsável por um terço de todo o aumento verificado no índice geral em janeiro de 2018. Com o índice acumulado em 12 meses em 2,86% neste início de 2018 (janeiro), o mercado espera uma leve tendência de alta para o final de 2018, mas ainda em patamares reduzidos, fechando o ano em +3,70%ⁱⁱ.

Dados do IBGE de setores econômicos tradicionais, como a indústria, comércio e serviços, mostram, ao longo de 2017, situações distintas para Brasil e Rio de Janeiro: no Brasil houve um comportamento relativamente estável na recuperação da atividade desde o início de 2017, puxado principalmente pelo aumento do consumo e do crédito, o que juntamente com a queda da taxa de juros, do índice geral de preços e a liberação de recursos do FGTS incentivou bastante o comércio varejista; no estado do Rio de Janeiro, a recuperação da atividade se mostrou muito mais recente – o último quadrimestre de 2017. Durante os meses iniciais do ano, apenas poucos setores já demonstravam reação na atividade, casos da 'Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias' e 'Metalurgia', pela indústria, e 'Material de Construção' e 'Veículos, motocicletas, partes e peças', pelo varejo ampliado. E isso pode ser colocado

mais na conta de um aumento nas exportações e de uma base de comparação mais fraca no estado em 2016 em relação ao restante do país do que uma recuperação mais forte de fato em 2017, especialmente quando analisamos os resultados (ruins) do comércio varejista restrito, que não considera os segmentos citados acima. Diferentemente do Brasil, cuja retomada inicial foi alavancada pelo comércio, o ponto de inflexão recente da atividade estadual está vindo principalmente pela indústria de transformação.

Em dezembro de 2017, na comparação com o mesmo mês de 2016, o resultado na indústria geral foi significativamente maior no ERJ em relação ao Brasil (+7,2% e +4,4%, respectivamente). Este resultado foi influenciado diretamente pela forte variação da indústria de transformação no estado, crescendo quase o triplo do verificado no restante do país (+15,0% e +5,7%). Considerando o 3º quadrimestre de 2017, em relação ao mesmo período de 2016, os resultados na indústria de transformação no estado e Brasil foram de, respectivamente, +14,3% e +4,9%. Este retrospecto recente muito favorável da indústria de transformação fluminense fez o indicador estadual, no ano fechado de 2017, registrar uma alta superior à verificada no restante do país (+4,8% e +2,2%, respectivamente).

Diante desta forte retomada, duas observações são importantes: primeiro, os últimos meses de 2016 já registravam um bom retrospecto da indústria de transformação no ERJ (que viria a cair depois, em meados de 2017), puxado principalmente por 'Metalurgia' e 'Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias'. Ou seja, o bom retrospecto recente não é só explicado por uma base de comparação mais baixa como nos meses anteriores do ano, já que a indústria já ameaçava uma expansão; e ainda, segmentos da indústria que vinham se retraindo ao longo de 2017 começaram a se recuperar nos últimos quatro meses do ano, como 'Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis', 'Fabricação de produtos de borracha e material plástico' e 'Fabricação de produtos alimentícios'. Além disso, os mesmos segmentos de destaque desde o início de 2017 (Metalurgia e Fabricação de veículos) também continuaram crescendo no último quadrimestre.

Setor que vinha liderando a retomada do crescimento do PIB no país, o comércio varejista (ampliado) registrou em dezembro o 2º resultado negativo em três meses (-1,5%) na comparação com o mês imediatamente anterior, realizado o ajuste sazonal. Na série sem ajuste, o resultado de dezembro, comparado com o mesmo mês de 2016, chegou a 5ª alta seguida (+6,4%). No ERJ, a 6ª alta seguida nessa comparação em dezembro (+6,3%). No entanto, deve ser levado em consideração o fato de a base de comparação em 2016 ser mais baixa no Rio, o que influencia os bons resultados positivos isolados de veículos e motocicletas e material de construção ao longo de 2017. Sem esses dois segmentos que mais afundaram no ERJ em 2016 e alavancaram o resultado em 2017, isto é, considerando apenas o resultado do comércio varejista restrito, os resultados no acumulado em 2017 no Brasil e ERJ são de, respectivamente, +2,0% e -1,9%. Se considerado apenas o 3º quadrimestre, na comparação com o mesmo do ano anterior, os resultados são, respectivamente, +4,4% e -0,8%. No Rio, destaque negativo para 'Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo', de grande peso no indicador e cujo resultado está relacionado ao comportamento negativo do rendimento médio do trabalho no estado.

Setor que não vinha dando sinais de recuperação desde o 2º semestre de 2016, especialmente no ERJ, serviços fechou dezembro de 2017, na comparação com novembro (com ajuste sazonal), em +2,2% no estado, o melhor resultado nessa comparação desse fevereiro de 2016. No Brasil, o resultado foi um pouco menor (+1,3%). No acumulado em 2017, o setor ainda sente as quedas muito fortes em todos os segmentos, com resultados no Rio e Brasil de, respectivamente, -7,9% e -2,8%. Já no 3º quadrimestre, em

uma análise mais recente, os registros no estado e Brasil foram de, respectivamente, -3,4% e -0,9%. No entanto, alguns segmentos do setor que estavam em queda durante boa parte de 2017 começaram a se recuperar ao longo dos últimos quatro meses do ano: 'Serviços de informação e comunicação' e 'Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio', que no acumulado anual caíram em relação ao período anterior, cresceram no ERJ se considerado apenas o 3º quadrimestre (+4,1% e +0,6%, respectivamente). O segmento 'Outros serviços' também se destacaram positivamente no acumulado nos últimos quatro meses do ano no território fluminense (+28,6%).

Os dados de desemprego e renda da PNAD contínua do IBGE no 4º trimestre de 2017 mostram como a recuperação da economia brasileira vem acontecendo com melhoras graduais nas taxas de desemprego e na renda, assim como mostra uma situação ainda delicada no estado do Rio de Janeiro. Enquanto a taxa de desemprego caiu na passagem do 3º (12,4%) para o 4º trimestre (11,8%), chegando no mesmo nível do 3º trimestre de 2016, o ERJ registrou mais um aumento na taxa de desocupação na passagem entre os mesmos trimestres (de 14,5% para 15,1%), muito acima da taxa registrada no 3º trimestre de 2016 (12,1%). No entanto, o 4º trimestre de 2017 mostrou uma situação que não vinha acontecendo com os dados de ocupação no estado: a distribuição do pessoal ocupado com carteira assinada caiu na mesma proporção do registrado em âmbito nacional (-0,3% em ambos), o que ainda sugere um aumento da informalidade no país como um todo. Além disso, a distribuição dos trabalhadores por conta própria caiu no 4º trimestre no ERJ (-0,3%) e subiu no restante do país (+0,1%), o que também não vinha acontecendo. Já os trabalhadores sem carteira subiram de patamar na distribuição dos ocupados no ERJ (+0,3%) e no Brasil (+0,1%). E ainda, houve um aumento na distribuição de ocupação na indústria de transformação e no comércio no ERJ (+0,3% e +0,4%, respectivamente), algo que não ocorria na indústria fluminense desde o 2º trimestre de 2015 e no comércio desde o 3º trimestre de 2016. Dito isso, podemos tirar algumas conclusões da relação entre o aumento da atividade no estado e a evolução da taxa de desocupação: o setor de comércio voltou a contratar depois de um aumento muito forte em trimestres anteriores no estado em serviços mais relacionados à informalidade, que caíram no 4º trimestre, como o de 'alojamento e alimentação' e os 'serviços relacionados aos transportes'. E ainda, alguns segmentos de serviços, que empregam muito no estado, ainda mostram resultados muito ruins de atividade, como os 'serviços prestados às famílias' e os 'serviços profissionais e administrativos', isto é, a recuperação do mercado de trabalho fluminense depende muito da recuperação destes dois segmentos de serviços.

Considerando apenas os trabalhadores formais (com carteira assinada), de acordo com o CAGED, o estado do Rio foi responsável por 81% dos postos de trabalho fechados no Brasil em 2017, com destaque para o setor de serviços. Mesmo registrando em dezembro de 2017 e janeiro de 2018 novos fechamentos de postos de trabalho - já esperados, especialmente em dezembro, pelas contratações temporárias de outubro e novembro, os meses de dezembro e janeiro foram os melhores para cada mês desde 2013 e 2012, respectivamente. No mês de janeiro de 2018, destaque para o setor de serviços, que voltou a criar postos de trabalho (+ 1.071 novos postos) depois de dez meses seguidos de fechamento neste setor, além de ser o melhor mês de janeiro para o setor desde 2012.

Concluindo, a recuperação ocorrida no país desde os primeiros meses de 2017 hoje se encontra generalizada, com melhora nos índices de atividade e emprego em quase todos os setores da economia. No estado do Rio de Janeiro, os indicadores de reação da atividade são mais recentes e restritos, principalmente a partir de setembro de 2017, assim como bons resultados em termos de emprego ainda são muito poucos, haja vista que o setor de destaque no ERJ, a indústria de transformação, emprega



relativamente menos. No entanto, este mesmo setor tende a impulsionar o setor de serviços, que mais emprega no estado. Isto é, a taxa de desocupação tende a cair ao longo de 2018 e impulsionar ainda mais a economia fluminense.



II. Metas Quadrimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

Aprovada a Lei de Orçamento Anual, nos termos do que dispõe a LRF, cabe à SEFAZ estabelecer e divulgar as Metas de Arrecadação e o Cronograma Mensal de Desembolso. A Tabela 1 a seguir demonstra as metas de arrecadação para o 3º quadrimestre de 2017, divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ N° 13 de 15 de fevereiro de 2017, que considera a Receita Bruta arrecadada no período, aí incluídos os valores de transferências aos Municípios e ao FUNDEB, que requereram R\$ 4.969,81 milhões.

Vale aqui lembrar que as metas divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ N° 13, de 15 de fevereiro de 2017, foram estimadas de forma conservadora uma vez a Lei de Orçamento Anual evidencia déficit financeiro de R\$ 19 bilhões para o exercício, impondo contingenciamento de dotações que foram liberadas ao longo do ano consoante à realização da receita conforme demonstrado no Balanço Orçamentário item III deste Boletim.

- Receita Total Realizada X Metas Estabelecidas

Quadrimestre: R\$ 27.258,57 milhões / 111,8% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 78.471,48 milhões / 110,5% da meta realizada.

Tabela 1

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2017.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET - DEZ) 2017	RECEITA REALIZADA (SET - DEZ) 2017	% REALIZADO SOBRE A META DO QUADRIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - DEZ) 2017	RECEITA REALIZADA (JAN - DEZ) 2017	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	22.344,18	24.916,92	111,5%	67.098,10	75.166,64	112,0%
RECEITAS DE CAPITAL (1)	2.029,94	2.341,66	115,4%	3.894,25	3.304,84	84,9%
TOTAL	24.374,12	27.258,57	111,8%	70.992,35	78.471,48	110,5%

Fonte: SIAFERIO - 22/01/2018.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

O conceito das Receitas Correntes e de Capital e os respectivos desdobramentos de cada uma delas constam de Glossário, anexo a este Boletim.

O ano de 2017 foi um período de turbulências para o ERJ. Acompanhando o quadro de recessão econômica que acomete o país desde 2014, as finanças estaduais foram severamente impactadas.

A receita total realizada, no 3º quadrimestre de 2017 atingiu 111,8% da meta e somou o montante de \$ 27.258,57 milhões.

Isto porque, somada a recessão econômica, a forte crise instalada na Petrobras e em todo setor de óleo e gás, pesaram de sobremaneira na arrecadação estadual. Ainda que no ano de 2017 o desempenho da arrecadação dos Royalties do petróleo tenha sido em mais de 100% superior comparado ao ano de 2016, esta não atingiu os níveis pré-crise. Diante da gravidade do cenário, a administração estadual concentrou esforços a fim de estabilizar o quadro fiscal do Estado. Na busca pelo equilíbrio das finanças, o ERJ, no dia 06 de setembro de 2017, nos termos da Lei Complementar 159, de 19 de maio de 2017, teve homologado, pela União, o Regime de Recuperação Fiscal, acordo que possibilitará, dentre outras coisas, que a dívida do ERJ com a União fique suspensa por um período de 3 anos, podendo ser prorrogada por mais 3, medida essencial para organizar as finanças estaduais. As medidas pactuadas no Plano e o cenário fiscal esperado no período, bem como os relatórios de acompanhamento, estão disponíveis no Portal de Transparência do ERJ coordenado por esta Secretaria de Fazenda.

A Receita Realizada, no 3º quadrimestre de 2017, atingiu R\$ 27.258,57 milhões, valor 11,8% superior à meta prevista para o período; em valores absolutos R\$ 2.884,45 milhões.

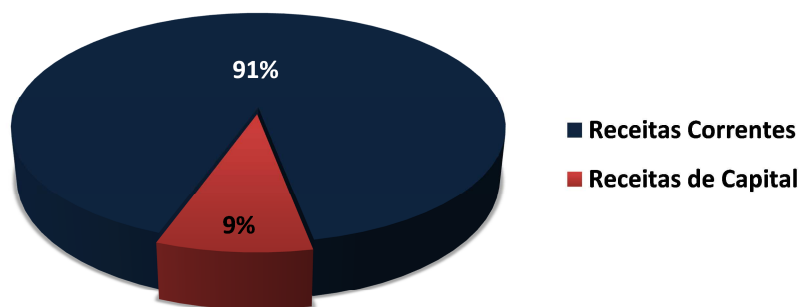
As Receitas Correntes registraram no período R\$ 24.916,92, 111,5% da meta determinada. Este valor foi influenciado fortemente pelas Receitas Patrimoniais, Intraorçamentárias, Outras Receitas Correntes e Tributárias como será detalhado mais adiante. Já as Receitas de Capital somaram o valor de R\$ 2.341,66 milhões 115,4% do previsto para o quadrimestre, influenciado pelas Receitas de Operações de Crédito, que arrecadaram R\$ 2.230,69

O Gráfico 1 exibe a participação das respectivas Receitas Corrente e de Capital no total arrecadado pelo Estado. Já as Tabelas 2 e 3 discriminam, por Origem, os recursos arrecadados em cada Categoria Econômica, Corrente ou Capital. O Gráfico 2 mostra a composição da Receitas Correntes no 3º quadrimestre. Já o gráfico 3 exibe a evolução da Receita Corrente acumulada.

No acumulado, no ano de 2017, a receita total realizada alcançou 110,5% da meta prevista, atingindo o valor de R\$ 78.471,48 milhões, devido ao desempenho das Receitas Correntes as quais atingiram 112,0% da meta prevista, em valores absolutos, R\$ 75.166,64 milhões. Já as Receitas de Capital totalizaram R\$ 3.304,84, o que corresponde a 84,9% do programado para o período.

Gráfico 1

Composição da Receita Total 3º Quadrimestre



Fonte SIAFE RIO

BOX – Plano de Recuperação Fiscal

Fonte: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/rrf>

No início de 2017, a grave crise econômico-financeira cada vez mais presente, reforçada pelos constantes arrestos nas contas correntes bancárias do ERJ, tornava impossível manter a normalidade, honrando o pagamento dos servidores e os demais compromissos assumidos nos devidos prazos. A busca pelo equilíbrio das contas públicas se tornava cada vez mais urgente. Foi então que as negociações junto ao Governo Federal se tornaram cada vez mais frequentes e avançaram a tal ponto que, em 19 de maio de 2017, foi editada pelo Governo Federal a Lei Complementar nº 159 que “Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares nº 101, de 4 de maio de 2000, e nº 156, de 28 de dezembro de 2016”, criando oportunidades não só para o ERJ, mas para outros Estados da Federação caminharem para o seu equilíbrio fiscal. Neste boletim, no Item “Receita Corrente Realizada”, inserimos descrição sucinta do Acordo pactuado com o Governo Federal, no qual o ERJ adere ao Regime de Recuperação Fiscal, por três anos renováveis por mais três.

O Plano de Recuperação Fiscal (PRF), homologado no dia 5 de setembro de 2017, é o documento que foi elaborado pelo ERJ para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal previsto pela Lei Complementar nº 159/2017. Foi formulado com o objetivo de reequilibrar as contas públicas, que, à época, sofria reiteradas frustrações de receita, enquanto as despesas cresciam vertiginosamente. O prazo de duração do PRF é de três anos, prorrogáveis por mais três.

Para aderir ao RRF foi necessário ao ERJ três requisitos de entrada:

Receita Corrente Líquida anual do Estado menor que a Dívida Consolidada Líquida ao final do último exercício

Somatório das despesas de pessoal, juros e amortização igual ou maior que 70% da RCL

Somatório das obrigações superior às disponibilidades de caixa

Integram o PRF as medidas de ajuste fiscal, as quais podem ser classificadas em aumento de receita ou diminuição da despesa, novos cálculos para o serviço da dívida e as operações de crédito a contratar. As medidas de ajuste somam, ao final de seis anos, R\$ 94 bilhões. O cumprimento de cada medida apresentada faz parte do compromisso do Estado do Rio de Janeiro com o ajuste fiscal. Caso haja diferença entre os valores realizados e os valores estimados no Plano, esta deverá ser compensada de modo a não comprometer o resultado final de equilíbrio das contas públicas, conforme planejado.

Destacam-se como medidas de ajuste obrigatórias, de acordo com a Lei Complementar nº 159/2017:

Autorização de privatização de empresas dos setores financeiro, de energia, de saneamento e outros, de acordo com Lei Estadual nº 7.529/2017

Adoção pelo Regime Próprio de Previdência Social mantido pelo Estado, no que couber, das regras previdenciárias disciplinadas pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015.

Redução dos incentivos ou benefícios de natureza tributária dos quais decorram renúncias de receitas instituídos por lei estadual ou distrital, de, no mínimo, 10% a.a. (dez por cento ao ano), ressalvados aqueles concedidos por prazo certo e em função de determinadas condições e aqueles instituídos na forma estabelecida pela alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

Aprovação de lei de responsabilidade fiscal estadual que contere regras para disciplinar o crescimento das despesas obrigatórias.

Instituição, se cabível, do regime de previdência complementar a que se referem os §§ 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição Federal.

Proibição de realizar saques em contas de depósitos judiciais, ressalvados aqueles permitidos pela Lei Complementar nº 151, de 5 agosto de 2015, enquanto não houver a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva, de modo a assegurar o exato cumprimento do disposto na referida Lei Complementar.

Autorização para realizar leilões de pagamento, nos quais será adotado o critério de julgamento por maior desconto, para fins de prioridade na quitação de obrigações inscritas em restos a pagar ou inadimplidas.

Além das medidas de ajuste obrigatórias para adesão ao RRF, outras medidas serão necessárias por parte do Governo Estadual para atingir o objetivo de conter o desequilíbrio das contas públicas, no sentido de aumentar a arrecadação e de reduzir as despesas.

Destacam-se as medidas: (Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – versão de 01.09.2017, disponível no site: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/rrf>)

Aumento na alíquota do ICMS de diversas categorias a saber: energia elétrica, telecomunicações, gasolina, cerveja e chope

Alteração da faixa de isenção e alíquotas do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações de quaisquer Bens e Direitos – ITD

Modernização da Administração Fazendária

Revisão de Incentivos Fiscais

Revisão do Repetro

Revisão do Preço Mínimo de Petróleo e Gás

Nova Operação com Receita de Royalties e Participações Especiais

Alienação de Imóveis

Securitização da Dívida

Alienação das Ações das ações representativas do Capital Social da Companhia Estadual de Águas e Esgoto – CEDAE

Aumento da Contribuição Previdenciária

Auditoria da Folha de Pagamento

Venda da Folha

Reestruturação Administrativa

Antecipação da Concessão da Companhia Distribuidora de Gás Natural do Rio de Janeiro – CEG

Concessão das Linhas de Ônibus Intermunicipais

Impacto Esperado das Demais Medidas de Ajuste de Receita

Em R\$ milhões	Impacto + 3		
	Impacto 3 anos	anos	Total RRF
Tributárias	9.949	11.425	21.374
Petróleo e Gás	7.887	9.895	17.782
Operação Crédito	8.059	0	8.059
Administrativas	2.881	2.165	5.046
Pessoal	1.979	1.597	3.576
Patrimônio	2.905	-390	2.515
Total Geral	33.660	24.691	58.351

Fonte: Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – versão de 01.09.2017

Impacto Esperado das Demais Medidas de Ajuste de Despesa

Em R\$ milhões	Impacto 3	Impacto +	Total RRF
	anos	3 anos	
Pessoal	2.685	19.689	22.374
Dívida	29.400	-9.695	19.705
Petróleo e Gás	-1.122	-1.587	-2.709
Tributárias	-2.330	-3.024	-5.353
Administrativa	747	1.269	2.016
Total Geral	29.381	6.651	36.033

Fonte: Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – versão de 01.09.2017

Para a apuração do Equilíbrio Fiscal, há que se observar o Decreto nº 9.109/2017 que regulamenta a Lei Complementar Federal nº 159/2017, em seu Art. 117: “o equilíbrio das contas públicas de que trata



os §§5º do art. 2º e 3º do art. 4º da LC nº 159, de 2017, será considerado atingido se, durante a vigência do Plano de Recuperação Fiscal, o Estado conseguir resultados nominais¹ capazes de estabilizar sua dívida líquida”.

Além disso, o §2º do mesmo artigo dispõe que: “a análise de que trata o caput deverá avaliar se o Plano de Recuperação Fiscal prevê fontes de financiamento capazes de fazer frente às necessidades de financiamento do Estado que deseja aderir ao Regime”.

Sendo assim, a convergência do equilíbrio fiscal do ERJ é possível. De acordo com a Planilha Gerencial do PRF, no Demonstrativo de Resultados Fiscais, a trajetória de Resultado Nominal evolui de um déficit de R\$ -12,08 bilhões em 2017, R\$ -4,99 bilhões em 2020 para um superávit de R\$ 10,8 bilhões em 2023.

- Receita Corrente Realizada

Quadrimestre: R\$ 27.258,57 milhões / 111,8% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 78.471,48 milhões / 110,5% da meta realizada.

Tabela 2

METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2017.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET - DEZ) 2017	RECEITA REALIZADA (SET - DEZ) 2017	% REALIZADO SOBRE A META DO QUADRIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - DEZ) 2017	RECEITA REALIZADA (JAN - DEZ) 2017	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES ⁽¹⁾	22.344,18	24.916,92	111,5%	67.098,10	75.166,64	112,0%
RECEITAS DE CAPITAL ⁽¹⁾	2.029,94	2.341,66	115,4%	3.894,25	3.304,84	84,9%
TOTAL	24.374,12	27.258,57	111,8%	70.992,35	78.471,48	110,5%

Fonte: SIAFERIO - 22/01/2018.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

O conceito das Receitas Correntes e de Capital e os respectivos desdobramentos de cada uma delas constam de Glossário, anexo a este Boletim.

O ano de 2017 foi um período de turbulências para o ERJ. Acompanhando o quadro de recessão econômica que acomete o país desde 2014, as finanças estaduais foram severamente impactadas. Isto porque, somada a recessão econômica, a forte crise instalada na Petrobras e em todo setor de óleo e gás, pesaram de sobremaneira na arrecadação estadual. Ainda que no ano de 2017 o desempenho da arrecadação dos Royalties do petróleo tenha sido em mais de 100% superior comparado ao ano de 2016, esta não atingiu os níveis pré-crise. Diante da gravidade do cenário, a administração estadual concentrou esforços a fim de estabilizar o quadro fiscal do Estado. Na busca pelo equilíbrio das finanças, o ERJ, no dia 06 de setembro de 2017, nos termos da Lei Complementar 159, de 19 de maio de 2017, teve homologado, pela União, o Regime de Recuperação Fiscal, acordo que possibilitará, dentre outras coisas, que a dívida do ERJ com a União fique suspensa por um período de 3 anos, podendo ser prorrogada por mais 3, medida essencial para organizar as finanças estaduais. As medidas pactuadas no Plano e o cenário fiscal esperado no período, bem como os relatórios de acompanhamento, estão disponíveis no Portal de Transparência do ERJ coordenado por esta Secretaria de Fazenda.

A receita total realizada, no 3º quadrimestre de 2017 atingiu 111,8% da meta e somou o montante de \$ 27.258,57 milhões.

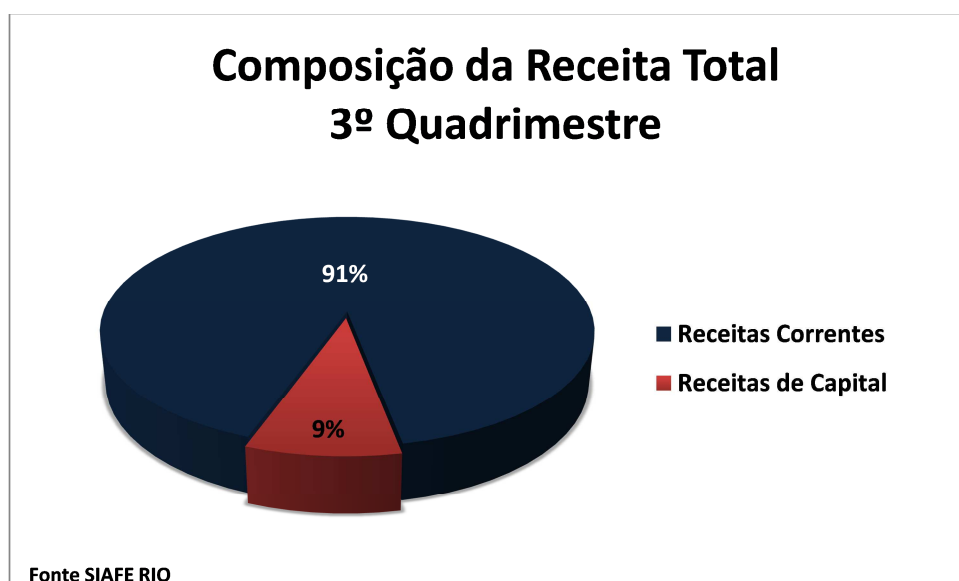
A Receita Realizada, no 3º quadrimestre de 2017, atingiu R\$ 27.258,57 milhões, valor 11,8% superior à meta prevista para o período; em valores absolutos R\$ 2.884,45 milhões.

As Receitas Correntes registraram no período R\$ 24.916,92, 111,5% da meta determinada. Este valor foi influenciado fortemente pelas Receitas Patrimoniais, Intraorçamentárias, Outras Receitas Correntes e Tributárias como será detalhado mais adiante. Já as Receitas de Capital somaram o valor de R\$ 2.341,66 milhões 115,4% do previsto para o quadrimestre, influenciado pelas Receitas de Operações de Crédito, que arrecadaram R\$ 2.230,69

O Gráfico 1 exibe a participação das respectivas Receitas Corrente e de Capital no total arrecadado pelo Estado. Já a Tabela 2 e a Tabela 3 discriminam, por Origem, os recursos arrecadados em cada Categoria Econômica, Corrente ou Capital. O Gráfico 3 mostra a composição da Receitas Correntes no 3º quadrimestre. Já o Gráfico 4 exibe a evolução da Receita Corrente acumulada.

No acumulado, no ano de 2017, a receita total realizada alcançou 110,5% da meta prevista, atingindo o valor de R\$ 78.471,48 milhões, devido ao desempenho das Receitas Correntes as quais atingiram 112,0% da meta prevista, em valores absolutos, R\$ 75.166,64 milhões. Já as Receitas de Capital totalizaram R\$ 3.304,84, o que corresponde a 84,9% do programado para o período.

Gráfico 2



**- Receita Corrente Realizada****Quadrimestre: R\$ 24.916,92 milhões / 111,5% da meta realizada.****Acumulado: R\$ 75.166,64 milhões / 112,0% da meta realizada.****Tabela 3**

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2017.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET - DEZ) 2017	RECEITA REALIZADA (SET - DEZ) 2017	% REALIZADO SOBRE A META DO QUADRIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - DEZ) 2017	RECEITA REALIZADA (JAN - DEZ) 2017	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	22.344,18	24.916,92	111,5%	67.098,10	75.166,64	112,0%
TRIBUTÁRIA	15.145,49	15.769,34	104,1%	45.978,82	47.268,80	102,8%
CONTRIBUIÇÕES	850,34	675,19	79,4%	2.225,30	2.153,23	96,8%
PATRIMONIAL	1.542,41	2.282,60	148,0%	5.312,56	9.101,08	171,3%
AGROPECUÁRIA	0,10	0,15	147,4%	0,30	0,16	54,1%
INDUSTRIAL	69,97	19,41	27,7%	209,92	79,91	38,1%
SERVIÇOS	132,04	113,64	86,1%	393,45	327,12	83,1%
TRANSF. CORRENTES	2.210,69	2.270,05	102,7%	6.449,80	6.341,23	98,3%
OUTRAS	806,25	1.736,42	215,4%	2.306,03	3.207,53	139,1%
INTRAORÇAMENTÁRIA	1.586,88	2.050,12	129,2%	4.221,91	6.687,59	158,4%

Fonte: SIAFERIO - 22/01/2018.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

No âmbito das Receitas Correntes, no quadrimestre, cabe observar o desempenho da Receita Patrimonial, Intraorçamentária, Outras Receitas Correntes e Tributárias, como citado anteriormente. A primeira totalizou R\$ 2.282,60 milhões, 148,0% da meta estabelecida, por conta do aumento do preço e da produção do petróleo tipo Brent (vide Tabela 14 desse boletim), que gerou ao Estado, no período, o valor de R\$ 2.066,45 milhões em Royalties e Participações Especiais,. Ainda na Receita Patrimonial , inclui-se o resultado da licitação por Pregão Presencial que adjudicou ao Bradesco a movimentação da Conta Corrente e da folha de pagamento do ERJ, o que resultou numa receita adicional no valor de R\$ 1.317,80 milhões.

As Receitas Intraorçamentárias registraram R\$ 2.050,12 milhões, 129,2% da meta em função da compensação de créditos tributários devidos ao RIOPREVIDÊNCIA pelo Estado, R\$ 558.251,69 milhões no período, nos termos dos Decretos 36.994/2005 e 37.047/2005, atendendo Determinação do Tribunal de Contas do Estado.

As Outras Receitas Correntes somaram R\$ 1.736,42 milhões no período, alcançando 215,4% do previsto. Este valor foi alcançado devido ao registro de R\$ 1.139, 41 milhão,. Lei 7.781 de 10 novembro de 2017, que dispõe sobre os recursos destinados a

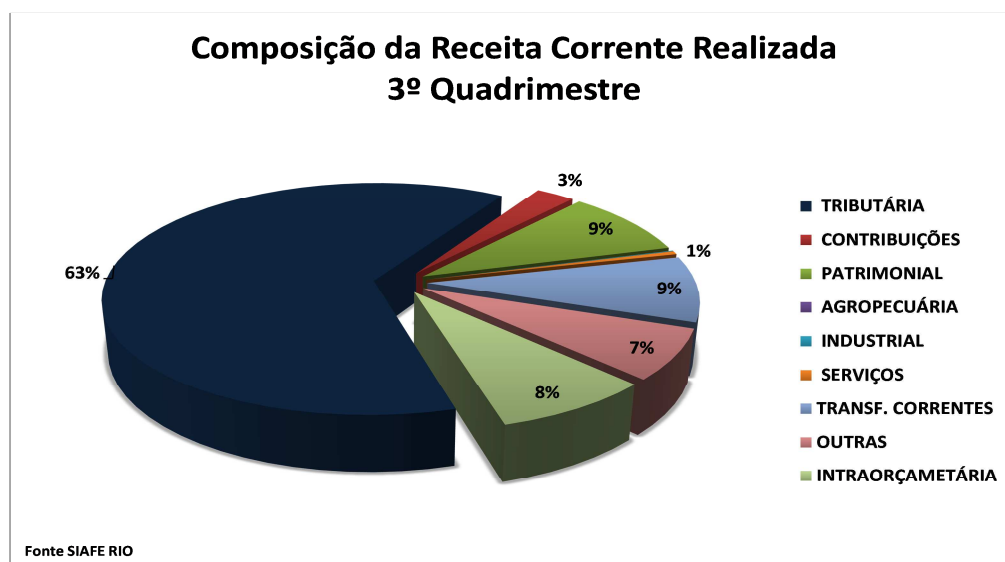
***A Receita Corrente alcançou,
no 3º quadrimestre de 2017,
o valor de R\$ 24.916,92
milhões.***

pagamentos de precatórios e requisição de pequeno valor,-RPV. O caput do Art. 2º da citada Lei prevê que ficam cancelados os precatórios e as RPV estaduais expedidos e cujos valores não tenham sido levantados pelo credor e estejam depositados há mais de três anos em instituição financeira.

Já as Receitas Tributárias totalizaram R\$ 15.769,34 milhões no último quadrimestre de 2017, ultrapassando a meta em R\$ 623.84 milhões ou + 4,1%. Entre os tributos do ERJ, o ICMS, principal receita do Estado, apresentou a arrecadação de R\$ 11.005,09 no período em questão.

Mais informações acerca das Receitas Correntes na seção IV, deste Boletim.

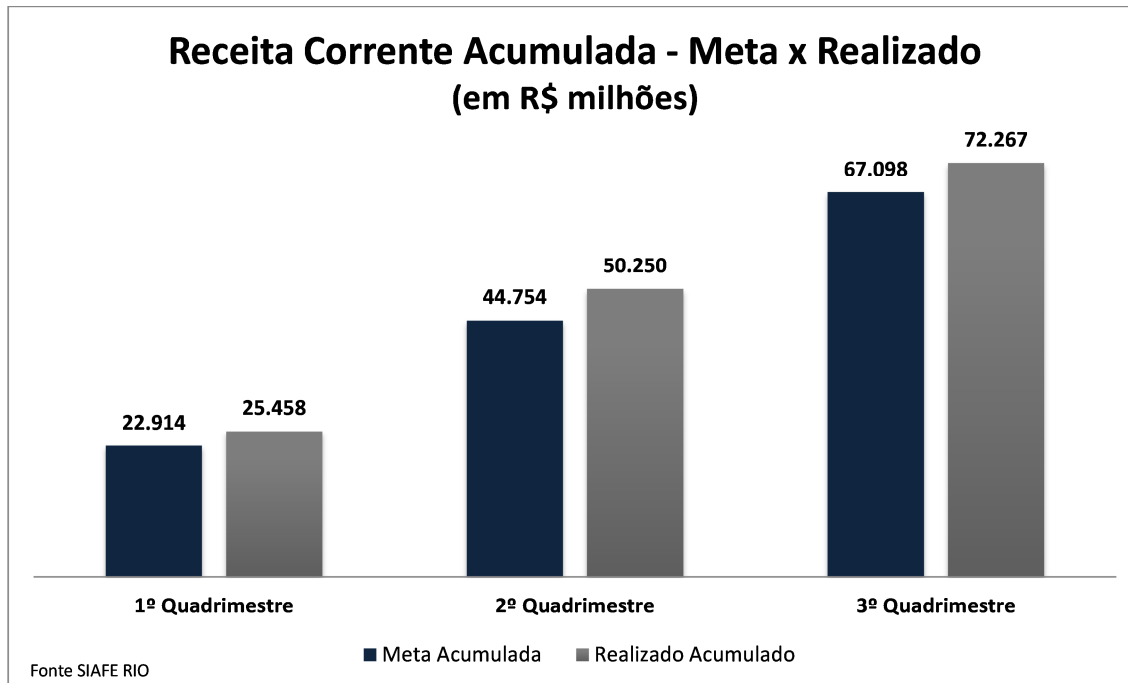
Gráfico 3



Com relação ao resultado acumulado no ano 2017, as Receitas Correntes totalizaram R\$ 75.166,64 milhões, o que equivale a 112,0% da meta estabelecida performance das Receitas Patrimoniais, Intraorçamentárias e Tributárias que excederam a meta em 71,3%, 58,4% e 2,8% respectivamente. Além do bom resultado das Receita Patrimonial já comentado, as Receitas Intraorçamentárias foram influenciadas pela compensação de créditos tributários devidos ao RIOPREVIDÊNCIA por determinação do Tribunal de Contas. As Receitas Tributárias também apresentaram um desempenho um pouco acima do estimado, reflexo dos sinais de recuperação da economia brasileira e melhora de alguns indicadores, aliado ao aumento de alíquotas do ICMS de alguns itens como energia elétrica, comunicações, combustíveis, entre outros, autorizados pela Lei

7.508/2016, e pela implantação da 1ª fase de um dos projetos de Modernização da Administração Tributária, o FISCO FÁCIL, medida pactuada no PRF.

Gráfico 4



- Receita de Capital Realizada X Metas Estabelecidas

Quadrimestre: R\$ 2.341,66 milhões / 115,4% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 3.304,84 milhões / 84,9% da meta realizada.

Tabela 4

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2017.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET - DEZ) 2017	RECEITA REALIZADA (SET - DEZ) 2017	% REALIZADO SOBRE A META DO QUADRIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - DEZ) 2017	RECEITA REALIZADA (JAN - DEZ) 2017	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL ⁽¹⁾	2.029,94	2.341,66	115,4%	3.894,25	3.304,84	84,9%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	617,11	2.230,69	361,5%	1.851,33	2.312,61	124,9%
ALIENAÇÃO DE BENS	1.247,20	4,21	0,3%	1.520,04	79,60	5,2%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	19,41	49,74	256,3%	56,36	212,83	377,6%
TRANSF. CAPITAL	146,23	56,74	38,8%	466,52	77,51	16,6%
OUTRAS	0,00	0,00	-	0,00	620,12	-
INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	0,27	-	0,00	2,17	-

Fonte: SIAFERIO - 22/01/2018.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

No 3º quadrimestre de 2017, as Receitas de Capital realizaram 115,4% da meta estimada para o período, em valores absolutos, R\$ 2.341,66 milhões.

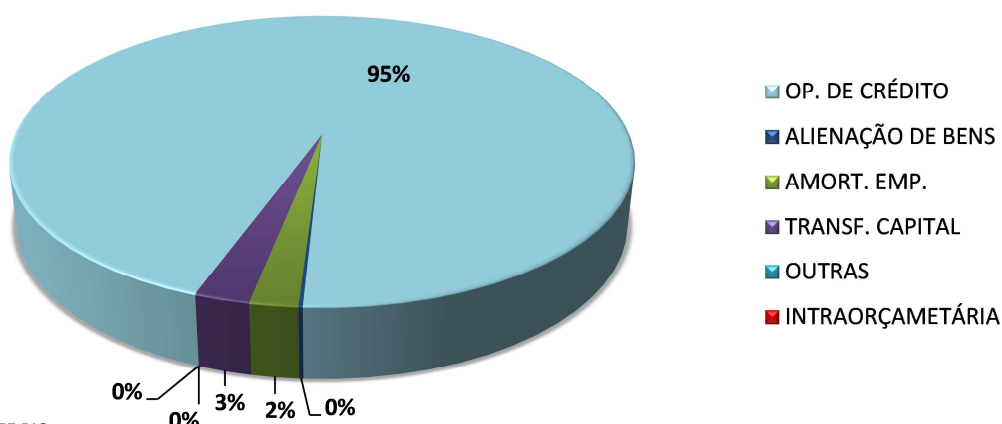
O resultado apresentado pelas Receitas de Capital alcançou tal patamar devido à Operação de Crédito no valor de R\$ 2.900 milhões contratada junto ao Banco PNB Paribas, autorizada pela Secretaria do Tesouro Nacional, no bojo do Regime de Recuperação Fiscal. Esta operação trouxe para o Tesouro Estadual em 2017 R\$ 2.000,00 milhões e, os restantes R\$ 900 milhões com previsão de desembolso em 2018. Os recursos oriundos da Operação tratados como antecipação de receita da privatização da CEDAE, conforme art. 11, inciso VI, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, contribuíram para o equilíbrio do fluxo de caixa estadual.

As receitas de capital atingiram o montante de R\$ 2.341,66 milhões no 3º quadrimestre 2017, 15,4% acima da meta proposta.

A partir do Gráfico 5, é possível visualizar o detalhamento da Receita de Capital por origem e, também, a participação de cada uma delas no realizado. Já o Gráfico 6 demonstra a evolução da Receita de Capital acumulada por quadrimestres em 2017.

Gráfico 5

Composição Receita de Capital Realizada 3º Quadrimestre



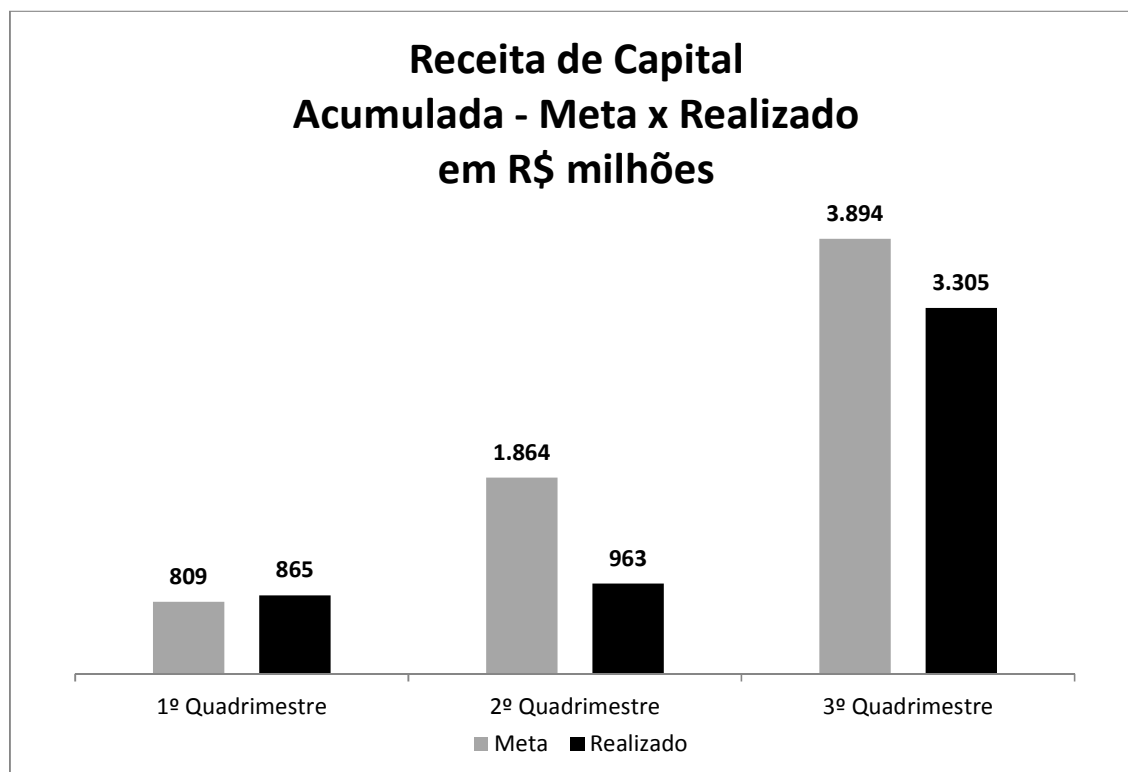
Fonte SIAFE RIO

O resultado acumulado das Receitas de Capital totalizou R\$ 3.304,84 milhões, 84,9% da meta do período. Apesar da operação de crédito efetuada junto ao banco BNP Paribas, comentada no parágrafo anterior, as Receitas de Capital não atingiram a meta estabelecida

no início de 2017. A receita de alienação de bens foi responsável pelo não alcance da Meta, visto que essa rubrica arrecadou apenas R\$ 79,60 milhões, 5,2% da meta planejada, uma vez que o cronograma de securitização da dívida ativa não tem avançado em suas etapas.

Informações mais detalhadas estão comentadas na seção IV.II deste Boletim.

Gráfico 6



III. Resultados Fiscais²

Neste item, o montante da Receita não considera as Transferências aos Municípios e ao FUNDEB, por tratar-se de cumprimento de obrigação constitucional e legal.

A Receita segue demonstrada pelo valor líquido com objetivo de evidenciar o financiamento dos gastos do Estado e sua capacidade de cumprir os pagamentos devidos.

De acordo com a Lei 7.514 de 17/01/2017, a Receita Bruta para o exercício de 2017 foi estimada em R\$ 75.559.41 milhões, aí incluídos

² O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

R\$ 17.204,24 milhões referentes às transferências aos Municípios e ao FUNDEB. Logo, a Receita Líquida disponível, que é a Receita Bruta menos as transferências aos Municípios e ao Fundeb, é de R\$ 58.355,17 para financiar despesas fixadas em R\$ 77.710,15 milhões, apontando para um déficit orçamentário estimado em R\$ 19.354,98. Esta análise confere transparência à forte frustração de Receita enfrentada pelo ERJ desde 2015, em evidente descompasso com as necessidades de financiamento requeridas pelo Estado.

III.I Resultado Orçamentário

Quadrimestre: - R\$ 6.482,31 milhões / 4,2%

Acumulado: - R\$ 5.436,7 milhões / 44,4%

Tabela 5

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2016 - 2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIM (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
I. RECEITA TOTAL (A)	15.175,34	22.137,80	45,9%	50.685,31	62.274,06	22,9%
I.1 RECEITA CORRENTE	13.898,13	17.746,02	27,7%	46.298,70	52.281,63	12,9%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	154,64	2.341,39	1.414,1%	1.227,88	3.302,67	169,0%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.122,57	2.050,39	82,7%	3.158,72	6.689,76	111,8%
II. DESPESA TOTAL (B)	21.943,10	28.620,10	30,4%	60.467,14	67.510,94	11,6%
II.1 DESPESA CORRENTE	18.870,39	24.790,94	31,4%	51.937,03	58.493,49	12,6%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.447,58	902,01	-37,7%	4.522,81	1.704,98	-62,3%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.625,13	2.927,15	80,1%	4.007,30	7.312,47	82,5%
III. AMORT. DA DÍV. / REFINANCIAMENTO	-	0,00	-	-	199,82	-
RES. ORÇAMENTÁRIO	-6.767,76	-6.482,31	4,2%	-9.781,83	-5.436,70	44,4%

Fonte: RREO - 6º Bimestre de 2017 emitido em 30/01/2018

O resultado orçamentário reflete o balanço orçamentário, relação numérica, entre as receitas e as despesas realizadas, que pode ser superavitário ou deficitário.

O resultado orçamentário, no 3º quadrimestre de 2017, foi negativo em R\$ 6.482,31 milhões, porém, levemente melhor quando comparado ao mesmo período de 2016, variação de + 4,2%, , em parte, por conta de resultados de medidas pactuadas no PRF, dentre elas o não pagamento do serviço da dívida pública da União a partir de junho de 2017 , por liminar do STF que deliberou pela antecipação dos efeitos do PRF, em fase final de negociação. Essa redução foi de 50%, , quando comparada a 2016, O valor não pago foi incorporado ao estoque da dívida constante no PRF, conforme detalhamento apresentado no item VI.5 deste Boletim. da Acrescente-se, ainda, que receitas adicionais, resultado da operação de crédito firmada com o Banco Paribas reforçaram o Caixa do

O resultado orçamentário, no 3º quadrimestre de 2017 foi deficitário em R\$ 6.482,31 milhões.

Tesouro e permitiram regularizar parte dos compromissos devidos aos servidores estaduais..

Essas mesmas variáveis contribuíram para o resultado orçamentário acumulado negativo em R\$ 5.436,70, Vale ainda registrar que em 2017 o montante pactuado nos contratos de venda antecipada de Royalties, antes contabilizado como conta redutora de receita, passou a ser contabilizado como despesa, por determinação do TCE, alterando a base de comparação da despesa entre os exercícios.

III.II Resultado Primário

Quadrimestre: - R\$ 6.434,14 milhões / -72,7%

Acumulado: R\$ 5.965,00 milhões / 0,0%

Tabela 6

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2016-2017

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRI (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
RECEITAS TOTAL	15.175,34	22.137,80	45,9%	50.685,31	62.274,06	22,9%
RECEITAS FINANCEIRAS	247,68	2.378,59	860,4%	1.759,87	2.956,09	68,0%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.122,57	2.050,39	82,7%	3.158,72	6.689,76	111,8%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	13.805,10	17.708,82	28,3%	45.766,72	52.628,22	15,0%
DESPESAS TOTAL	21.943,10	28.620,10	30,4%	60.467,14	67.710,76	12,0%
DESPESAS FINANCEIRAS	2.788,08	1.549,99	-44,4%	4.726,29	1.805,07	-61,8%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.625,13	2.927,15	80,1%	4.007,30	7.312,47	82,5%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	17.529,89	24.142,96	37,7%	51.733,55	58.593,21	13,3%
RESULTADO PRIMÁRIO	-3.724,79	-6.434,14	-72,7%	-5.966,83	-5.965,00	0,0%

Fonte: RREO - 6º Bimestre de 2017 emitido em 30/01/2018

O Resultado Primário retrata a capacidade de pagamento do Ente para cumprir seus compromissos. É calculado pela diferença entre as receitas não financeiras (não inclui recursos provenientes de operações de crédito, de receitas financeiras e de alienação de bens e amortizações de empréstimo) e as despesas não financeiras (exclui despesas com o serviço da dívida).

O Resultado Primário no 3º quadrimestre, foi negativo. em R\$ 6.434,14 milhões, e no ano em R\$ 5.965 milhões, demonstrados na Tabela 5, resultados esses semelhantes nesses dois exercícios ; em 2016, por conta de atraso de salários, que foram, então quitados em 2017 com receitas extraordinárias direcionadas para essa finalidade, inclusive os recursos provenientes da operação com o BNP Paribas, o que distorce a análise desse indicador, uma vez que temos despesas não financeiras adimplidas com receitas Financeiras, Ressalta-se no entanto que esse procedimento foi pactuado no PRF,

O resultado primário, no 3º quadrimestre de 2017 foi deficitário em R\$ 6.434,14 milhões, 72,7% inferior em relação ao ano anterior.



considerado medida indispensável para amenizar o desequilíbrio fiscal.

A regularização de salários dos servidores, financiada, em parte, com essa receita de operação de crédito tem amparo no que dispõe o inciso III do artigo 167 da Constituição Federal a seguir reproduzido:

*“ é vedada a realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital, **ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa , aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta .**”*

O resultado primário negativo, reflete o desequilíbrio fiscal que o Estado atravessa. O elevado indicador Dívida Consolidada Líquida X Receita Corrente Líquida, registrado em Relatórios oficiais da LRF desde de 2016, norteou as tratativas para as negociações do RRF o que permitirá a recuperação de sua trajetória fiscal e financeira.

Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada: R\$ 54,02 bilhões / -1,6%

Em 2017, a dotação autorizada foi suplementada em R\$ 5,68 bilhões (aumento de 7,8%), se desconsideradas as despesas intra-orçamentárias. Esse incremento apresentado decorre de mudanças orçamentárias, incluindo a incorporação de superávit financeiro, e só não foi maior devido a uma reclassificação da despesa por modalidade, inicialmente considerada “aplicações diretas” passando à intra-orçamentária por conta de uma reprogramação da despesa em Encargos Gerais do Estado. Conforme Tabela 7, do orçamento autorizado (R\$ 78,97 bilhões), R\$ 16,46 bilhões permaneceram contingenciados (20,8%), de forma a compatibilizá-lo com a estimativa de receita para o exercício, reduzida em virtude do atual momento econômico do Estado e da Federação.

Essa análise não considera os valores referentes às empresas controladas não dependentes (CEDAE e Imprensa Oficial) bem como as despesas intra-orçamentárias.

Para o exercício de 2017, a meta de execução, conforme divulgado no Cronograma de Desembolso (Resolução SEFAZ Nº 14 de 15/02/2017), foi de R\$ 54,88 bilhões. Neste período, a despesa total paga (R\$ 54,02 bilhões) mostrou-se um pouco abaixo à estimada: uma variação negativa de 1,6% que representa uma execução a menor de R\$ 864,76 milhões, conforme Tabela 8.

Do total pago, uma parcela equivale ao RP (Restos a Pagar) dos exercícios anteriores, despesa esta contabilizada além do orçamento do ano. Do montante inscrito (estoque de R\$ 9,41 bilhões), 40,8% foram pagos (R\$ 3,84 bilhões). Esse valor correspondeu a aproximadamente 7,1% do total de despesa pagas em 2017.

Tabela 7 – LOA 2017

Valores em R\$

Lei Orçamentária do ERJ			
Análise do Orçamento ao longo do Exercício			
ATÉ O 3º QUADRIMESTRE 2017			
DOTAÇÃO	INICIAL	73.288.760.168	-
	ATUAL	78.971.120.658	7,8%
	DISPONÍVEL	62.515.040.143	79,2%
CONTINGENCIADO		16.456.080.515	20,8%
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA*		5.682.360.490	-
EXPANSÃO INTRAORÇAMENTÁRIA		3.212.594.472	-
TOTAL GERAL**		8.894.954.963	-

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 26/01/2018

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

**Expansão Orçamentária incluindo as despesas intra-orçamentárias

O ritmo da execução orçamentária é ditado pela arrecadação de receita realizada ao longo do exercício.

A cada frustração de receitas previstas, novos contingenciamentos são demandados no orçamento anual.



Tabela 8 - Cronograma de Desembolso 2017

R\$ Milhões

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*				
ATÉ O 3º QUADRIMESTRE 2017				Variação %
METAS DE EXECUÇÃO**	DESP. ORÇAM. REALIZADA	RP 2016 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA	
54.881	50.172	3.844	54.016	-1,6%
54.881	50.172	3.844	54.016	-1,6%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 26/01/2018

*Exclui CEDAE & Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 14 de 15/2/2017.

***Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2016.

IV. Receita Estadual³

Quadrimestre: R\$ 27.258,57 milhões / + 31,6%⁴

Acumulado: R\$ 78.471,48 milhões / + 14,9%

Tabela 9

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2016/2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
Total	20.717,34	27.258,57	31,6%	68.265,97	78.471,48	14,9%
REC.CORRENTE	19.440,13	22.866,79	17,6%	63.879,36	68.479,05	7,2%
REC. CAPITAL	154,64	2.341,39	1414,1%	1.227,88	3.302,67	169,0%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	1.122,57	2.050,39	82,7%	3.158,72	6.689,76	111,8%

Fonte: SIAFERIO em 22/01/2018.

A Tabela 9 demonstra a Receita Total arrecadada pelo Estado no terceiro quadrimestre de 2017 - R\$ 27.258,17 milhões - representando acréscimo de R\$ 6.541,23 milhões (+ 31,6%) suportado pelo desempenho positivo, tanto da Receita Corrente quanto da Receita de Capital.

No acumulado, o desempenho foi igualmente positivo, apresentando acréscimo de R\$ 10.205,51 milhões (+ 14,9%), atingindo o montante de R\$ 78.471,48 milhões. Tal desempenho foi capitaneado, da mesma forma, pelas duas categorias econômicas.

Destaca-se, tanto no resultado do 3º quadrimestre quanto no acumulado, o desempenho da Receita de Capital, que será melhor analisado na seção IV.II.

No 3º quadrimestre de 2017, a Receita Corrente e de Capital apresentaram acréscimos de R\$ 3.426,66 milhões e R\$ 2.186,75 milhões respectivamente. O resultado acumulado cresceu 14,9% (+ R\$ 10.205,51 milhões).

³ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

⁴ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

IV.I Receitas Correntes

Quadrimestre: R\$ 22.866,79 milhões / +17,6%

Acumulado: R\$ 68.479,05 milhões / + 7,2%

Tabela 10

RECITA CORRENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016/2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
REC. CORRENTE	19.440,13	22.866,79	17,6%	63.879,36	68.479,05	7,2%
TRIBUTÁRIA	14.228,60	15.769,34	10,8%	44.947,90	47.268,80	5,2%
CONTRIBUIÇÕES	842,37	675,19	-19,8%	1.873,25	2.153,23	14,9%
PATRIMONIAL	1.257,44	2.282,60	81,5%	4.663,17	9.101,08	95,2%
A GROPECUÁRIA	0,01	0,15	1589,7%	0,02	0,16	591,1%
INDUSTRIAL	82,96	19,41	-76,6%	143,95	79,91	-44,5%
DE SERVIÇOS	108,50	113,64	4,7%	350,39	327,12	-6,6%
TRANSF. CORRENTES	2.394,56	2.270,05	-5,2%	9.501,54	6.341,23	-33,3%
OUTRAS CORRENTES	525,69	1.736,42	230,3%	2.399,14	3.207,53	33,7%

Fonte: SIAFERIO em 22/01/2018.

Os montantes dos acréscimos na Receita Tributária, na Receita Patrimonial e em Outras Receitas Correntes contribuíram para o resultado positivo da Receita Corrente (+ R\$ 3.426,66 milhões) no terceiro quadrimestre de 2017.

O resultado acumulado foi positivo (+ 7,2%), totalizando R\$ 68.879,36 milhões. Os grupos Receitas Tributárias e Patrimoniais destacaram-se como o principal influenciador positivo no resultado. Cabe destacar a queda acentuada das de Transferências Correntes (- R\$ 3.160,31 milhões).

No comparativo com 2016, no resultado acumulado, a Receita Corrente apresentou comportamento positivo, sendo os acréscimos da Receita Tributárias, Patrimoniais e Outras Receitas Correntes as principais fontes de acréscimo no resultado quadrimestral.

IV.I.1 Receita Tributária

Quadrimestre: R\$ 15.769,34 milhões / + 10,8%

Acumulado: R\$ 47.268,80 milhões / + 5,2%

Tabela 11

RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2016/2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QAUDRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.228,60	15.769,34	10,8%	44.947,90	47.268,80	5,2%
ICMS	10.282,65	11.005,09	7,0%	31.099,87	32.212,92	3,6%
Adicional do ICMS	1.471,98	1.498,37	1,8%	4.090,98	4.575,35	11,8%
IRRF	1.229,18	1.777,71	44,6%	3.173,28	3.831,32	20,7%
IPVA	204,95	190,43	-7,1%	2.803,33	2.856,59	1,9%
ITD	403,95	634,32	57,0%	1.390,66	1.199,56	-13,7%
Taxas	635,88	663,41	4,3%	2.389,79	2.593,06	8,5%

Fonte: SIAFERIO em 22/01/2018.

A Receita Tributária arrecadada no terceiro quadrimestre de 2017 aumentou 10,8% (+ R\$ 1.540,74 milhões) em comparação ao mesmo período de 2016, totalizando R\$ 15.769,34 milhões. O resultado positivo foi reflexo do aumento no ICMS, no IRRF e no ITD.

No acumulado, o crescimento foi de 5,2% (+ R\$ 2.320,90 milhões), alcançando R\$ 47.268,80 milhões. Tal aumento foi resultado principalmente da arrecadação do Adicional do ICMS (FECP), do ICMS e do IRRF.

O ICMS, o IRRF e o ITD, juntos, apresentaram resultados favoráveis, no quadrimestre, com aumento de R\$ 1.501,33 milhões.

– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):

3º Quadrimestre: R\$ 11.005,09 milhões / + 7,0%

Acumulado: R\$ 32.212,92 milhões / + 3,6%

A arrecadação de ICMS apresentou variação positiva de 7,0% no terceiro quadrimestre de 2017 (+ R\$ 722,44 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior⁵.

No acumulado, o crescimento foi de 3,6% (+ R\$ 1.113,05 milhões), somando R\$ 32.212,92 milhões.

⁵ Arrecadação extraída do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro – SIAFE-RIO.

O ICMS, a seguir, é analisado por setor econômico através da classificação disponível no Sistema de Arrecadação da Secretaria de Estado de Fazenda (Fonte: IBM Cognos Viewer - Arrecadação por Seção e Divisão). Destacam-se os grupos que obtiveram maior participação no total das receitas do ICMS.

ICMS Indústrias de Transformação (Participação Acumulada → 26,07%)

3º Quadrimestre: + 0,25%
Acumulado: + 1,24%

A variação positiva da rubrica, no 3º quadrimestre de 2017, foi significativamente afetada pelos setores de Fabricação de Bebidas e de Metalurgia mas suavizada pelo comportamento negativo dos setores de Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e Biocombustíveis e de Fabricação de Produtos Químicos.

No acumulado, apresentou aumento de 1,24% em relação a 2016, seguindo o comportamento das seções tratadas na análise quadrimestral.

ICMS Eletricidade e Gás (Participação Acumulada → 17,67%)

3º Quadrimestre: + 23,94%
Acumulado: + 2,32%

No quadrimestre, o crescimento do setor deriva da Distribuição de Energia Elétrica. No acumulado, o aumento, além do comportamento relevante de Distribuição, teve como causa principal o desempenho do Comércio Atacadista de Energia Elétrica.

ICMS Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (Participação Acumulada → 32,07%)

3º Quadrimestre: + 10,18%
Acumulado: + 6,32%

O desempenho nesse setor é fortemente representado pelo Comércio Atacadista, excluídos os veículos automotores e motocicletas, que obteve crescimento no quadrimestre e no acumulado.

ICMS Informação e Comunicação (Participação Acumulada → 12,81%)

3º Quadrimestre: + 21,68%
Acumulado: + 7,71%

O setor de destaque é o de Telecomunicações, que concentra grande parte desse conjunto.

- Adicional do ICMS - FECP (Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais)

3º Quadrimestre: R\$ 1.498,37 milhões / + 1,8%

Acumulado: R\$ 4.575,35 / + 11,8%

A receita do FECP, no 3º quadrimestre, elevou-se em 1,8% (+ R\$ 26,39 milhões) em relação a 2016 seguindo o comportamento de aumento de arrecadação do ICMS dos setores contribuintes deste adicional.

No acumulado, o crescimento foi de 11,8% (+ R\$ 484,38 milhões) é fruto, em grande parte, da alteração de alíquota consignada na Lei Complementar nº 167/2015, com vigor a partir de 28/03/16.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)⁶:

3º Quadrimestre: R\$ 190,43 milhões / - 7,1%%

Acumulado: R\$ 2.856,59 milhões / + 1,9%

O IPVA apresenta um comportamento sazonal significativo, que se consolida nos quatro primeiros meses do ano.

No terceiro quadrimestre de 2017, a variação negativa da receita de IPVA (- R\$ 14,51 milhões; - 7,1%) foi impacto da entrada em vigor, em outubro, da Lei n.º 7.718/2017, a qual permitiu a vistoria veicular sem necessidade de quitação do IPVA.

No acumulado, o leve crescimento (+ R\$ 53,26; + 1,9%) foi resultado de uma série de fatores tais como: a Lei 7.158/2015 concedeu parcelamento com dispensa de juros, multas e demais acréscimos moratórios a contribuintes com dívidas de IPVA, levando à regularização de muitos veículos e motivando contribuintes a adimplir o imposto em 2017; a queda na aquisição de veículos novos; as alterações de vencimento do imposto por conta dos finais de placa; a

⁶ De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.

cobrança do IPVA às empresas de ônibus e micro-ônibus (Decreto nº 45.881/16), bem como os efeitos da Lei nº 7.718/2017 citada no parágrafo anterior.

– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):

3º Quadrimestre: R\$ 634,32 milhões / + 57%

Acumulado: R\$ 1.199,56 milhões / - 13,7%

Em comparação com mesmo quadrimestre de 2016, a arrecadação do ITD apresentou crescimento de 57% (+ R\$ 230,36 milhões). Tal comportamento está relacionado à majoração das alíquotas a serem aplicadas a partir de fevereiro de 2018. Em função disso, muitos contribuintes anteciparam o pagamento do imposto em 2017, impactando a arrecadação do último quadrimestre deste ano.

No acumulado, entretanto, registrou-se queda de 13,7% (- R\$ 191,10) em relação ao ano de 2016. Este contraponto, observado na queda do acumulado em relação ao forte crescimento no 3º quadrimestre, ocorreu em função de recolhimento excepcionalmente elevado em 2016, o que acabou por distorcer a base comparativa em relação a 2017. Destaca-se ainda, como fator relevante na arrecadação do imposto, a crise mobiliária.

– Imposto de Renda (IRRF):

3º Quadrimestre: R\$ 1.777,71 milhões / + 44,6%

Acumulado: R\$ 3.831,32 milhões / + 20,7%

No quadrimestre, comparativamente a 2016, o Imposto de Renda Retido na Fonte apresentou alta de 44,6% (+ R\$ 548,53 milhões) efeito da regularização da folha salarial do ano de 2017, pelo pagamento do 13º de 2016 e por ajustes no cronograma do fluxo dos repasses pelo RIOPREVIDÊNCIA diverso ao do exercício anterior.

No acumulado, verificou-se crescimento de 20,7% (+ R\$ 658,03 milhões), demonstrando comportamento não linear do IRRF e sua concentração nos últimos meses do ano, conforme explicado na análise quadrimestral.

– **Taxas:**

Quadrimestre: R\$ 663,41 milhões / + 4,3%

Acumulado: R\$ 2.593,06 milhões / + 8,5%

Tabela 12

RECEITA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2016/2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (SET - DEZ)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
Taxas	635,88	663,41	4,3%	2.389,79	2.593,06	8,5%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	61,35	76,85	25,3%	459,67	532,40	6,8%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito ⁽¹⁾	43,08	51,75	20,1%	402,27	459,31	5,2%
Outras	18,28	25,10	37,4%	57,40	73,09	27,9%
Taxas pela Prestação de Serviços	574,53	586,56	2,1%	1.930,11	2.060,66	6,8%
Emolumentos e Custas Judiciais	164,75	166,71	1,2%	488,90	526,64	7,7%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	139,70	151,60	8,5%	412,88	438,28	6,2%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	270,08	268,24	-0,7%	1.028,33	1.095,74	6,6%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	218,12	222,25	1,9%	783,10	835,54	6,7%
Outras	51,96	45,99	-11,5%	245,24	260,20	6,1%

Fonte: SIAFERIO em 22/01/2018.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

O acréscimo de R\$ 27,53 milhões (+ 4,3%) no terceiro quadrimestre de 2017 é resultado da variação das taxas de Controle e Fiscalização de Trânsito (+ R\$ 8,7 milhões) e dos Emolumentos e Custas Extrajudiciais que acrescentaram R\$ 11,91 milhões nas receitas desse grupo.

No acumulado, o crescimento de R\$ 203,27 milhões (+ 8,5%) deve-se, principalmente, às Taxas do DETRAN - tanto pela Prestação de Serviços (+ R\$ 52,44 milhões) quanto pelo Exercício do Poder de Polícia (+ R\$ 57,04 milhões). Ainda, obtiveram comportamento relevante os Emolumentos e Custas Judiciais e Extrajudiciais (+ R\$ 63,14 milhões).

IV.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

Quadrimestre: R\$ 2.282,60 milhões / + 81,5%

Acumulado: R\$ 9.101,08 milhões / + 95,2%

Tabela 13

RECEITA PATRIMONIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016/2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
RECEITA PATRIMONIAL	1.257,44	2.282,60	81,5%	4.663,17	9.101,08	95,2%
Petróleo	950,64	2.066,45	117,4%	3.499,15	7.138,39	104,0%
Royalties	764,73	919,29	20,2%	1.985,99	2.656,31	33,8%
Part. Especial	183,65	1.144,68	523,3%	1.507,27	4.474,81	196,9%
FEP	2,25	2,48	10,1%	5,89	7,27	23,5%
CFT's	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,0%
Aplic. Financeiras	118,05	93,94	-20,4%	590,29	351,05	-40,5%
Demais Rec. Patrimoniais	188,75	122,20	-35,3%	573,72	1.611,64	180,9%

Fonte: SIAFERIO em 22/01/2018.

A Receita Patrimonial, no terceiro quadrimestre de 2017, alcançou R\$ 2.282,60 milhões (+ R\$ 1.025,16) em relação ao mesmo período de 2016. O acréscimo está concentrado nas Receitas de Petróleo – Royalties (+ R\$ 154,56 milhões) e Participações Especiais (+ R\$ 961,03 milhões). No acumulado, da mesma forma, estas receitas foram as responsáveis pelo resultado positivo, apresentando acréscimos de R\$ 670,32 milhões e R\$ 2.967,54 milhões, respectivamente, acompanhadas das Demais Receitas Patrimoniais (+ R\$ 1.037,92 milhões).

- **Petróleo:** As receitas pela extração de petróleo e gás cresceram substancialmente em 2017, demonstrando recuperação do cenário iniciado no final de 2014 com a baixa do preço do barril tipo *brent*. A variação positiva do preço do barril e o aumento da produção superaram a queda no câmbio, tanto na análise quadrimestral quanto na do acumulado, conforme demonstrado na Tabela 14.

Tabela 14
Participação Governamental do Petróleo

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JUL - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN- OUT)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
Produção (milhões de m³)	34,58	35,24	1,9%	80,10	86,04	7,4%
Brent (US\$)	46,72	53,46	14,4%	42,45	52,39	23,4%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	3,23	3,17	-1,9%	3,52	3,17	-9,8%

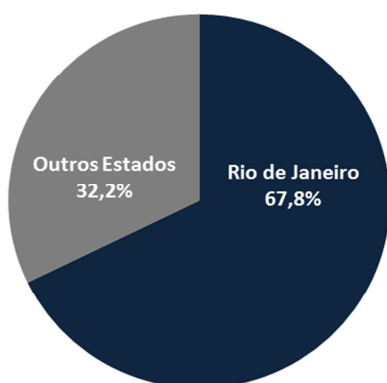
Fontes: Produção: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Brent: Energy Information Administration, EIA. Câmbio: Ipeadata.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 3º Quadrimestre de 2017 são apresentados os dados de produção de Julho a Outubro de 2017.

Ainda segundo dados da ANP, a produção do Rio de Janeiro correspondeu a 67,8% da produção total brasileira acumulada.

Gráfico 7

Participação do ERJ na Produção Nacional de Petróleo
Jan/2017 a Out/2017



Fonte: ANP
www.anp.gov.br

- **Aplicações Financeiras:** o comportamento negativo das receitas deste grupo, tanto no quadrimestre quanto no acumulado, relaciona-se à queda das receitas de Remuneração de Depósitos Bancários, especialmente, nos Fundos de Investimento. A queda alcançou 20,4% (- R\$ 24,11 milhões) no quadrimestre e 40,5% (- R\$ 239,24 milhões) no acumulado.

- **Demais Receitas Patrimoniais:** o decréscimo da arrecadação quadrimestral foi de R\$ 66,55 milhões (- 35,3%), influenciado pelo pagamento de dividendos da CEDAE junto ao Tesouro Estadual em 2016, não se repetindo no mesmo período de 2017. No acumulado

rendeu mais R\$ 1.037,92 milhões (+ 180,9%), reflexo da venda de Folha de Pagamentos, ocorrido durante o 2º quadrimestre de 2017.

IV.1.3 Demais Receitas Correntes

Quadrimestre: R\$ 2.544,81 milhões / + 63,2%

Acumulado: R\$ 5.767,94 milhões / + 21,0%

Tabela 15

DEMAIS RECETAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016/2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
DEMAIS RECETAS CORRENTES	1.559,53	2.544,81	63,2%	4.766,75	5.767,94	21,0%
Receita de Contribuições	842,37	675,19	-19,8%	1.873,25	2.153,23	14,9%
Receita Agropecuária	0,01	0,15	1589,7%	0,02	0,16	591,1%
Receita Industrial	82,96	19,41	-76,6%	143,95	79,91	-44,5%
Receita de Serviços	108,50	113,64	4,7%	350,39	327,12	-6,6%
Multas e Juros de Mora	239,90	278,73	16,2%	833,78	791,40	-5,1%
Indenizações e Restituições	137,63	1.210,75	779,7%	296,93	1.644,22	453,7%
Dívida Ativa	75,88	86,37	13,8%	352,74	216,89	-38,5%
Receitas Diversas	72,29	160,56	122,1%	915,69	555,01	-39,4%

Fonte: SIAFERIO em 22/01/2018.

As Demais Receitas Correntes, detalhadas na Tabela 15, apresentaram acréscimo no 3º quadrimestre e no acumulado de 2017. As receitas que a compõem são detalhadas a seguir:

– **Receitas de Contribuições:** são receitas originárias das Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio de Servidores Ativos e Inativos Cíveis e sua variação está relacionada à folha de pagamento. No 3º quadrimestre de 2017, registraram queda de R\$ 167,19 milhões (- 19,8%) em relação ao mesmo período do ano anterior. O recolhimento das contribuições do Regime Próprio do Servidor Ativo, no exercício de 2016, foi postergado, dada à grave situação financeira que o Estado do Rio de Janeiro atravessava. Entretanto, o repasse dessas receitas, no ano de 2017, seguiu o programado. Dessa forma, a alteração do fluxo dos recolhimentos foi determinante para o comportamento das Receitas de Contribuições. O resultado acumulado somou R\$ 279,98 milhões (+ 14,9%).

– **Receita Industrial:** a variação dessa receita concentrou-se na arrecadação da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários gerada pelo Instituto Vital Brazil. No quadrimestre, a Receita Industrial

apresentou retração de 76,6% (- R\$ 63,55 milhões) enquanto, no acumulado, queda de 44,5% (- R\$ 64,04 milhões).

– **Receita de Serviços:** apresentou, no 3º quadrimestre, acréscimo de R\$ 5,15 milhões (+ 4,7%), concentrado no elemento Outros Serviços, relacionados ao DETRO. O desempenho foi suficiente para absorver as quedas nos Serviços de Processamento de Dados e Serviços Educacionais.

No acumulado, o comportamento negativo (- R\$ 23,27 milhões; - 6,6%), teve prevalência na queda de receita de Serviços Financeiros e de Processamento de Dados.

– **Indenizações e Restituições:** cresceram, no último quadrimestre de 2017, 779,7% (+ R\$ 1.073,12 milhões) frente a 2016. No acumulado, o acréscimo foi de 453,74% (+ R\$ 1.347,29 milhões). Em ambas as análises, a origem da variação foi a Receita de Restituições de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - Lei 7.781/2017 - ocorrida no 3º quadrimestre de 2017.

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** a Receita de Multas e Juros de Mora cresceu 16,2% (+ R\$ 38,83 milhões), relacionada principalmente aos Juros e Multas de Mora do ICMS. A Dívida Ativa registrou variação positiva de 13,8% (+ R\$ 10,50 milhões) em relação ao quadrimestre do ano anterior, em decorrência da Dívida Ativa do ICMS. No acumulado, entretanto, a receita de Multas e Juros de Mora decresceu 5,1% (- R\$ 42,38 milhões), relacionada às Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS. Já a receita da Dívida Ativa decresceu em 38,5% (- R\$ 135,84 milhões), também relacionada à Dívida Ativa do ICMS.

– **Receitas Diversas:** Os valores apontados em 2016 e 2017 relacionam-se aos arrecadados pelo RIOPREVIDÊNCIA. Apresentou no 3º quadrimestre de 2017, acréscimo de 122,1% (+ R\$ 88,27 milhões).

No acumulado, apresentou decréscimo de 39,4% (- R\$ 360,68 milhões), influenciado, principalmente, pela queda da receita do Fundo Especial da Assembleia Legislativa do ERJ, do Tribunal e Justiça, e do Fundo Especial Penitenciário, que juntos decresceram aproximadamente R\$ 305,12 milhões.



IV.I.3.1 Receita de Transferências

Quadrimestre: R\$ 2.270,05 mil / -5,2%

Acumulado: R\$ 6.341,23 / -33,3%

Tabela 16

RECETA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016/2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	2.394,56	2.270,05	-5,2%	9.501,54	6.341,23	-33,3%
Transf da União	1.476,19	1.367,87	-7,3%	6.654,98	3.578,09	-46,2%
FPE	685,30	428,76	-37,4%	1.486,65	1.324,73	-10,9%
IPI exp	274,89	276,33	0,5%	769,20	706,50	-8,2%
IOF	0,15	0,02	-84,0%	0,24	0,10	-58,2%
CIDE	0,12	21,75	17504,5%	61,66	83,48	35,4%
SUS	236,23	358,27	51,7%	712,07	808,23	13,5%
Salário Educação	127,46	121,94	-4,3%	413,47	393,67	-4,8%
Lei Kandir	28,59	28,59	0,0%	85,78	85,78	0,0%
Outras Transf. da União	123,44	132,20	7,1%	3.125,91	175,60	-94,4%
FUNDEB	803,52	837,47	4,2%	2.528,45	2.598,97	2,8%
Convênios	114,78	64,69	-43,6%	317,75	164,15	-48,3%
Outras Transf. Corr.	0,06	0,02	-63,3%	0,37	0,02	-94,0%

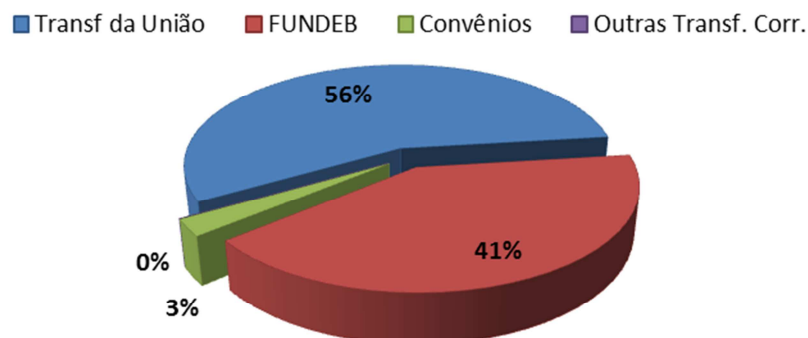
Fonte: SIAFERIO em 22/01/2018.

As Receitas de Transferências apresentaram, no terceiro quadrimestre de 2017, decréscimo de 5,2% (-R\$ 124,51 milhões) se comparado ao mesmo período de 2016. Tal resultado tem sua explicação no desempenho negativo da Receita de FPE.

As Transferências da União foram responsáveis por aproximadamente 60% do total das Receitas de Transferências neste 3º quadrimestre de 2017. Da mesma forma, a redução da Receita derivada do FPE teve proponderante efeito sobre o resultado específico da rubrica de Transferências da União. Tal assunto será abordado no item específico para Transferências da União.

O resultado acumulado registra R\$ 6.341,23 milhões, o que representa decréscimo de 33,3% (- R\$ 3.160,31 milhões) em relação ao ano passado. A redução é justificada pela variação negativa das receitas oriundas de Outras Transferências da União, pertencente à conta Transferências da União.

Gráfico 8

**Composição da Receita de Transferências
Acumulado 2017**

Fonte: SIAFERIO em 22/01/2018

IV.I.3.2 Transferências da União

A receita desse grupo apresentou redução de 7,3% (- R\$ 108,32 milhões), em relação ao mesmo quadrimestre de 2016. No que tange a essas receitas, o repasse referente ao FPE é o mais significativo.

Nesta mesma linha, o resultado acumulado de 2017 totalizou R\$ 3.578,09 milhões, decréscimo de 46,2% (-R\$ 3.076,88 milhões) se comparado a 2016. Tal resultado é consequência do desempenho negativo das Outras Transferências da União.

— **FPE**⁷: O Fundo de Participação dos Estados é composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR. O resultado negativo quadrimestral e acumulado dessa transferência foi consequência da redução da arrecadação do IR.

⁷ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de setembro a dezembro de 2017, Receita Federal.

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2017/setembro2017/analise-mensal-set-2017.pdf>

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2017/outubro2017/analise-mensal-out-2017.pdf>

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2017/novembro2017/analise-mensal-nov-2017.pdf>

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2017/dezembro2017/analise-mensal-dez-2017.pdf>

Os recursos do 3º quadrimestre do FPE apresentaram redução de 37,4% (- R\$ 256,54 milhões) em comparação ao mesmo período de 2017.

Tal fato pode ser explicado, sobretudo, em razão da substancial entrada de recursos, registrada em outubro de 2016, originária do regime especial de regularização cambial e tributária – RERCT – Repatriação de Recursos, recolhida no item IRPJ e não repetida em 2017.

No acumulado, o FPE apresentou redução de R\$ 161,92 milhões (- 10,9%), pelos mesmos motivos acima descritos.

–IPI-EXP: A Constituição de 1988 determina que 10% da arrecadação do IPI seja distribuída para os Estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. A competência para estabelecer e divulgar os coeficientes de participação dos estados cabe ao Tribunal de Contas da União e os mesmos estão disponíveis em: <http://portal.tcu.gov.br/comunidades/transferencias-constitucionais-e-legais/coeficientes-ipi-exportacao/>.

O resultado acumulado da receita na conta IPI-Exportação reflete a redução do coeficiente relativo à participação do ERJ em 2017.

Neste quadrimestre a receita apresentou crescimento de 0,5% (+ R\$ 1,44 milhão), comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

No acumulado, todavia, houve redução de 8,2% (- R\$ 62,71 milhões), em razão, sobretudo, do coeficiente de participação do IPI-Exportação para o Rio de Janeiro. O percentual que, em 2016, era de 18,05857% em 2017 foi reajustado para 14,946822%.

–CIDE: Os recursos repassados pela União aos Estados, DF e Municípios a título de CIDE-Combustíveis são destinados obrigatoriamente ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes. Os dados referentes aos coeficientes de distribuição das receitas da CIDE podem ser consultados no portal do TCU na internet.

O decreto 8.395 de 28 de janeiro de 2015 reintroduziu a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível a partir de maio de 2015.

Neste quadrimestre, a receita registrou acréscimo de R\$ 21,63 milhões (17.504,5%), em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal aumento pode ser explicado pela redução dos repasses de outubro de 2016. O percentual devido aos Estados foi reduzido por conta das alterações promovidas pela EC 93/2016. Entretanto, o STF entendeu por suspender a validade da norma, por meio de liminar, o que ensejou a retirada da dedução da parcela referente à Desvinculação das Receitas da União (DRU) nas transferências. Desta feita, os repasses subsequentes foram restabelecidos.

No acumulado, o valor recebido foi de R\$ 83,48 milhões, 35,4% (+ R\$ 21,83 milhões) a mais do que o valor recebido em 2016. Tal diferença deriva-se do mesmo motivo apontado anteriormente.

–**SUS:** A transferência do SUS consiste no repasse de valores, regular e automático, diretamente do Fundo Nacional da Saúde (FNS) para os Estados e Municípios, independentemente de convênio ou instrumento similar. Destina-se ao financiamento dos programas do SUS e abrange recursos para a Atenção Básica (PAB⁸ fixo⁹ e PAB variável¹⁰) e para os procedimentos de Média e Alta Complexidade. Os repasses referentes ao SUS apresentaram aumento de R\$ 122,04 milhões (+ 51,7%) nesse quadrimestre, se comparado a 2016. Na mesma linha, o repasse acumulado apresentou aumento de R\$ 96,16 milhões (+ 13,5%).

– **SALÁRIO EDUCAÇÃO:** O Repasse de Salário Educação feito pela União é realizado com base em Coeficientes de Distribuição divulgados no site do FNDE. Os coeficientes são calculados levando em consideração dados do Censo Escolar para o exercício corrente e a arrecadação de recursos ocorrida no ano anterior.

Os valores arrecadados no terceiro quadrimestre de 2017 atingiram R\$121,94 milhões, o que representa um decréscimo de R\$ 5,52 milhões (- 4,3%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

No acumulado, a arrecadação alcançou R\$ 393,67 milhões, - 4,8% (- R\$ 19,80 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado.

⁸ PAB: Piso de Atenção Básica

⁹ Refere-se ao financiamento de ações de atenção básica à saúde. Os recursos são transferidos mensalmente, de forma regular e automática.

¹⁰ Destina-se a manutenção do Programa de Agentes comunitários de Saúde, servindo o recurso para financiar os salários dos Agentes, bem como demais despesas decorrentes da manutenção do programa. São recebidos 13 parcelas durante o ano, sendo o incentivo adicional normalmente creditado no mês de Dezembro.

Essa redução é explicada pelo decréscimo no número de alunos matriculados nas escolas estaduais em 8% com relação ao ano passado, por ocasião da reorganização da rede estadual de ensino adotada pela Secretaria Estadual de Educação.

– **OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:** Nesta conta estão consolidadas as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE) - exceto as receitas do salário-educação, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e demais transferências da União.

Com arrecadação de R\$ 132,20 milhões no quadrimestre, esta receita apresentou crescimento de 7,1% (+ R\$ 8,76 milhões) em relação ao mesmo período de 2016. O aumento reflete o recebimento de Transf. Diretas do FNDE referente ao Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE e Outras Transferências Diretas do FNDE verificado no exercício de 2017 em valor maior do que o recebido no ano anterior.

O acumulado, com arrecadação de R\$ 175,60 milhões, variação de - 94,4% (-R\$ 2.950,31 bilhões) justifica-se pela entrada de recursos, no ano de 2016, oriundos do Auxílio Financeiro da União no montante de R\$ 2,9 bilhões determinado pela Medida Provisória 734/2016.

- FUNDEB

É um fundo especial, de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios. São redistribuídos aos Estados e Municípios de acordo com critérios de rateio baseado no número de alunos matriculados na rede pública divulgado pelo censo escolar. A aplicação de seus recursos na educação básica é obrigatória.

O crescimento das receitas do FUNDEB no quadrimestre (+ 4,2% / + R\$ 33,95 milhões) refere-se à composição do ICMS nas receitas do fundo que, dado seu desempenho favorável, contribuiu para que o resultado alcançasse R\$ 837,47 milhões.

No acumulado, o aumento de R\$ 70,52 milhões (+ 2,8%) no resultado é, também, derivado do aumento da receita do ICMS.



- CONVÊNIOS:

As receitas de convênios alcançaram R\$ 64,69 milhões, apresentando redução de 43,6% (- R\$ 50,10 milhões) em relação ao mesmo quadrimestre do ano passado. Neste contexto, cabe destacar o desempenho da conta Outras Transferências de Convênios da União, em particular Transferências Voluntárias, que apresentaram substancial redução de receita.

Da mesma forma, no acumulado, as Transferências de Convênios apresentam decréscimo de R\$ 153,60 milhões (- 48,3%). Esse resultado explica-se pela redução de receita verificada na conta Outras Transferências de Convênios dos Municípios, em específico Transferências Voluntárias, bem como as Outras Transferências de Convênios da União.

IV.II Receitas de Capital

Quadrimestre: R\$ 2.341,39 milhões / + 1.414,1%

Acumulado: R\$ 3.302,67 milhões / + 169,0%

Tabela 17

RECETA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016/2017.

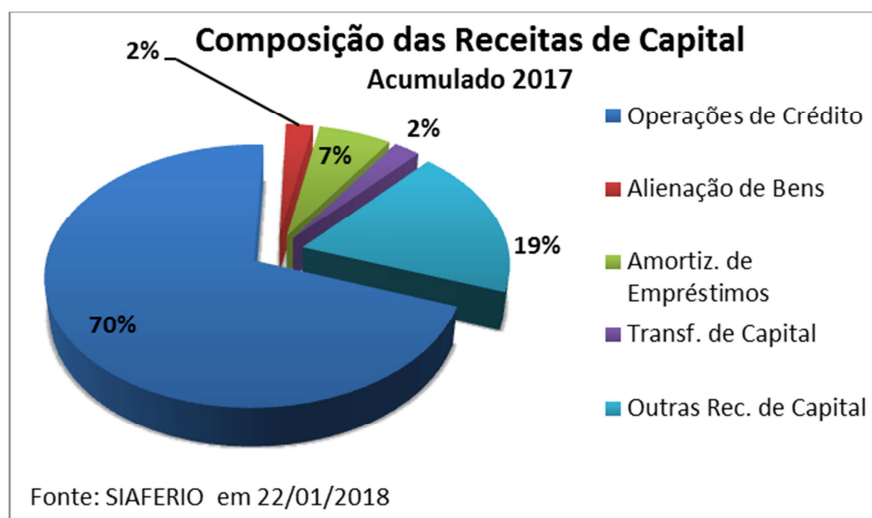
(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
REC. CAPITAL	154,64	2.341,39	1414,1%	1.227,88	3.302,67	169,0%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	71,30	2.230,69	3028,5%	1.047,45	2.312,61	120,8%
ALIENAÇÕES DE BENS	16,25	4,21	-74,1%	27,89	79,60	185,4%
AMORTIZ. DE EMPRÉSTIMOS	42,08	49,74	18,2%	94,23	212,83	125,9%
TRANSF. DE CAPITAL	25,01	56,74	126,9%	58,30	77,51	32,9%
OUTRAS REC. DE CAPITAL	0,00	0,00	-	0,01	620,12	-

Fonte: SIAFERIO em 22/01/2018.

As Receitas de Capital apresentaram crescimento de 1.414% (+ R\$ 2.186,75 milhões) nesse quadrimestre, em relação ao mesmo período de 2016. Tal fato decorreu do aumento das Operações de Crédito no montante de R\$ 2.159,39 milhões.

Gráfico 9



OPERAÇÕES DE CRÉDITO: Na Receita de Operações de Crédito, houve aumento de 3.028,5% (+ R\$ 2.159,39 milhões), justificada nas Operações de Crédito Interna em dezembro de 2017 no valor R\$ 2 bilhões relativa ao Programa de Recuperação Fiscal – PRF celebrado entre o ERJ e o Governo Federal.

A adesão ao PRF permitiu que o ERJ contratasse operação de crédito no valor de R\$ 2 bilhões ao fim do ano de 2017.

No resultado acumulado, do mesmo modo, observou-se aumento de 120,8% (+ R\$ 1.265,16 milhões) em relação ao acumulado de 2016. Esse desempenho pode ser explicado pelo mesmo motivo citado anteriormente.

ALIENAÇÕES DE BENS: A receita de alienação de bens apresentou redução de 74,1% (- R\$ -12,04 milhões) no quadrimestre. Tal fato é explicado pela redução de entrada de recursos derivada da Alienação Bens Imóveis Adiq. Rec. do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, bem como da Alienação de Outros Bens Móveis.

Por outro lado, o resultado acumulado apresentou crescimento de 185,4% (+ R\$ 51,71 milhões). Neste particular, observa-se que a Receita Alienação Bens Imóveis Adiq. Rec. do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS apresentou desempenho superior quando comparado com mesmo período de 2016, justificado em venda de imóvel em janeiro de 2017.

AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS: A amortização de empréstimo apresentou crescimento de 18,2% (+ R\$ 7,66 milhões) no quadrimestre. O resultado apresentado nesta receita se justifica pela variação positiva das contas do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses (FREM) e do Fundo Único de Previdência do Estado do RJ.

Na mesma linha, o resultado acumulado apresentou uma variação positiva de 125,9%, com arrecadação de R\$ 212,83 milhões, + R\$ 118,60 milhões que o arrecadado no mesmo período do ano anterior. Esse resultado pode ser explicado pelos motivos expostos anteriormente.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL: As Transferências de Capital apresentaram crescimento de 126,9% (+ R\$ 31,73 milhões) no quadrimestre. O resultado é explicado pelas Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS vinculadas ao Fundo



Estadual de Saúde -FES, bem assim as Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação, vinculadas à Secretaria de Estado de Educação.

Na mesma linha, o resultado acumulado apresentou uma variação positiva de 32,9%, com arrecadação de R\$ 77,51 milhões, + R\$ 19,21 milhões que o arrecadado no mesmo período do ano anterior. Esse resultado é, também, explicado pelos motivos apresentados no parágrafo anterior.

OUTRAS REC. DE CAPITAL: No resultado acumulado observou-se arrecadação de R\$ 620,12 milhões, o que decorre de Recursos de depósitos judiciais tributários verificados em março de 2017.

V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

A Tabela 18 mostra as despesas do ERJ no seu aspecto mais genérico, aqui consideradas também as intra-orçamentárias.

Inicialmente, a LOA fixou as despesas do Poder Executivo em R\$ 69,60 bilhões.

No final do exercício, com o registro das alterações no orçamento, a dotação alcançou R\$ 78,68 bilhões. Desse valor, R\$ 16,70 bilhões (21,2%) encontram-se contingenciados, medida de controle que orienta as despesas orçamentárias de acordo com o atual panorama econômico.

Aproximadamente R\$ 60,59 bilhões foi empenhado pelos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Poder Executivo (97,8% do orçamento disponível).

Para os Demais Poderes, a despesa inicialmente fixada foi de R\$ 8,11 bilhões. A dotação atual teve uma ligeira queda de R\$ 185 milhões em relação à LOA (R\$ 7,93 bilhões). Do montante total das despesas planejadas para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, para o Ministério do Público e para o Tribunal de Contas foram empenhados R\$ 7,37 bilhões, o equivalente a 93% do orçamento disponível.

Tabela 18– Execução da Despesa Total 2017

R\$ Milhões

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - ATÉ O 3º QUADRIMESTRE 2017							
PODER EXECUTIVO							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2016	DESPESA SEM INTRA	68.363	76.169	15.950	60.218	50.170	50.127
	DESPESA INTRA	3.395	4.198	33	4.166	3.019	3.018
	DESPESA TOTAL	71.758	80.367	15.983	64.384	53.189	53.145
2017	DESPESA SEM INTRA	65.909	71.950	16.456	55.494	54.120	54.046
	DESPESA INTRA	3.688	6.727	248	6.479	6.473	6.473
	DESPESA TOTAL	69.597	78.677	16.704	61.973	60.593	60.519
OUTROS PODERES							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2016	DESPESA SEM INTRA	7.404	7.299	0	7.299	6.647	6.333
	DESPESA INTRA	738	1.071	0	1.071	995	989
	DESPESA TOTAL	8.143	8.370	0	8.370	7.643	7.322
2017	DESPESA SEM INTRA	7.379	7.021	0	7.021	6.518	6.352
	DESPESA INTRA	733	907	0	907	854	840
	DESPESA TOTAL	8.113	7.928	0	7.928	7.372	7.192

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 26/01/2018

**Nesta análise, a Defensoria Pública está incluída no Poder executivo apesar desta gozar de autonomia desde 2017 (EC federal nº45/2004; EC federal nº74/2013; LC estadual nº169/2016).

V.II Créditos Adicionais

Neste exercício de 2017, quando consideramos o orçamento total, incluindo as despesas intra-orçamentárias, devido a uma reclassificação realizada nesse exercício, aproximadamente R\$ 8,90 bilhões foram suplementados no orçamento, representando um acréscimo de 11,4% da dotação inicial.

Avaliando as alterações registradas pelos dois grupos de recursos (Recursos do Tesouro e Demais Fontes), verificou-se que o aumento da dotação inicial na Fonte Tesouro chegou a R\$ 3,65 bilhões, enquanto as Demais Fontes sofreram acréscimo de R\$ 5,24 bilhões (incluindo despesas intra-orçamentárias).

Analisando as alterações por suas respectivas Fontes de Recursos (FR), verificou-se que houve R\$ 2,90 bilhões de expansão da FR 111 (Operações de Crédito) na classificação de FR tesouro. Enquanto nas Demais Fontes, os Recursos Próprios do Rioprevidência (FR 231) totalizaram R\$ 4,23 bilhões de expansão, equivalendo a 81,6% do total suplementado nessas fontes de recurso. A Tabela 19 apresenta as alterações orçamentárias incluídas no orçamento do Estado, incrementos financiados tanto pelo tesouro, quanto pelas demais fontes de recursos, se consideradas as despesas intraorçamentárias.

Num recorte por função governamental, o maior acréscimo ocorreu na função Previdência Social: R\$ 4,18 bilhões de Demais Fontes contra R\$ 1,25 bilhão na Fonte Tesouro. A maior variação ocorreu nos Encargos de Antecipação de Royalties (incremento de R\$ 1,50 bilhão), nos Encargos com Inativos da Segurança Pública (créditos de R\$ 1,47 bilhão) e nos Encargos com Pensões e outros benefícios previdenciários (aumento de R\$ 1,05 bilhão). A função apresentou aumento de 26,4% em seu orçamento original.

Na função Saúde, R\$ 1,23 bilhão foi acrescido no orçamento por meio da FR Tesouro, enquanto R\$ 282 milhões foram nas Demais Fontes. A função apresentou acréscimo de 26,5% em seu orçamento inicial. No tocante às ações desenvolvidas, a maior variação ocorreu no Apoio a Entes para as Ações de Saúde (incremento de R\$ 1,51 bilhão), no Fomento à Expansão e à Qualificação da Atenção Básica aos Municípios (créditos de R\$ 523,09 milhões) e na Organização do Acesso aos Serviços de Saúde pelas Centrais de Regulação (crescimento de R\$ 139,57 milhões).

Por fim, a Educação também apresentou resultados a serem destacados na análise. A função registrou, no total, um incremento de R\$ 203

Tabela 19– Alterações Orçamentárias

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - ATÉ O 3º QUADRIMESTRE 2017			
FR	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUAL
TESOURO	53.899	504	54.403
OP. CRÉDITO	1.851	2.900	4.751
DEMAIS FONTES	19.390	5.178	24.568
RECURSOS PRÓPRIOS RIOPREVIDÊNCIA	8.621	4.228	12.849
OUTRAS	10.768	950	11.719
TOTAL*	73.289	5.682	78.971
Despesas Intraorçamentárias	4.421	3.213	7.634
TESOURO	4.101	3.147	7.248
DEMAIS FONTES	320	66	386
TOTAL GERAL**	77.710	8.895	86.605

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 26/01/2018

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

**Total Geral incluindo despesas intra-orçamentárias.

Tabela 20– Funções

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A DEZ 2017		
PRINCIPAIS FUNÇÕES	FR	CRÉDITOS ADICIONAIS
PREVIDÊNCIA SOCIAL	Tesouro	1.255
	Demais Fontes	4.181
SAÚDE	Tesouro	1.234
	Demais Fontes	282
EDUCAÇÃO	Tesouro	199
	Demais Fontes	4
SUBTOTAL		7.155
OUTRAS DEMANDAS		-1.472
TOTAL		5.682

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 26/01/2018

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e Despesa Intraorçamentária.

milhões, dos quais R\$ 199 milhões foram de Fonte Tesouro, com R\$ 04 milhões nas Demais Fontes. O ajuste suplementou em R\$ 202,01 milhões o Suporte à Autonomia Financeira de Unidades Escolares, em R\$ 183,87 milhões a Manutenção de Unidades Educacionais e Tecnológicas FAETEC e em R\$ 105,89 milhões o Fornecimento de Serviços de Utilidade Pública em Unidades Escolares.

A Tabela 20 apresenta as principais alterações orçamentárias ocorridas nas funções contidas no orçamento.

V.III Despesas por Grupo

Este tópico analisa os gastos pela ótica da Categoria Econômica (Corrente ou Capital) e pelo Grupo de Despesa, classificações que proporcionam uma melhor visibilidade das ações executadas, conforme Tabela 21.

A Categoria das Despesas Correntes, grupo que engloba as despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes, foi responsável por 96,8% (R\$ 58,49 bilhões) do total liquidado até dezembro. O grupo de Outras Despesas Correntes é composto pelas despesas vinculadas a dispositivos legais (exemplo: pagamento de encargos com o Governo Federal) e pelo custeio da máquina.

A Categoria das Despesas de Capital (Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida) executou R\$ 1,90 bilhão, o equivalente a 3,2% do total liquidado pelo ERJ.

Cabe ressaltar que as despesas intra-orçamentárias foram excluídas no processamento dos dados selecionados.

Nos próximos tópicos serão averiguados os gastos, as variações e as justificativas apresentado por cada grupo de despesa.

Tabela 21– Despesas por Grupo

R\$ Milhões

DESPESAS POR GRUPO				
CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE		
		2016	2017	Variação %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	35.739	38.722	8,3%
	1.1 - DESPESAS COM ATIVOS	19.956	19.439	-2,6%
	1.1.1 - PODER EXECUTIVO	15.662	15.166	-3,2%
	1.1.2 - OUTROS PODERES	4.294	4.273	-0,5%
	1.2 - DESPESAS COM INATIVOS**	12.069	14.608	21,0%
	1.2.1 - PODER EXECUTIVO	9.706	12.072	24,4%
	1.2.2 - OUTROS PODERES	2.363	2.536	7,3%
	1.3 - DESPESAS COM PENSIONISTAS**	3.715	4.675	25,8%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.730	902	-67,0%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	13.468	18.870	40,1%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	12.431	17.858	43,7%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	10.531	15.893	50,9%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	1.900	1.965	3,5%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	1.037	1.012	-2,4%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO (EGE)	1.037	1.012	-2,4%
TOTAL CORRENTE		51.937	58.493	12,6%
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	2.508	987	-60,6%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	2.381	887	-62,7%
	4.2 - OUTROS PODERES	127	100	-21,1%
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	28	18	-37,1%
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		1.987	900	-54,7%
TOTAL CAPITAL		4.523	1.905	-57,9%
TOTAL GERAL		56.460	60.398	7,0%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 26/01/2018

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

**Em 2016, Inativos e Pensionistas estavam no Grupo de Despesa 3 de Outras Despesas Correntes. A partir de 2017, esses valores passaram a constar o Grupo de Despesa 1 de Pessoal. Representamos tudo no Grupo de Despesa 1 para facilitar a comparação.

***Nesta análise, a Defensoria Pública está incluída no Poder Executivo apesar desta gozar de autonomia desde 2017 (EC federal nº45/2004; EC federal nº74/2013; LC estadual nº169/2016).

➤ Despesas de Pessoal

A Tabela 22 demonstra os maiores dispêndios realizados pelo Governo do Estado na área de pessoal, em 2017. No acumulado foram liquidados R\$ 38,72 bilhões, um aumento de 8,3% (+2,98 bilhões) ao valor registrado no mesmo período de 2016. Quando consideradas as despesas intraorçamentárias (R\$ 3,26 bilhões), o gasto do grupo alcança o patamar de R\$ 41,98 bilhões, reflexo dos gastos com obrigações patronais.

No âmbito geral, o grupo apresentou um crescimento na despesa executada de 8,2% em decorrência da reclassificação da despesa com inativos e pensionistas. Essa despesa era realizada como Outras Despesas Correntes até o ano de 2016 e passou a ser executada na categoria de Pessoal e Encargos Sociais em 2017.

Na esfera do Poder Executivo, as áreas que apresentaram maior gasto no grupo de pessoal foram: Previdência Social, Segurança Pública e Educação, sendo essas duas últimas consideradas áreas prioritárias do Governo. Juntas, essas duas funções foram responsáveis por R\$ 10,79 bilhões da despesa liquidada. Desse montante, R\$ 8,12 bilhões (75,2%) foram financiados com recursos do Tesouro Estadual. Nesta análise, a Defensoria Pública está incluída no Poder Executivo apesar de gozar de autonomia desde 2017 (EC federal nº45/2004; EC federal nº74/2013; LC estadual nº169/2016).

Nas Demais Áreas, as despesas liquidadas em 2017 somaram R\$ 8,61 bilhões, apresentando uma execução bem próxima da que foi realizada em 2016.

Por fim, os gastos realizados pelos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas representaram 11% do montante liquidado, sendo R\$ 4,15 bilhões, financiados com FR 100 (Ordinários Provenientes de Impostos).

Tabela 22– Despesas de Pessoal

FUNÇÃO	ATÉ 3º QUADRIMESTRE		R\$ Milhões
	2016	2017	VARIAÇÃO %
Previdência Social	15.826	19.327	22,1%
Segurança Pública	7.227	6.931	-4,1%
Educação	4.150	3.858	-7,0%
*Demais Áreas	8.536	8.606	0,8%
Subtotal	35.739	38.722	8,3%
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	3.063	3.257	6,3%
TOTAL GERAL	38.802	41.979	8,2%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 26/01/2018

Exclui despesas intraorçamentárias / Exclui CEDAE e IMPRENSA

*Em 2017 a despesa com Inativos foi reclassificada e passou, a ser executada no Grupo de Pessoal e Encargos Sociais.

No âmbito da Função Educação, R\$ 2,34 bilhões (60,7%) das despesas registradas no grupo de Pessoal e Encargos Sociais foram assegurados com recursos do FUNDEB.

➤ Outras Despesas Correntes

A Tabela 23 a seguir demonstra o gasto com a manutenção do Estado, em 2017, comparativamente ao exercício de 2016.

No acumulado, o grupo apresentou uma despesa total de R\$ 18,87 bilhões. Comparando-se com o mesmo período de 2016, houve uma variação positiva de 40,1%, ou, +R\$ 5,41 bilhões.

No tocante às atividades governamentais, observa-se um crescimento considerável na Previdência Social, +R\$ 4,08 bilhões, resultante da contabilização da cessão de ativos futuros (Royalties do Petróleo) como despesa orçamentária, por determinação do Tribunal de Contas do Estado RJ – TCE-RJ, a fim de manter a uniformidade de critérios de registro e, dessa forma, melhorar a transparência dos atos de gestão, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16.5).

Ainda na área da Previdência Social, vale ressaltar que no exercício de 2017, a despesa com a folha de pagamento de inativos e pensionistas foi reclassificada e passou a ser executada no grupo de Pessoal e Encargos Social. Até 2016, a mesma era realizada no grupo de Outras Despesas Correntes.

Em outras áreas do governo, conforme demonstra a Tabela 23, percebem-se variações menores, porém significativas, como é o caso da Saúde e da Educação.

A Saúde, mesmo em meio à crise financeira que assolou o governo do estado, destacou-se pela execução de R\$ 5,16 bilhões, identificando-se aí os serviços oferecidos à população por meio do Núcleo de Disfunções Miccionais (NDM) – uma iniciativa da Unidade Docente Assistencial da Urologia da UERJ – e dos repasses de recursos financeiros para os Fundos Municipais de Saúde, atinentes ao Programa de Apoio aos Hospitais do Interior (PAHI), Urgências e Emergências 24 horas, bem como os serviços de Manutenção das diversas Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) e Hospitais Estaduais no ERJ.

Já no âmbito da Educação verificou-se um aporte de R\$ 2,10 bilhões, custeando-se despesas com manutenção operacional das unidades escolares, incluindo o gasto com concessionárias e com o fornecimento de gêneros alimentícios (R\$ 1,32 bilhão). Destacou-se também a concessão de bolsas especiais por meio do Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística – PROCIÊNCIA – (R\$ 109,55 milhões). Outro importante dispêndio foram as despesas com auxílio-alimentação e auxílio-transporte fornecidos aos servidores da área (R\$ 277,31 milhões).

Tabela 23– Função Governamental

FUNÇÃO	ATÉ 3º QUADRIMESTRE		Em R\$ VARIÇÃO
	2016	2017	%
Saúde	3.655.104.699	5.157.707.466	41,1%
Educação	1.836.592.488	2.100.464.550	14,4%
Segurança Pública	1.738.717.387	1.606.080.906	-7,6%
Demais Despesas de CUSTEIO	4.154.431.627	3.506.262.180	-15,6%
Subtotal CUSTEIO	11.384.846.200	12.370.515.102	8,7%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	166.720.834	4.248.835.670	2448,5%
ENCARGOS ESPECIAIS	1.917.064.155	2.250.751.431	17,4%
TOTAL	13.468.631.189	18.870.102.203	40,1%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 26/01/2018

Exclui despesas intraorçamentárias / Exclui CEDAE e IMPRENSA

*Em 2017 a despesa com Inativos foi reclassificada e passou, a ser executada no Grupo de Pessoal e Encargos Sociais.

➤ Investimentos e Inversões Financeiras

Em virtude das incertezas sobre a gestão pública e da política econômica em curso, com destaque ao elevado nível de endividamento do país, os investimentos caíram 60,4% (-1,53 bilhão) em 2017.

Ainda assim, conforme Tabela 24 a administração realizou alguns poucos investimentos neste exercício de 2017, que totalizaram R\$ 1,00 bilhão e neste âmbito os projetos que tiveram um considerável destaque foram:

- As intervenções em saneamento ambiental – R\$ 399,32 milhões;
- Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário (PET 2) - R\$ 112,40 milhões;
- Construção e Reforma das Edificações do Poder Judiciário – R\$ 74,93 milhões;
- Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da FAPERJ – R\$ 52,65 milhões;
- Melhoria da Infraestrutura Hidráulica dos Corpos Hídricos – R\$ 43,21 milhões;
- Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas – R\$ 42,10 milhões.

Tabela 24- Investimentos e Inversões Financeiras

AÇÕES	Em R\$		Variação %
	ATÉ 3º QUADRIMESTRE 2016	2017	
Intervenções em Saneamento Ambiental	118.977.974	399.320.438	235,6%
Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário - PET 2	64.402.601	112.401.705	74,5%
Construção e Reforma das Edificações do Poder Judiciário	40.935.923	74.931.194	83,0%
Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da FAPERJ	17.350.843	52.648.766	203,4%
Melhoria da Infraestrutura Hidráulica dos Corpos Hídricos/FECAM	-	43.210.033	
Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas	30.630.803	42.099.053	37,4%
SUBTOTAL	241.667.342	724.611.190	199,8%
DEMAIS AÇÕES	2.294.477.616	280.293.831	-87,8%
TOTAL GERAL	2.536.144.958	1.004.905.021	-60,4%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 26/01/2018

V.IV - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ11, FECAM12 e FEHIS13.

A Tabela 25 ao lado, apresenta os percentuais verificados pelos índices constitucionais e legais com base na arrecadação da receita e a liquidação das despesas acumuladas de 2016 e 2017.

Ressalta-se que, para fins legais, a apuração destes índices é realizada ao fim do exercício. O acompanhamento ao longo do ano e a divulgação de tais resultados por meio deste Boletim de Transparência tem a finalidade de balizar a gestão orçamentária e financeira adequada ao cumprimento dos percentuais.

A apuração dos índices leva em consideração as receitas e despesas previstas pelas respectivas legislações. Para os Índices de Educação e Saúde são contabilizados os recursos provenientes da arrecadação de impostos e de transferências recebidas pelo Estado e as despesas por eles financiados; para o Índice da FAPERJ a receita base são os recursos líquidos de impostos (subtraídas as transferências aos municípios) e deduzidos os montantes equivalentes à aplicação em Educação e Saúde; para o FECAM, a aplicação mínima em gastos com meio ambiente é igual a 5% dos recursos de royalties oriundos da exploração dos campos de pós-sal, mais 10% dos oriundos do pré-sal; e, por fim, para o FEHIS o mínimo equivale a 10% dos recursos provenientes do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECF –, receita tributária que incide adicionalmente ao ICMS.

As receitas tributárias de todos os Índices Constitucionais apresentaram crescimento em relação ao mesmo período do ano passado. Destaque para o grande crescimento dos recursos provenientes do Fundo de Participação Especial dos royalties, que afetam diretamente o índice do FECAM.

Tabela 25– Execução dos Índices Constitucionais

R\$ Milhares

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			
PERÍODO	ATÉ 3º QUADRIMESTRE		Variação %
	2016	2017	
EDUCAÇÃO			
RECEITA BASE	36.277.521	37.756.791	4,1%
DESPESA LIQUIDADA	9.108.787	9.216.383	1,2%
Uos	3.271.111	3.345.197	2,3%
FUNDEB	5.837.677	5.871.185	0,6%
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	9.069.380	9.439.198	4,1%
% ÍNDICE	25,1%	24,4%	-0,7%
SAÚDE			
RECEITA BASE	36.277.279	37.756.690	4,1%
DESPESA LIQUIDADA	3.754.058	4.612.357	22,9%
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	4.353.273	4.530.803	4,1%
% ÍNDICE	10,3%	12,2%	1,9%
FAPERJ			
RECEITA BASE	15.069.333	15.812.095	4,9%
DESPESA LIQUIDADA	330.033	318.159	-3,6%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	301.387	316.242	4,9%
% ÍNDICE	2,2%	2,0%	-0,2%
FECAM			
RECEITA BASE	2.432.383	5.008.848	105,9%
DESPESA LIQUIDADA	205.950	400.996	94,7%
MÍNIMO A SER APLICADO	180.163	334.211	85,5%
% ÍNDICE	8,4%	8,0%	-0,4%
FEHIS			
RECEITA BASE	2.883.856	3.221.144	11,7%
DESPESA LIQUIDADA	80.463	47.903	-40,5%
UOS	28.617	2.639	-90,8%
Aluguel Social	51.846	45.264	-12,7%
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	288.386	322.114	11,7%
% ÍNDICE	2,8%	1,5%	-1,3%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

¹¹ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

¹² FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

¹³ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

Uma análise apenas dos percentuais aplicados mostra panoramas distintos em relação à execução dos índices. O percentual mínimo de 25% na Educação, assim como o de 10% do FEHIS, não foi cumprido no término do ano. No caso do FEHIS, sendo executados em proporção inferior ao do mesmo período do exercício de 2016. Cenário semelhante ocorre com o índice da FAPERJ, que embora tenha atingido a meta, executou 3,6% a menos.

Por outro lado, no caso da Educação, apesar de elevar os gastos em 2017, o índice Constitucional não foi cumprido, atingindo 24,4% (um decréscimo de 0,7% em relação ao ano anterior). Esse descumprimento decorreu de um descompasso entre a arrecadação esperada e a despesa realizada. No período de 21 a 28 de dezembro de 2017, observou-se uma atípica entrada de recursos originários de impostos, superando as expectativas e acarretando no não cumprimento do índice, dado a essa elevação da Receita.

A seguir, os gastos serão tratados detalhadamente, de forma a esclarecer como o Estado está aplicando obrigatoriamente tais recursos.

➤ Educação

Analisando a aplicação dos recursos por grupo de despesa, a Tabela 26, demonstra que a despesa de pessoal liquidada apresentou uma variação negativa de 5,3% (equivalente a -R\$ 259,75 milhões). Grande parte do gasto de pessoal é custeada com recursos do FUNDEB (FR 215), recurso responsável pelo pagamento quase integral da folha de pessoal da SEEDUC. Os recursos com fonte Tesouro neste grupo totalizaram R\$ 2,23 bilhões.

O grupo Outras Despesas Correntes, que agrega o custeio de todas as unidades orçamentárias, apresentou uma variação positiva de 35,7% (+R\$ 358,18 milhões). Em 2017, a fonte Tesouro contribuiu com R\$ 1,13 bilhão e, deste montante, a SEEDUC destinou R\$ 574,78 milhões especificamente para o custeio, com a finalidade de atender a manutenção e a autonomia financeiras das escolas.

Cabe ressaltar, que grande parte da execução na função educação foi realizada através de recursos da FR 105 (Salário Educação), cujos gastos não são contabilizados no índice.

Tabela 26– Distribuição do Índice Educação por Grupo de Despesa

Em R\$ Milhares

APLICAÇÃO NO ÍNDICE				
GRUPO DE DESPESA	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE		Variação %	Participação em 2017
Pessoal	2016	2017		
Pessoal	4.890.698	4.630.952	-5,3%	50,1%
FR TESOURO	2.452.501	2.231.816	-9,0%	
FUNDEB (retorno)	2.438.197	2.399.136	-1,6%	
Outras Desp. Correntes	1.002.141	1.360.323	35,7%	14,7%
FR TESOURO	806.256	1.129.472	40,1%	
FUNDEB (retorno)	195.885	230.851	17,9%	
Investimento/Inversões	12.354	14.989	21,3%	0,2%
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	0,0%
Amortização da Dívida	-	7	-	0,0%
SUB TOTAL	5.905.192	6.006.271	1,7%	65,0%
FUNDEB (Perda Líquida)	3.245.232	3.241.198	-0,1%	35,0%
TOTAL GERAL**	9.150.424	9.247.469	1,1%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

5.178.230

Obs: Dados extraídos em 26/01/2018

*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral

** Nesta tabela, está incluída os valores de rendimento de aplicação financeira do FUNDEB, não contabilizados para fins de apuração do índice 2016: R\$41,63milhões- 2017: R\$ 31,08 milhões

A Tabela 27 permite demonstrar a distribuição da despesa do índice por unidades orçamentárias do ERJ e analisar as maiores participações no exercício de 2017. O grau de participação das UO's em 2017 alcançou o patamar dos 36,5%. O FUNDEB representou os 63,5% das despesas restantes.

O somatório das despesas desembolsadas apresenta uma variação mínima positiva de 1,1% (+R\$ 97,03 milhões).

- A Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), em 2017, atendeu 702.692 alunos em 1.251 unidades escolares. Ela vem atuando com 187 unidades de ensino em horário integral, contemplando 33.189 estudantes. A previsão para 2018 é ofertar esse modelo de ensino integral em 233 unidades. A participação de 14,0% na composição do índice apresentou execução total de R\$ 1,29 bilhão (+R\$ 123,89 milhões). Desse montante, R\$ 717,25 milhões foram alocados em gastos com pessoal e R\$ 574,78 milhões foram no custeio da secretaria, com a execução de despesas com pagamento de concessionárias (R\$ 191,85 milhões), de vale-transporte (R\$ 62,09 milhões) e de transferências através das descentralizações (R\$ 271,05 milhões) dando o suporte necessário às unidades escolares.
- A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com a segunda maior participação na execução do índice (10,7%), registrou aumento de R\$ 46,05 milhões (+4,9%) frente a 2016. Este acréscimo foi desembolsado em pessoal (R\$ 753,57 milhões) e em despesas de custeio (R\$ 226,09 milhões), registrando R\$ 45,86 milhões nas ações de incentivo a permanência de discente (aos cotistas e demais estudantes) e R\$ 47,37 milhões na operacionalização da SEEDUC.
- Até o final deste quadrimestre, a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) liquidou R\$ 676,79 milhões, uma queda de 11,1% (-R\$ 84,17 milhões). No período, a Fundação aplicou R\$ 444,69 milhões na folha de pessoal. O total pago no custeio, R\$ 231,92 milhões, concentrou o valor de R\$ 182,25 milhões nas descentralizações para atender toda a rede da FAETEC.

Tabela 27– Distribuição do Índice da Educação por U.O.

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO				
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE		Variação %	Participação em 2017
	2016	2017		
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	1.168.144.136	1.292.032.455	10,6%	14,0%
DEGASE - Depart. Geral Ações Socio-Educat.	192.010.593	207.294.651	8,0%	2,2%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	947.227.788	993.280.560	4,9%	10,7%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	760.956.071	676.786.249	-11,1%	7,3%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	151.321.670	156.688.941	3,5%	0,3%
CECERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distân do Est RJ	32.433.097	32.073.976	-1,1%	0,3%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	19.017.308	18.126.979	-4,7%	0,2%
Total das Unidades Orçamentárias*	3.271.110.663	3.376.283.811	3,2%	36,5%
FUNDEB**	5.879.313.395	5.871.185.201	-0,1%	63,5%
TOTAL DO ÍNDICE	9.150.424.059	9.247.469.011	1,1%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 26/01/2018

* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das U.Os

** Nesta tabela, está incluída os valores de rendimento de aplicação financeira do FUNDEB, não contabilizados para fins de apuração do índice (2016: R\$41,63 milhões) (2017: R\$ 31,08 milhões)

➤ Educação – Demais Fontes de Recursos

A Função Educação conta com outras fontes de financiamento que são responsáveis por montante significativo da despesa dentro da área. A Tabela 28 apresenta a destinação dos recursos não provenientes do Tesouro na Função Educação (Demais Fontes de Recursos). No ano de 2017, a despesa total liquidada foi de R\$ 501,49 milhões, com variação registrada de -19,5% (-R\$121,48 milhões).

O Salário Educação (FR 105) apresentou uma redução de 18,2% (-R\$ 73,82 milhões) e representa a maior participação dos recursos não provenientes do Tesouro dentro da função (66,1%). Do montante aplicado até o último quadrimestre (R\$ 331,39 milhões), a maior parcela aplicada na SEEDUC foi de R\$ 185,96 milhões, alocada na Nutrição Escolar. Os outros R\$ 145,43 milhões foram consumidos por despesas inerentes ao custeio relacionadas ao funcionamento das escolas, serviços operacionais de apoio à limpeza, serviços administrativos e as descentralizações para atender a manutenção.

As despesas liquidadas por meio das Transferências Legais recebidas da União (FR 224) apresentaram variação positiva de 20,4% (+R\$ 15,02 milhões) e totalizaram R\$ 88,59 milhões em 2017. A Secretaria de Educação aplicou R\$ 67,42 milhões no programa de alimentação e R\$ 17,74 milhões na autonomia financeira das unidades escolares. Na FAETEC, foram alocados R\$ 3,43 milhões no pagamento de bolsas-auxílio de professores e alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

Os recursos diretamente arrecadados (FR 230) liquidaram montante de R\$ 32,27 milhões, dos quais R\$ 28,90 milhões foram gastos no custeio da UERJ. A CECIERJ investiu R\$ 3,36 milhões na operacionalização do curso superior à distância e no fortalecimento da educação básica CEJA.

O repasse do SUS (FR 225) financiou R\$ 27,56 milhões neste ano de 2017, um decréscimo de 12,7% (-R\$ 4,00 milhões) em relação a 2016, fato que contribuiu para redução das atividades desenvolvidas no Hospital Pedro Ernesto. Em função da dificuldade financeira, a UERJ direcionou os gastos basicamente à operacionalização do Hospital Universitário.

Tabela 28– Demais Fontes de Recursos

Em R\$

FUNÇÃO EDUCAÇÃO				
FR - FONTES NÃO TESOIRO	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE		Variação %	Participação em 2017
	2016	2017		
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 105)	405.213.003	331.390.948	-18,2%	66,1%
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES CONVÊNIOS (FR 224)	73.576.271	88.594.979	20,4%	17,7%
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 230)	38.445.422	32.270.830	-16,1%	6,4%
SUS (FR 225)	31.562.300	27.559.489	-12,7%	5,5%
CONVÊNIOS (FR 212)	34.179.728	21.678.159	-36,6%	4,3%
TRANSF. INTRAOR. (218)				
Convênio TCE/TJ/SEAP/DEGASE	40.000.000	-	-100,0%	0,0%
TOTAL	622.976.724	501.494.405	-19,5%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 26/01/2018

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

➤ Saúde

No exercício de 2017, a aplicação de recursos em ações direcionadas à Rede de Saúde Pública do ERJ foi positiva em 22,9% em relação ao ano passado, +R\$ 858,30 milhões, conforme demonstrado na Tabela 29.

Tabela 29– Aplicação do Índice por Grupo de Despesa

Em R\$

APLICAÇÃO DO ÍNDICE POR GD				
GRUPO DE DESPESA	JAN a DEZ		Variação %	Participação em 2017
	2016	2017		
Pessoal	1.002.896.079	746.586.997	-25,6%	16,2%
Outras Desp. Correntes	2.673.722.633	3.861.142.673	44,4%	83,7%
Investimentos / Inversões	73.395.453	4.627.767	-93,7%	0,1%
Amortização da Dívida	4.043.360	0	-100,0%	0,0%
TOTAL	3.754.057.525	4.612.357.437	22,9%	100,0%

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 26/01/2018.

O grupo de despesa de Outras Despesas Correntes participou com 83,7% na execução do índice com aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde. Foi constatada neste grupo de despesa uma variação positiva de 44,4% (+R\$ 1,19 milhão) em relação ao ano anterior. A análise das principais ações desenvolvidas nesse grupo em 2017 será abordada abaixo conforme as destinações finais mais expressivas, em ordem decrescente:

1 - Apoio a Entes para Ações de Saúde - despesa realizada de R\$ 1,26 bilhão referente ao repasse de recursos financeiros para Fundos Municipais de Saúde, no âmbito do Programa de Apoio aos Hospitais do Interior – PAHI. A Tabela 30 acima discrimina esses repasses, por regiões.

2 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar – investiu-se R\$ 926,98 milhões, dos quais R\$ 555,00 milhões são referentes às despesas de pessoal decorrentes de contrato de terceirização e R\$ 311,30 milhões foram direcionados para a Gestão de Serviços de Saúde (custeio das OS's). Os valores referentes às despesas com pessoal e ao custeio supracitados foram distribuídos nos Hospitais conforme a Tabela 31, totalizando R\$ 866,30 milhões.

Tabela 30– Repasse para Fundos Municipais de Saúde, por regiões

Em R\$

REPASSE PARA FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE - 2017	
METROPOLITANA	486.094.957
NORTE	191.798.633
SERRANA	162.503.012
MÉDIO PARAÍBA	132.101.213
BAÍA DA ILHA GRANDE	80.586.368
BAIXADA LITORANEA	70.872.856
NOROESTE	64.510.162
CENTRO SUL	63.913.687
REGIÕES NÃO ESPECIFICADAS	4.735.573
TOTAL REPASSADO	1.257.116.461

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 26/01/2018.

3- Fomento à Expansão e à Qualificação da Atenção Básica nos Municípios - despesa realizada de R\$ 430,61 milhões, referente a repasses de recursos financeiros, visando cofinanciamento, para os Fundos Municipais de Saúde (Tabela 32).

4- Execução do Contrato de Gestão – FES – houve uma aplicação de R\$ 314,45 milhões. Nesse programa de trabalho são executadas as despesas da Fundação Saúde com seus postos de assistência médica e com outras unidades da Secretaria de Estado de Saúde, incluindo as despesas com pessoal, despesas obrigatórias e de custeio.

No grupo Investimento/Inversões foram liquidados até o momento R\$ 4,63 milhões. A baixa liquidação supracitada (-93,7% em relação ao ano de 2016) é reflexo do cenário econômico de crise que o ERJ vem atravessando e da dificuldade de contratação de Operações de Crédito devido à extrapolação do limite máximo da dívida consolidada, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No grupo de Pessoal houve um decréscimo de 25,6% (-R\$ 256,31 milhões) em relação ao ano passado. Essa diminuição foi resultado de uma modificação na classificação dos gastos por determinação do TCE/RJ. A Unidade Orçamentária da Fundação Saúde está sendo inteiramente executada num programa de trabalho no FES dentro do grupo de despesa de Outras Despesas Correntes (Ação 2911). Assim, houve migração dos valores executados em pessoal da Fundação Saúde do grupo de despesa de pessoal para o grupo de despesa de Outras Despesas Correntes.

Há de se destacar também que, a partir do segundo quadrimestre de 2017, novas determinações do TCE RJ acarretaram alterações na metodologia de cálculo do índice da saúde. O modelo calculado nesse boletim está em consonância com os relatórios oficiais da LRF. Assim sendo, o FES (Fundo Estadual de Saúde) é a única Unidade Orçamentária da Função Saúde que contabilizará para a aplicação das Ações e Serviços Públicos de Saúde do índice, restando com isso desnecessário realizar a análise feita em Boletins anteriores da aplicação do índice por Unidade Orçamentária.

Além disso, nesse ano temos uma peculiaridade em relação ao Índice da Saúde. Em decorrência do descumprimento da aplicação do limite mínimo no índice da saúde no ano de 2016, está havendo um recondicionamento do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) diretamente da União para a conta de titularidade do Fundo Estadual de Saúde (FES) com a finalidade de

Tabela 31– Repasse para OS's

Em Milhões
R\$

REPASSSE PARA AS OS's - 2017		
UNIDADES COM GESTÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	LOCALIZAÇÃO	JAN A DEZ
HOSPITAL DA MULHER HELENEIDA STUDART	SÃO JOÃO DE MERITI	60,14
HOSPITAL ESTADUAL CARLOS CHAGAS	MARECHAL HERMES	11,02
HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	VILA VALQUEIRE	47,25
HOSPITAL ESTADUAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	58,64
HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS	PENHA	143,19
HOSPITAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA DONA LINDU	PARAÍBA DO SUL	2,40
HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	NITERÓI	151,40
HOSPITAL ESTADUAL DE SAQUAREMA	SAQUAREMA	22,00
HOSPITAL ROBERTO CHABO E HOSPITAL ESTADUAL N.Sra. NAZARETH	ARARUAMA E SAQUAREMA	32,16
HOSPITAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA VEREADOR MELCHIADES CALAZANS	NILÓPOLIS	6,39
HOSPITAL ESTADUAL DA MÃE	MESQUITA	49,40
INSTITUTO ESTADUAL DO CÉREBRO PAULO NIEMEYER E HOSPITAL ESTADUAL ANCHIETA	CENTRO RJ	59,89
HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES	SÃO GONÇALO	147,91
IABAS	DIVERSOS	78,06
REPASSSES DIVERSOS		1,95
CANCELAMENTO EM DIVERSOS HOSPITAIS		-5,50
TOTAL REPASSADO		866,30

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 26/01/2018.

Tabela 32– Repasse para Atenção Básica nos Municípios

Fomento da Atenção Básica nos Municípios - 2017	
RIO DE JANEIRO	244.219.770
SÃO GONÇALO	39.234.651
DUQUE DE CAXIAS	33.329.450
NITERÓI	18.709.943
BELFORD ROXO	18.569.323
SÃO JOÃO DE MERITI	17.306.668
MAGÉ	8.880.631
ITABORAÍ	8.672.706
MESQUITA	6.426.760
NILÓPOLIS	5.949.469
MARICÁ	5.632.190
QUEIMADOS	5.431.104
ITAGUAÍ	4.541.610
JAPERI	3.779.019
SEROPÉDICA	3.144.122
NOVA IGUAÇU	2.577.713
RIO BONITO	2.178.191
TANGUÁ	1.228.946
OUTROS	799.643
TOTAL REPASSADO	430.611.910

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 26/01/2018.

complementar essa aplicação do exercício de 2016 até o cumprimento legal do limite mínimo.

Em 2017, foram gastos R\$ 598,53 milhões nessa aplicação adicional para atingir o percentual mínimo que deixou de ser realizado no ano de 2016, dentre os quais, R\$ 465,83 milhões foram gastos nas transferências Fundo a Fundo aos Municípios; R\$ 39,30 milhões foram empregados em Gestão de Serviços de Saúde (custeio das OS's) e R\$ 22,98 milhões foram direcionados para despesas de pessoal decorrentes de contrato de terceirização dessas OS's, totalizando R\$ 62,29 milhões (conforme detalhamento discriminado na Tabela 33), entre outras despesas de menor vulto.

Além dos recursos do Tesouro, a Função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes, não contabilizados para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 34 abaixo discrimina o detalhamento da execução de tais fontes.

Tabela 33– Repasse para as OS's – cumprimento do Índice do ano de 2016

Em Milhões
R\$

REPASSE PARA AS OS's em 2017 - Índice 2016		
UNIDADES COM GESTÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	LOCALIZAÇÃO	JAN A DEZ
HOSPITAL DA MULHER HELENEIDA STUDART	SÃO JOÃO DE MERITI	4,16
HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	VILA VALQUEIRE	6,50
HOSPITAL ESTADUAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	2,00
HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS	PENHA	18,67
HOSPITAL DE TRAUMATOLOGIA E HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	PARAÍBA DO SUL	4,92
HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES	NITERÓI	7,00
HOSPITAL ESTADUAL DA MÃE	SÃO GONÇALO	4,00
IABAS	MESQUITA	3,40
	DIVERSOS	8,04
REPASSES DIVERSOS		3,98
CANCELAMENTO EM DIVERSOS HOSPITAIS		-,38
TOTAL REPASSADO		62,29

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 26/01/2018.

Tabela 34– Distribuição da Função Saúde nas Fontes Não Tesouro

Em R\$

FUNÇÃO SAÚDE				
FR - FONTES NÃO TESOUREIRO	JAN a DEZ		Variação %	Participação em 2017
	2016	2017		
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 230)	142.101.040	133.503.940	-6,0%	10,7%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 111)	884.855	0	-100,0%	0,0%
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS (FR 212)	617.264	8.011.470	1197,9%	0,6%
CONTRATOS INTRAORÇAMENTÁRIOS GESTÃO	324.234.516	295.246.005	-8,9%	23,6%
SUS (FR 225)	853.228.520	813.441.483	-4,7%	65,1%
TOTAL	1.321.066.195	1.250.202.898	-5,4%	100,0%

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 26/01/2018.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias

A FR 223 estava incluída na metodologia de cálculo para a aplicação no índice da saúde até o primeiro quadrimestre de 2017 juntamente com as fontes de tesouro. Por determinação do TCE/RJ, ela não é considerada mais para esse cômputo, pois a partir de agora somente a execução na Unidade Orçamentária do FES que contabiliza para o índice, através da movimentação de uma conta única. A execução da despesa da Fundação era contabilizada na FR 223 (Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde), previamente empenhada no FES com recursos do Tesouro, em favor da Fundação. Assim sendo, os recursos referentes à FR 223 foram incluídos na tabela relativa às fontes não tesouro.

No exercício de 2017, as despesas do Sistema Único de Saúde (SUS - FR 225) foram o grande destaque de aplicação na Função Saúde com recursos Não Tesouro, correspondendo 65,1%. Esse aumento das despesas financiadas com a fonte do SUS provém da substituição do uso dessa fonte nos programas de trabalho diante da escassez de fonte tesouro pela crise econômica que se encontra o ERJ. Mesmo assim, houve um decréscimo de 4,7% das aplicações (- R\$ 39,79 milhões) em relação ao ano de 2016, apesar de ter ocorrido um aumento de 15,5% nas receitas recebidas do SUS nesse exercício.

Do montante de R\$ 813,44 milhões executados na FR 225, R\$ 329,64 milhões foram direcionados para a Operacionalização das UPA's 24h Estaduais; R\$ 303,36 milhões para a Assistência Ambulatorial e Hospitalar; R\$ 41,20 milhões para o Fortalecimento do Programa Estadual de Transplantes – PET; dentre outras despesas menores.

➤ FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), órgão executor das ações na área de Ciência e Tecnologia, executou R\$ 318,16 milhões em 2017, valor esse 5,5% superior ao exercício de 2016. A despesa liquidada pela Fundação representou 2,0% da receita base do índice (conforme Tabela 25 no início desse capítulo). A Tabela Tabela 35 demonstra a execução do índice nas principais ações do ano.

As despesas direcionadas ao “Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas” gerenciado pela FAPERJ executaram R\$ 110,74 milhões no ano (+R\$ 78,09 milhões ante 2016) apresentando a maior parcela liquidada. A ação concentra esforços na concessão de auxílios abrangendo despesas de diversos itens essenciais – inclusive a aquisição de material permanente (R\$ 52,65 milhões) – e no custeio para realização de projetos acadêmicos (R\$ 58,09 milhões).

O “Apoio a Estudantes e Pesquisadores” alocou R\$ 109,55 milhões com recursos do Tesouro para atender as demandas dos alunos através de bolsas e auxílios nas diversas modalidades de auxílios pela Fundação.

A FAPERJ ainda custeou R\$ 60,40 milhões com o auxílio financeiro a bolsistas e pesquisadores no Fomento à Inovação Tecnológica, concentrando os gastos nos auxílios básicos.

Tabela 35– Execução Orçamentária Fonte Tesouro FAPERJ

EM R\$

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
FONTE TESOURO			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A DEZ		Variação %
	2016	2017	
Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da FAPERJ	32.645.942	110.741.780	239,2%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	111.363.416	109.554.325	-1,6%
Fomento à Inovação Tecnológica	73.567.419	60.396.595	-17,9%
Fomento à Formação Superior à Distância - CECIERJ	21.329.276	16.861.809	-20,9%
Fomento para Estudos e Pesquisas da UERJ	30.647.285	12.454.600	-59,4%
Fomento para Estudos e Pesquisas da UENF	10.003.147	12.024.464	20,2%
Pessoal e Encargos Sociais	7.743.871	7.021.058	-9,3%
Apoio à Pesquisa na Administração Pública Estadual	30.356.381	1.543.687	-94,9%
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	2.881.613	742.640	-74,2%
Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública	1.943.278	622.021	-68,0%
Interiorização do Acesso à Graduação Tecnológica	2.675.389	92.198	-96,6%
Despesas Obrigatórias de caráter Primário	2.346	500	-78,7%
Prestação de Serv. entre Órgãos Estaduais/ Aquis Comb. e Lubrif	5.854	-	-100,0%
Promoção de Intercâmbio para Estudo e Pesquisa	4.867.603	-	-100,0%
SUBTOTAL	330.032.820	332.055.678	0,6%
(-) Restos a Pagar Processados Cancelados	28.585.121	13.896.594	-51%
Valor Total Destinado à Aplicação na FAPERJ	301.447.699	318.159.084	5,5%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 26/01/2018

Tabela 36– Execução Orçamentária Outras Fontes FAPERJ

EM R\$

OUTRAS FONTES			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A DEZ		Variação %
	2016	2017	
Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da FAPERJ	536.337	682.937	27,3%
Fomento à Inovação Tecnológica	7.186	161.590	2148,8%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	221.212	600	-99,7%
Total Geral	764.735	845.126	10,5%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 26/01/2018

A Fundação CECIERJ executou o programa de Fomento à Formação Superior à Distância com R\$ 16,86 milhões (-R\$ 4,47 milhões), uma redução de 17,9% em relação às ações realizadas em 2016. Os recursos atenderam aos auxílios financeiros de incentivo à docência, tutoria, pré-vestibular social e cursos de graduação à distância.

Conforme demonstrado na Tabela 36, as despesas cobertas pelas Outras Fontes, apresentou pequeno acréscimo de R\$ 80,39 mil em relação ao ano de 2016. O total aplicado (R\$ 845,12 mil) está concentrado na FR 212 - convênio.

➤ **FECAM**

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimentos direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás do ERJ e com 10% dos recursos, quando provenientes da camada do pré-sal.

Em 2017, o valor total destinado à aplicação no FECAM foi de R\$ 400,24 milhões, custeados com recursos da fonte 104 (Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo). Assim sendo, pode-se constatar um crescimento de 93,6% (+R\$ 193,46 milhões) quando comparado ao exercício de 2016.

As ações realizadas em 2017 por meio dos recursos do Fundo estão descritas na Tabela 37 abaixo. Nela são apresentados os projetos desenvolvidos, assim como o órgão responsável pela execução e os valores liquidados.

A ação com maior expressividade no período foi a Intervenções em Saneamento Ambiental, um gasto de R\$ 353,67 milhões, representando 88,4% do total liquidado em 2017. Seguida das despesas com Melhorias de Infraestrutura de diversos cursos d'água do Estado do RJ, com o trabalho de recuperação de suas margens e seu desassoreamento – R\$ 23,94 milhões (6,0% do total).

Tabela 37- Índice FECAM

Em R\$

ÓRGÃO	AÇÃO/INVESTIMENTO	Total
DER	3979 - Cidades Sustentáveis	2.650.405
SEOBRAS	3979 - Cidades Sustentáveis	261.942
SEA	3977 - Intervenções em Saneamento Ambiental / Fecam	27.813.396
INEA	1219 - Disseminação da Educação Ambiental e Mecanismos Sociais de Inclusão	206.815
	3977 - Intervenções em Saneamento Ambiental / Fecam	325.862.413
	3978 - Melhoria da infraestrutura Hidráulica dos Corpos Hídricos/FECAM	23.937.625
	3979 - Cidades Sustentáveis	845.728
	5452 - Desenvolvimento dos instrumentos de gestão ambiental	539.924
OUTRAS AÇÕES		18.878.239
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS		-757.741
Total Geral		400.238.745

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 26/01/2018

➤ FEHIS

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é financiado com 10% dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECF – FR 122) aplicada na área de habitação. Em 2015, permitiu-se a criação de uma Unidade Orçamentária, por meio do Decreto Nº 45.410 de 15 de outubro de 2015, em atendimento a Lei Estadual Nº 7.063, possibilitando um melhor acompanhamento da execução dos recursos do Fundo, uma vez que passaram a ser executados de forma centralizada e que anteriormente eram pulverizados em diversos órgãos. Neste exercício de 2017, encontra-se o Fundo identificado, na LOA, pela unidade orçamentária 3163 - Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social – FEHIS.

A execução das despesas do Fundo, no exercício de 2017 somaram R\$ 47,91 milhões.

A Tabela 38 detalha a despesa financiada com recursos do Fundo, por órgão executor e respectivos projetos liquidados em cada um deles, no acumulado do ano de 2017.



Tabela 38- FEHIS

Em R\$

ÓRGÃO EXECUTOR	AÇÃO / INVESTIMENTOS	ATE O 3º QUAD
SEOBRAS	Apoio à Urbanização de Comunidades	1.452.194
ITERJ	Apoio ao Fomento Socioprodutivo dos Assentamentos Rurais e Urbanos-Contrapartida	98.317
	Cooperação Técnico-Financeira BNDES/ITERJ	408.924
CEHAB	Recuperação de Conjuntos Habitacionais	684.625
SEASDH	Concessão de Aluguel Social	45.263.517
TOTAL GERAL		47.907.577

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 26/01/2018

A SEASDH destacou-se com a realização de 94,5% dos recursos liquidados (R\$ 45,26 milhões), com a concessão de aluguéis sociais para famílias residentes nos municípios de Niterói, São Gonçalo, comunidade de Manguinhos e para aquelas residentes na Região Serrana. O restante da despesa foi executado pelo Fundo de forma pulverizada na urbanização de comunidades como o Pavão-Pavãozinho e de Bom Jardim (R\$ 1,45 milhão); no apoio ao fomento sócioprodutivo de assentamentos rurais, como as comunidades quilombolas da Machadinha, Botafogo e da Independência (R\$ 507,24 mil) e na recuperação de conjuntos habitacionais como o Rio Grande, em Jacarepaguá, e Neuza Goulart Brizola, em Campinho (R\$ 684,62 mil).

**VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA****VI.1 Cota Financeira**

Como o objetivo prioritário do governo estadual foi o pagamento de folha de pessoal e levando em consideração os bloqueios e arrestos nas contas do Estado, a evolução da liberação das cotas financeiras para o pagamento das obrigações relativas a custeio e investimento foram bastante impactadas.

As cotas liberadas no ano de 2017 representaram 91,9% das despesas liquidadas e desse total, 47,8% foram utilizadas. No que se refere ao pagamento, 84,8% das cotas utilizadas foram pagas.

Com relação as Programações de Desembolso (PD), as áreas prioritárias de segurança e educação consumiram 87,2% e 93,3% das cotas liberadas, respectivamente, conforme demonstrado na Tabela 40.

O Tesouro Estadual pagou 84,8% das PDs emitidas, no ano.

Tabela 39**ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ DEZEMBRO DE 2017**

R\$ Milhões

DESP. LIQUIDADADA (A)	COTA FIN. LIBERADA (B)	COTA FIN. UTILIZADA (C)	DESP. PAGA (D)
6.739	6.196	2.960	2.511
(B)/(A)	(C)/(A)	(C)/(B)	(D)/(C)
91,9%	43,9%	47,8%	84,8%

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até DEZ/2017

Tabela 40**ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ DEZEMBRO DE 2017 POR ÁREAS**

R\$ MILHÕES

ÁREAS	DESP. LIQUIDADADA (A)	COTA FIN. LIBERADA (B)	COTA FIN. UTILIZADA (C)	DESP. PAGA (D)
EDUCAÇÃO	174	55	52	41
SAÚDE	4.196	4.375	1.292	1.200
SEGURANÇA	555	440	384	268
ASSISTÊNCIA SOCIAL	93	86	61	45
DEMAIS ÁREAS	1.721	1.240	1.172	958
TOTAL GERAL	6.739	6.196	2.960	2.511

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até AGO/2017

ÁREAS	(B)/(A)	(C)/(A)	(C)/(B)	(D)/(C)
EDUCAÇÃO	31,8%	29,7%	93,3%	78,6%
SAÚDE	104,3%	30,8%	29,5%	92,9%
SEGURANÇA	79,3%	69,1%	87,2%	69,7%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	92,8%	65,8%	70,9%	73,2%
DEMAIS ÁREAS	72,1%	68,1%	94,5%	81,8%
TOTAL GERAL	91,9%	43,9%	47,8%	84,8%

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até DEZ/2017

VI.2 Pagamento de PD's

O prazo médio de pagamento no terceiro quadrimestre foi de 23 dias.

Grande parte dos pagamentos, cerca de 75,8%, ocorreu em até 20 dias. Os pagamentos de 21 até

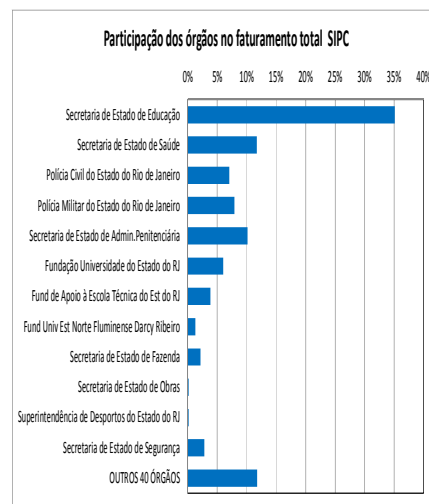
30 dias representaram 5,4% do total e acima de 30 dias, 18,8%.

VI.3 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

Uma medida que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abarca atualmente 19 concessionárias.

Considerando o faturamento de 2017, através do SIPC, foram registrados ao final do exercício de 2017, o montante de R\$ 374,52 milhões referentes ao faturamento acumulado de serviços essenciais, foram adimplidos R\$ 188,11 milhões no período do 3º quadrimestre de 2017 (correspondendo a 50,23% do total), o que dentro do atual cenário econômico, podemos considerar favoravelmente positivo, pelas medidas de ajustes que o Estado vem adotando para sanar as inadimplências com as Leis de Compensação de Créditos Tributáveis (ICMS).

Gráfico 10



VI.3.1 Características de Consumo

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados wireless.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que de janeiro a dezembro de 2017 a média do faturamento foi de R\$ 1,01 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 74,35 mil

Em relação aos serviços de transmissão de dados e wireless, a Oi/Telemar (empresa que presta esses serviços ao Estado) aderiu ao SIPC para quitação das faturas por meio de

Tabela 41
Fat. Acumulado por Serviço de Água e Esgoto

R\$ mil			
FAVORECIDOS	1º Quadrim	2º Quadrim	3º Quadrim
ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS 92		118	107
ÁGUAS DE NITERÓI	3.482	3.524	3.241
ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO	200	228	231
ÁGUAS DO IMPERADOR	183	160	156
ÁGUAS DO PARAÍBA	3.144	3.101	3.078
CEDAE	23.424	24.452	23.498
FÓZ ÁGUAS	6.115	5.904	6.566
C. ÁGUAS DE JUTURNALBA	291	513	606
PROLAGOS	378	416	487
SAAE/B. MANSA	197	214	248
SAAE/V. REDONDA	472	405	639
Total Faturado	37.975	39.034	38.85

descentralização. Nesse passo, após a implementação das rotinas necessárias, o faturamento abarcado pelo SIPC em 2017 somou R\$ 82,11 milhões.

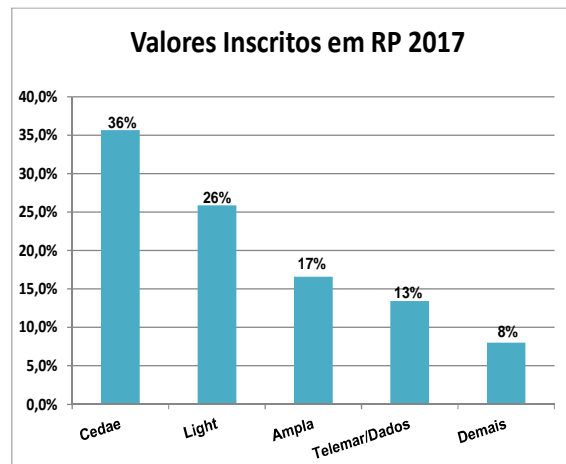
Na área de distribuição de água e esgoto, no 3º quadrimestre de 2017, foram faturados R\$ 38,86 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que só a CEDAE compreende cerca de 60,5% deste total.

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 3º quadrimestre de 2017, verifica-se uma redução global de 22,08 %, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, de janeiro a dezembro de 2017, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 33,35 milhões, sendo R\$ 31,78 milhões de demanda contratada e R\$ 1,57 milhões de demanda ultrapassada.

No que tange aos Restos a Pagar (RP) de 2017, foram inscritos R\$ 356,54 milhões a favor das concessionárias de serviços essenciais. Ressalta-se que a maior parte deste total (75%) foram de serviços prestados pela LIGHT, TELEMAR/DADOS e CEDAE.

Gráfico 11



VI.4 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

Em dezembro de 2013, o Estado do Rio de Janeiro quitou seu estoque de precatórios, acumulado por mais de uma década, utilizando de 25% dos depósitos judiciais, conforme liberabilidade da Lei Complementar Estadual nº 147, de 27 de junho de 2013, tornando-se assim adimplente.

Em 2014 e 2015, o Estado se manteve adimplente com os precatórios, pois quitou tempestivamente os precatórios inscritos para aqueles exercícios orçamentários.

No ano de 2016, o Estado do Rio de Janeiro não pode desembolsar recursos para pagamento dos precatórios, devido sua situação



financeira. Ademais, em decorrência do desenquadramento do Fundo de Reserva dos depósitos judiciais também não pode utilizar desses recursos. Assim, passou a situação de inadimplência.

Não obstante, em 2016, ocorreram alguns pagamentos pelo Tribunal de Justiça e Tribunal Regional do Trabalho com saldo financeiro repassado pelo Estado, em anos anteriores, no montante de R\$ 35,76 milhões.

Ainda, em 15 de dezembro de 2016, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 94, que alterou o artigo 100 da Constituição Federal e acrescentou dispositivos ao ADCT para instituir novo regime especial de pagamento de precatórios.

No regime de pagamento, instituído pela Emenda Constitucional nº 94, o Estado deveria repassar, mensalmente, quantia suficiente para garantir a quitação do estoque de precatórios até 2020, conforme plano de pagamentos a ser apresentado pelo ente devedor e validado pelo Tribunal de Justiça.

No ano de 2017, foi editada a Lei Estadual nº 7.781, de 10 de novembro de 2017, que cancelou os precatórios e requisições de pequeno valor depositados há mais de 3 anos, sem levantamento do beneficiário, para utilização desses recursos em novos pagamentos de precatórios.

Assim, em 05 de dezembro de 2017, foi repassado R\$ 1,14 bilhão ao Tribunal de Justiça, que rateou, de forma proporcional ao estoque, com o Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal para novos pagamentos, passando o Estado a situação de adimplência.

Ainda em 2017, foram pagos em precatórios R\$ 12,51 milhões pelo Tribunal de Justiça, com os recursos mencionados acima.

O restante dos recursos serão utilizados pelos Tribunais em 2018, sob sua gerência.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 3º quadrimestre de 2017 não foram depositadas requisições de pequeno valor, pelo Tesouro Estadual.

No ano de 2017, não foram depositadas RPVs pelo Tesouro Estadual, no entanto foram regularizadas pela UG 370200 – EGE/SEFAZ despesas de RPVs quitadas mediante sequestro, nas contas do Estado, no montante de R\$ 16,79 milhões.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições judiciais de pagamento, por seu valor ser de até 20 vezes o salário mínimo, conforme a Lei 7.507, de 29 de dezembro de 2016, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Assim, no 3º quadrimestre de 2017, somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, o montante dos pagamentos foi de R\$ 12,51 milhões.

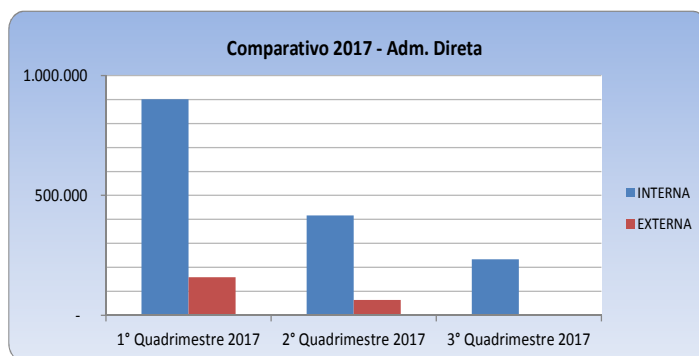
No ano de 2017, o total de pagamentos de precatórios e requisições de pequeno foi de R\$ 41,27 milhões.

VI.5 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 3º quadrimestre de 2017, R\$ 234,33 milhões com o serviço da dívida¹⁴. A importância desembolsada foi 51,3% inferior ao valor pago no quadrimestre anterior. Esta variação foi influenciada pela adesão, por parte do Estado do Rio de Janeiro, ao Regime de Recuperação Fiscal, em 05 de setembro de 2017, de acordo com a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

De acordo com o artigo 9º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, a União concederá redução extraordinária integral das prestações relativas aos contratos de dívidas

Gráfico 12



¹⁴ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.



administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por prazo igual ou inferior ao estabelecido para a vigência do Regime de Recuperação Fiscal. Neste caso, o Plano de Recuperação do Estado foi aprovado com a previsão de redução extraordinária das dívidas devidas pelo prazo de 3 anos.

Ademais, o Estado não está sendo executado, pela União, em relação ao inadimplemento em operações de crédito com o sistema financeiro e instituições multilaterais, garantidas pela União¹⁵.

Tabela 42

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm. Dir. + Adm. Ind. Honradas)							
	2º Quad. 2017			3º Quad. 2017			Δ % do total
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	226.845	254.381	481.226	140.835	93.493	234.328	-51,31%
INTERNA	183.603	232.874	416.478	140.835	93.493	234.328	-43,74%
EXTERNA	43.242	21.506	64.748	-	-	-	-100,00%
ADM. INDIRETA HONRADA	1.541	297	1.838	3.093	1.630	4.724	157,03%
TOTAL	228.386	254.677	483.063	143.928	95.124	239.052	-50,51%

Em 2017, os pagamentos do Estado com a dívida da Administração Direta totalizaram R\$ 1,77 bilhão. Destes, R\$ 785,4 milhões (44,2% do total) representaram pagamentos da dívida intralimite, apresentando uma redução de R\$ 1,83 bilhões em relação a 2016. Essa redução deu-se em função da vigência do artigo 9º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, de acordo com a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, em 05 de setembro de 2017, pelo Estado.

No tocante aos pagamentos da dívida extralimite, verifica-se uma redução de 58,1% em relação ao exercício anterior. A redução foi influenciada pela vigência do artigo 17º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

¹⁵ No artigo 17º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, é previsto que durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal, na hipótese de inandimplência em operações de crédito com o sistema financeiros e instituições multilaterais, garantidas pela União e contratadas em data anterior à homologação do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, fica a União impedida de executar as contragarantias ofertadas.



Além disso, no ano de 2017, o pagamento da dívida da Administração Indireta Honrada com recursos do Tesouro Estadual¹⁶ alcançou R\$ 9,15 milhões, 89,8% superior em relação ao exercício de 2016¹⁷. O aumento ocorreu devido a inclusão de novos parcelamentos, com a Receita Federal e Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional, da Administração Indireta, na Dívida do Estado.

Tabela 43

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	2016			2017			Δ % do total no ano
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	2.113.985	2.872.263	4.986.248	882.721	893.865	1.776.586	-64,37%
INTRALIMITE	1.255.266	1.366.005	2.621.272	403.970	381.425	785.395	-70,04%
EXTRALIMITE	858.719	1.506.258	2.364.977	478.751	512.440	991.191	-58,09%
INTERNA	383.329	1.243.957	1.627.286	329.834	437.001	766.835	-52,88%
EXTERNA	475.390	262.301	737.691	148.917	75.439	224.356	-69,59%
ADM. INDIRETA HONRADA	3.276	1.545	4.821	5.685	3.465	9.150	89,79%
TOTAL	2.117.261	2.873.809	4.991.069	888.406	897.330	1.785.737	-64,22%

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 3º quadrimestre de 2017, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 134,83 bilhões, 20,2% maior que no quadrimestre anterior. A variação foi decorrente do ingresso de recursos de operações de crédito contratadas em exercícios anteriores, que se encontram em fase de desembolso, e operação de crédito contratada no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, pela atualização dos saldos devedores¹⁸, conforme cláusulas específicas dos contratos, incorporação dos juros e encargos não honrados e do recálculo do Contrato de Refinanciamento da Lei nº 9.496/97¹⁹.

¹⁶ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

¹⁷ Em 2017, a dívida da Administração Indireta das entidades que não possuem recursos próprios não foi totalmente honrada pelo Tesouro Estadual.

¹⁸ O contrato de Assunção de Dívidas do BERJ, segundo maior contrato do Estado, é corrigido pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 3º quadrimestre fechou em 1,6% (IGP-DI de set/17 a dez/17) e nos últimos 12 meses (de jan/17 a dez/17) em -0,4.

¹⁹ Em 22 de dezembro de 2017, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Plano de Auxílio aos Estados e Municípios, conforme Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016 que prevê no §8º, art 1º que a concessão de prazo adicional depende da desistência de ações judiciais que tenham por objeto a dívida ou o contrato renegociado.



O estoque da dívida interna cresceu 29,5%, quando comparado ao mês de dezembro de 2016. Parte desse aumento é justificado pela inclusão, no estoque, do saldo das contas gráficas previstas nos artigos 9º e 17º da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017 e do recálculo do Contrato de Refinanciamento da Lei nº 9.496/97.

Tabela 44

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL					
	dez/16	ago/17	dez/17	Δ % no ano	Δ % no Quad.
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	107.059.302	112.167.976	134.829.280	25,94%	20,20%
INTERNA	94.822.310	100.310.626	122.811.229	29,52%	22,43%
STN	72.853.612	77.682.716	98.225.238	34,83%	26,44%
BNDES	7.605.249	7.803.588	7.519.391	-1,13%	-3,64%
B. BRASIL	10.405.917	10.403.101	9.962.681	-4,26%	-4,23%
CAIXA	1.976.617	2.049.405	1.945.844	-1,56%	-5,05%
CREDIT SUISSE	1.200.580	1.200.580	1.178.373	-1,85%	-1,85%
INSS	-	-	-	-	-
SRF	780.335	774.980	1.477.446	89,33%	90,64%
BNP PARIBAS	-	-	2.006.236	-	-
MUNICÍPIOS DO E.R.J.	-	396.256	496.020	-100,00%	0,00%
EXTERNA	12.116.038	11.740.538	11.811.456	-2,51%	0,60%
BID	946.594	911.871	922.573	-2,54%	1,17%
BIRD	7.810.523	7.572.309	7.919.289	1,39%	4,58%
CAF	1.949.644	1.884.940	1.584.608	-18,72%	-15,93%
AFD	1.285.715	1.269.430	1.305.006	1,50%	2,80%
JBIC	118.713	97.283	75.004	-36,82%	-22,90%
Mobiliária	4.849	4.705	4.976	2,62%	5,75%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	120.954	116.812	206.595	70,80%	76,86%
DÍVIDA FINANCEIRA	107.059.302	112.167.976	134.829.280	25,94%	20,20%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI (*)	36.009.429	31.619.694	34.425.212	-4,40%	8,87%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,97	3,55	3,92	31,73%	10,41%

Valores a preços correntes.

(*) Valor de Dez/17 provisório.

O estoque da dívida externa, que corresponde a 8,8% do total da dívida financeira, encerrou o 3º quadrimestre de 2017 com saldo de R\$ 11,81 bilhões, ou seja, 2,5% inferior ao final de 2016, consequência da inclusão dos saldos não pagos em conta gráfica a pagar, para a União, na dívida interna.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta fechou o exercício de 2017 em R\$ 206,60 milhões, representando um aumento de 70,8% em relação ao saldo verificado no 3º quadrimestre de 2016. O aumento ocorreu devido a adesão, pelo

Gráfico 13

Composição Por Índices de Correção

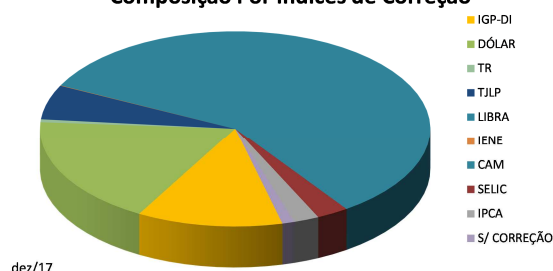


Tabela 45

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS			
R\$ mil			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	841.920	0,98%	0,79%
2,1 - 4	155.825	0,18%	0,15%
4,1 - 6	75.266.164	87,44%	70,30%
acima de 6,1	9.815.547	11,40%	9,17%
Subtotal	86.079.456	100,00%	80,40%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	9.538.338	45,46%	8,91%
2,1 - 4	1.949.644	9,29%	1,82%
4,1 - 6	9.491.864	45,24%	8,87%
Subtotal	20.979.846	100,00%	19,60%
Total	107.059.302		100,00%

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 80,4% do estoque. Desse montante, 70,3% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6,0%. A taxa média geral dos contratos é de 6,0%.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2043, os vencimentos de curto prazo²⁰ representam 1,4%, e desse percentual, 7,3% está exposto a taxas variáveis.

O Gráfico 14 apresenta a relação entre o serviço a pagar, vinculado às taxas variáveis e fixas. Vale ressaltar que os custos variáveis, em média são de 13,32%, alcançando seu máximo no ano de 2030. O Gráfico 15 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Verifica-se que, mesmo com a contratação de novas operações de crédito, interna e externa, ao longo dos anos, a União ainda é a maior credora do Estado.

Em relação ao prazo médio de amortização²¹ e ao prazo médio de repactuação²², estes atingiram 13,6 anos e 15,3 anos, respectivamente.

Gráfico 14

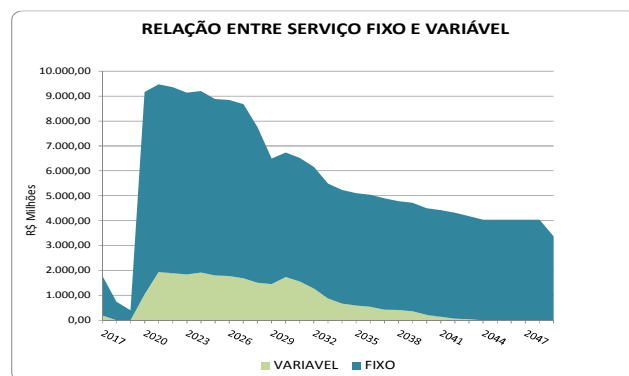
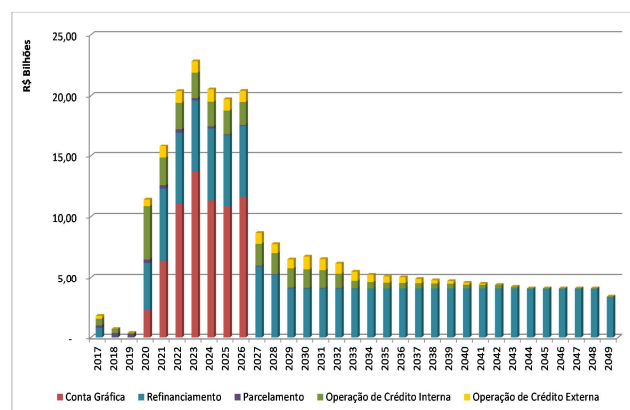


Gráfico 15



²⁰ Dívidas vencidas até o exercício seguinte.

²¹ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas (excluindo as contas gráficas no Regime de Recuperação Fiscal).

²² Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas) (excluindo as contas gráficas no Regime de Recuperação Fiscal).

Análise de Sensibilidade Por Variável Chave

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

Tabela 46

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
R\$ mil			R\$ mil			R\$ mil		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	12,41%	18.478.320,23	IGP-DI	12,34%	17.948.027,34	IGP-DI	12,69%	18.962.122,13
CAM	58,07%	86.428.609,31	CAM	57,47%	83.617.956,38	CAM	57,91%	86.528.089,56
DÓLAR	17,69%	26.328.621,83	DÓLAR	18,09%	26.328.621,83	DÓLAR	17,62%	26.328.621,83
TR	0,83%	1.242.509,17	TR	0,85%	1.242.509,17	TR	0,83%	1.242.509,17
TJLP	5,35%	7.956.352,89	TJLP	5,47%	7.956.352,89	TJLP	5,32%	7.956.352,89
LIBRA	0,00%	5.239,20	LIBRA	0,00%	5.239,20	LIBRA	0,00%	5.239,20
IENE	0,06%	83.907,07	IENE	0,06%	83.907,07	IENE	0,06%	83.907,07
SELIC	2,03%	3.015.290,43	SELIC	2,07%	3.015.290,43	SELIC	2,02%	3.015.290,43
IPCA	2,15%	3.204.429,46	IPCA	2,20%	3.204.429,46	IPCA	2,14%	3.204.429,46
S/ CORREÇÃO	1,41%	2.100.767,86	S/ CORREÇÃO	1,44%	2.100.767,86	S/ CORREÇÃO	1,41%	2.100.767,86
TOTAL	100,00%	148.844.047	TOTAL	100,00%	145.503.102	TOTAL	100,00%	149.427.330

dez/18

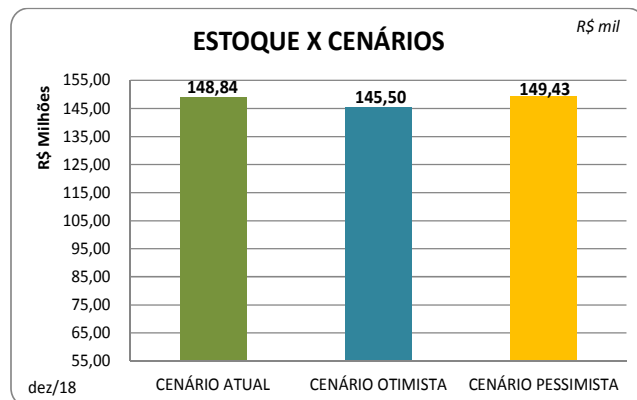
dez/18

dez/18

Coeficiente de Atualização Monetária - CAM

A partir da série histórica de 5,0 anos do coeficiente de atualização divulgado pela STN²³ utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de 2,1%a.a. e 5,8%a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do CAM, ocorre uma diferença na dívida atrelada a esse índice, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente R\$ 2,9 bilhões, equivalente a 0,4% na participação total na dívida. Passando de 57,47% no cenário otimista para 57,91% no cenário pessimista.

Gráfico 16



IGP-DI

²³ A LC nº 148/2014, alterou o indexador do contrato de refinanciamento firmado no âmbito da Lei nº 9.496/97.

A partir de 1º de janeiro de 2013, deverão ser aplicados, juros debitados mensalmente à taxa nominal de 4% ao ano e atualização monetária calculada pelo IPCA limitados à taxa SELIC. Para fins da limitação será comparada mensalmente a variação acumulada do IPCA, acrescida de juros nominais de 4% ao ano, com a variação acumulada da taxa Selic. A Secretaria do Tesouro Nacional divulga, mensalmente, no site seu eletrônico, o coeficiente de atualização monetária – CAM.



A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -0,9%a.a. e 9,3%a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença na dívida atrelada a esse índice, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente R\$ 1,01 bilhão, equivalente a 0,35% na participação total na dívida. Passando de 12,34% no cenário otimista para 12,69% no cenário pessimista.

Quando observada a composição total da dívida por índices, nota-se uma variação absoluta de R\$ 3,92 bilhões entre o cenário otimista e pessimista e, em valores relativos de 2,7%.

Moeda Estrangeira e Libor

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 21,60 bilhões para 21,97 bilhões e de 20,1% para 17,9 %, no total da composição da dívida. Essa queda deu-se em consequência da inclusão dos saldos não pagos, em conta gráfica a pagar, à União, na dívida interna.

A Tabela 47 demonstra o quanto varia o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10%), nas variáveis chaves.

Analisando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme tabela 6, observa-se que um aumento de 10%, no dólar americano e no iene japonês, gera um aumento de no máximo 1,8 % e 0,01% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Tabela 47

				R\$ mil
Variável Chave	Variação	Estoque	%	
MOEDA ESTRANGEIRA				
Dólar Americano	+10%	+2.612.133,18	+1,807	
Iene Japonês	+10%	+10.750,51	+0,007	



Receita de Operações de Crédito

Em função da necessidade de captar recursos e conforme autorizado pelo Plano de Recuperação Fiscal, o Estado do Rio incluiu uma nova operação de crédito em sua estratégia de financiamento.

Tabela 48

CONTRATO DE FINANCIAMENTO ASSINADO EM 2017	ASSINATURA	CREDOR
Antecipação da Receita da CEDAE	15/12/2017	BNP - PARIBAS

Foram liberados ao longo do ano R\$ 2,31 bilhões de receita oriunda de operações de créditos:

Desembolsos pertinentes aos Contratos Firmados no Exercício

- R\$ 2,00 bilhões referentes à Antecipação da Receita da CEDAE (recursos provenientes do BNP - PARIBAS);

Desembolsos pertinentes aos Contratos Firmados em Exercícios Anteriores

- R\$ 108,16 milhões destinados ao Programa Estadual de Transportes II Adicional – PET II Adic. (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 75,84 milhões destinados ao Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara - PSAM (recursos provenientes do BID);
- R\$ 42,23 milhões destinados ao Financiamento Adicional ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 18,48 milhões destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 17,04 milhões destinados ao Programa Saneamento para Todos II (recursos provenientes da CAIXA);

- R\$ 16,83 milhões destinados ao Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (recursos provenientes do BID);
- R\$ 14,39 milhões destinados ao Programa de Fortalecimento da Gestão do Setor Público e do Desenvolvimento Territorial - PRÓ-GESTÃO II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 13,93 milhões destinados ao Programa de Inclusão Social e Geração de Oportunidades para Jovens Moradores de Áreas Pacificadas do RJ – INCLUSÃO I (recursos provenientes do BID);e
- R\$ 5,72 milhão destinado ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD).

Tabela 49
Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 31/12/2017

R\$ mil

	2017		2018/20
	Liberado (1)	a Liberar (2)	a Liberar (2)
1. Operações de Crédito Contratadas	2.312.611	-	4.036.189
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	2.035.521	-	1.546.926
1. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	18.481	-	248.921
2. CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	-	-	20.040
3. VIALIGHT - CAIXA	-	-	-
4. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	17.040	-	314.404
5. PROCOI - CAIXA	-	-	63.561
6. ANTECIP. CEDAE - BNP	2.000.000	-	900.000
Demais	277.090	-	2.489.263
7. PET II - BIRD	5.723	-	22.784
8. RIO RURAL I - BIRD	-	-	-
9. PRÓ-GESTÃO I - BIRD	-	-	21.289
10. PRODETUR - BID	16.827	-	233.258
11. PSAM - BID	75.841	-	1.158.816
12. PET II Adicional - BIRD	108.157	-	687.806
13. PROVIAS - CAF	-	-	-
14. ARCO METROPOLITANO	-	-	-
15. INCLUSÃO SOCIAL - BID	13.931	-	131.981
16. RIO RURAL ADICIONAL FA - BIRD	42.226	-	107.371
17. PRÓ-GESTÃO II - BIRD	14.385	-	125.959
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	-	-
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF	-	-	-
Total	2.312.611	-	4.036.189

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2017.

(1) Valores realizados em 2017, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de DEZ/2017

Tabela 50

Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso

Data: 31.12.2017

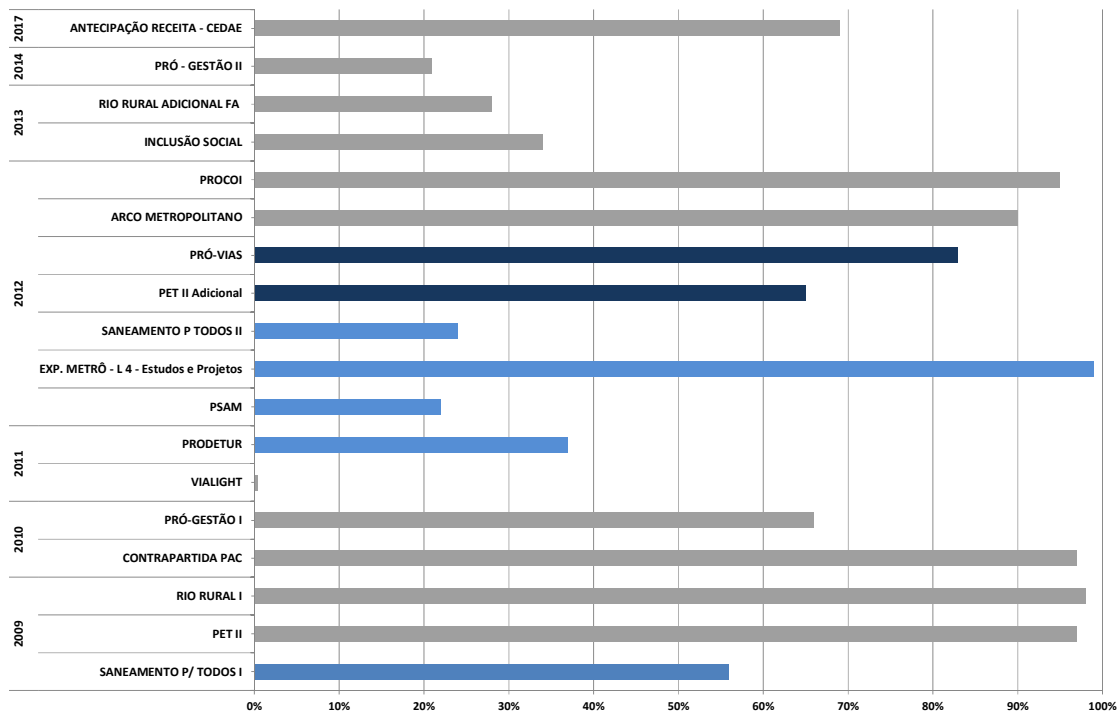
DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	312.204.404,90	56%	558.000.000,00	312.204.404,90
24/09/2009	PET II	BIRD	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,0000	204.812.405,46	97%	700.303.600,00	396.769.308,74
14/12/2009	RIO RURAL I	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	39.500.000,00	38.735.596,12	98%	130.666.000,00	85.692.038,43
2010									
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTJLP	307.002.052,9005	296.848.677,73	97%	623.632.611,19	586.006.600,71
22/11/2010	PRÓ-GESTÃO I	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	12.237.479,49	66%	61.770.284,00	31.563.383,65
2011									
28/06/2011	VIALIGHT	CAIXA	SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	1.067.889,51	0%	259.138.332,31	1.067.889,51
08/08/2011	PRODETUR	BID	SEOBRAS	DÓLAR	112.000.000,00	41.486.692,47	37%	370.496.000,00	100.942.714,48
2012									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	101.223.000,00	22%	1.495.149.840,00	297.005.905,80
12/06/2012	EXP. METRÔ - L4 - Estudos e Projetos	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	80.014.240,95	79.368.240,36	99%	162.537.968,54	156.682.298,62
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	100.968.042,49	24%	415.372.248,98	100.968.042,49
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	392.077.859,95	65%	1.984.800.000,00	1.245.116.043,94
13/09/2012	PRÓ-VIAS	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	265.114.581,62	83%	1.057.484.900,00	748.079.880,68
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	200.000.000,00	180.371.777,63	90%	661.600.000,00	454.766.741,91
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	1.136.310.761,55	95%	1.199.871.427,00	1.136.310.761,55
2013									
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL	BID	SEELJE	DÓLAR	60.000.000,00	20.102.483,24	34%	198.480.000,00	62.757.422,65
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL FA	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	100.000.000,00	27.542.159,92	28%	330.800.000,00	86.876.089,66
2014									
30/04/2014	PRÓ - GESTÃO II	BIRD	SEOBRAS	DÓLAR	48.000.000,00	9.923.031,07	21%	158.784.000,00	30.246.060,24
2017									
15/12/2017	ANTECIPAÇÃO RECEITA - CEDAE	BNP PARIBAS	SEFAZ	REAL	2.900.000.000,00	2.000.000.000,00	69%	2.900.000.000,00	2.000.000.000,00

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ



Gráfico 18

OPERAÇÕES CONTRATADAS EM FASE DE DESEMBOLSO
PERCENTUAL LIBERADO POR CONTRATO



Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ

VI.6 Acompanhamento Financeiro de Convênios²⁴

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 3º Quadrimestre de 2017 com 383 convênios de despesa e 231 convênios de receita vigentes²⁵.

Entre os convênios de despesa, os mais importantes para o Estado são aqueles celebrados no âmbito do Programa Somando Forças²⁶.

Na esfera dos convênios de receita, o *Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC*²⁷ engloba os investimentos de maior relevância.

Os Convênios de Despesa vigentes, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, encerram o 3º quadrimestre de 2017 com o montante total de R\$ 4.165,2 milhões.

Os Convênios de Receita vigentes, abrangendo programas em segurança, infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, encerram o 3º quadrimestre de 2017 com o montante total de R\$ 7.179,5 milhões.

VI.7 Análise de Viabilidade Econômica de PPP

O Estado do Rio de Janeiro vive um frágil cenário econômico, cujo desafio de superar as restrições financeiras de grande magnitude e honrar seus compromissos financeiros tempestivamente tornam necessárias medidas que permitam a captar recursos. Nesse contexto, o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – PROPAR, destinado a disciplinar e promover a realização de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, encerra o ano de 2017 com dois Procedimentos de Manifestação de Interesse para obtenção de estudos técnicos com vistas à consolidação e modelagem de projetos de Parceria:

²⁴ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro - SIAFE-Rio.

²⁵ Convênios de Receita são aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa são aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro destina seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Contempla, ainda, as parcerias realizadas por meio de termos de fomento e colaboração, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014, que entrou em vigor em 23 de janeiro de 2016.

²⁶ Decreto nº 42.384, de 29 de março de 2010

²⁷ Lei nº 11.578/2007 regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.



PPP Saneamento: Projeto destinado à prestação de serviços de saneamentos a regiões da Baixada Fluminense e Bacia do Rio Guandu, beneficiando uma população de 12 milhões de pessoas. O intuito é alcançar de forma progressiva a total despoluição da Baía de Guanabara. Os estudos técnicos estão sendo elaborados pela Empresa Brasileira de Projetos – EBP.

PPP Ilha Grande: Projeto destinado à prestação de serviço de apoio a gestão, conservação e visitação pública das Unidades de Conservação²⁸, da Ilha Grande.

Além dos projetos citados, outros de diversas áreas como transporte, saúde, segurança pública e educação, continuaram em desenvolvimento na Secretaria Executiva do PROPAR em conjunto com a Unidade de PPP, exercida pela Agência de Fomento do Estado (AGERIO).

A estruturação dessas PPP, que faz parte de um conjunto de estratégia do Governo do Estado para o desenvolvimento econômico e social do Estado, compreende uma série de procedimentos e estudos complexos que permitem verificar a viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica da concessão. De modo que, somente quando os projetos estiverem com suas modelagens econômico-financeiras estabelecidas, será possível verificar se o mesmo agrega de forma positiva valor para a sociedade, considerando para tanto seus custos e benefícios.

Nesse ano, a única PPP do Estado em execução, Contrato Casa Civil nº 27/2013, cujo objeto compreende a concessão administrativa de serviços de gestão, operação e manutenção dos Estádios Maracanã e Maracanãzinho, permaneceu em processo de reequilíbrio econômico-financeiro em andamento na Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem²⁹. obedecendo às diretrizes previstas na Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

²⁸ À luz do art. 2º, I da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma Unidade de Conservação é um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”

²⁹ “A Câmara FGV de Mediação e Arbitragem é presidida pelo Presidente da Fundação Getúlio Vargas, assistido, em suas funções, por dois Vice-Presidentes egressos do Conselho Diretor da Instituição. Completam a Direção da Câmara um Diretor Executivo, um Diretor Jurídico e o Presidente da Comissão de Arbitragem, tal como previsto no respectivo Regulamento.



VI.8 Captação de Recursos

No terceiro quadrimestre de 2017, no que tange à captação de recursos, área responsável por identificar, fomentar e negociar as contratações de operações de crédito para o Estado do Rio de Janeiro, após meses de estudos e discussões acerca da modalidade de contratação e estrutura do inédito empréstimo no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, ao qual o Estado aderiu, foi realizado, em 1º de novembro de 2017, o Pregão Presencial nº 002/2017, a fim de selecionar a instituição financeira credora para formalização da operação no valor de R\$ 2,9 bilhões. Naquela oportunidade, o Banco BNP Paribas Brasil S.A. logrou-se vencedor. Em 14 de dezembro de 2017 foi assinado o Contrato de Mútuo nº 14122017, entre o Estado, o Banco e o Agente Administrador TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos LTDA, cujos recursos permitiram adimplir a gratificação natalina de 2016 de milhares de servidores estaduais, bem como quitar parte da folha de pagamento que, naquele momento, ainda estava em aberto. Foram assinados, ainda, os contratos de garantia, contragarantia, de praxe em operações garantidas pela União, e, adicionalmente, o contrato de penhor de ações da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, CEDAE, uma vez que a operação visa a antecipar recursos de privatização da empresa e o penhor das suas ações representa contragarantia adicional à União, garantidora da operação.

A função precípua da Câmara é a de administrar e monitorar os procedimentos da mediação e o arbitral, garantindo que todas as suas fases e prazos sejam cumpridos rigorosamente de acordo com os respectivos regimentos.”, informa a Fundação Getúlio Vargas.



Glossário

- **Receitas correntes**³⁰: são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem³¹:

a) Receita Tributária: Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

b) Receita de Contribuições: Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

c) Receita Patrimonial: Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.

d) Receita Agropecuária: Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.

e) Receita Industrial: Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como atividades industriais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

f) Receita de Serviços: Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.

g) Transferência Corrente: Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

³⁰ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

³¹ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.



h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

- **Receitas de capital**³²: são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem:

a) Operações de Crédito: São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.

b) Alienação de Bens: Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.

Amortização de Empréstimos: É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.

c) Transferência de Capital: É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.

d) Outras Receitas de Capital: São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

ⁱ Boletim Focus de 02/03/2018.

ⁱⁱ Idem.

³² Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.